



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ**  
**CENTRO DE HUMANIDADES**  
**DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA**

**CARLIANA ISABEL NASCIMENTO PEREIRA**

**“EU JÁ MORRI TANTAS VEZES ANTES DE VOCÊ ME ENCHER DE BALA”  
O GENOCÍDIO RACIAL E SOCIAL DE JOVENS NEGROS EM FORTALEZA.**

**FORTALEZA**

**2022**

CARLIANA ISABEL NASCIMENTO PEREIRA

“EU JÁ MORRI TANTAS VEZES ANTES DE VOCÊ ME ENCHER DE BALA”  
O GENOCÍDIO RACIAL E SOCIAL DE JOVENS NEGROS EM FORTALEZA.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Sociologia através do Mestrado em Sociologia da Universidade Federal do Ceará como requisito para obtenção do título de mestre. Linha de Pesquisa: Cultura, política e conflitos sociais.  
Orientador: Prof. Dr. Leonardo Damasceno de Sá.

FORTALEZA

2022

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação  
Universidade Federal do Ceará  
Biblioteca Universitária  
Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

---

P49“ Pereira, Carliana Isabel Nascimento.  
“Eu já morri tantas vezes antes de você me encher de bala” : o genocídio racial e social de jovens negros em Fortaleza / Carliana Isabel Nascimento Pereira. – 2022.  
112 f. : il. color.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Fortaleza, 2022.  
Orientação: Prof. Dr. Leonardo Damasceno de Sá.

1. Genocídio. 2. Juventude. 3. Racismo. 4. Violência. I. Título.

CDD 301

---

CARLIANA ISABEL NASCIMENTO PEREIRA

“EU JÁ MORRI TANTAS VEZES ANTES DE VOCÊ ME ENCHER DE BALA”  
O GENOCÍDIO RACIAL E SOCIAL DE JOVENS NEGROS EM FORTALEZA.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Sociologia através do Mestrado em Sociologia da Universidade Federal do Ceará como requisito para obtenção do título de mestre. Linha de Pesquisa: Cultura, política e conflitos sociais.

Orientador: Prof. Dr. Leonardo Damasceno de Sá.

Aprovada em: 21/ 02/2022.

BANCA EXAMINADORA

---

Prof. Dr. Leonardo Damasceno de Sá (orientador)  
Universidade Federal do Ceará

---

Prof.<sup>a</sup>. Dra. Geísa Mattos de Araújo Lima  
Universidade Federal do Ceará

---

Prof. Dr. Diogo Azevedo Lyra  
Universidade Federal Fluminense

Dedico este trabalho aos jovens do Pirambu e  
do Jangurussu, estamos chegando!

## AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

Realizar os agradecimentos deste trabalho não é uma tarefa fácil, toda minha trajetória de vida é permeada e influenciada por todos os apoios que sempre recebi, então faço esses agradecimentos ciente de que estou sendo injusta pela impossibilidade de registrar todas as pessoas que fazem parte dessa história.

Agradeço primeiramente a minha família, que em todos os momentos que precisei foram os primeiros que enxerguei ao meu lado, especialmente minha mãe que investiu toda sua força de trabalho e juventude para que eu pudesse estudar.

Agradeço ao Levante Popular da Juventude e a Consulta Popular, minhas organizações políticas que me mostraram que tenho uma família do tamanho do Brasil e que ainda é possível sonhar com a construção de um novo amanhã.

Agradeço ao Leonardo Sá, meu orientador, que durante essa caminhada do mestrado se mostrou muito mais que um orientador sendo principalmente um parceiro e amigo que faz grandes apostas em mim. Leo, muito obrigada!

Agradeço as boas amizades que mostraram que um mestrado não é um caminho solitário, Jéssica, Lara, Lorryne, Carol e Fernanda, obrigada por trazerem leveza, afeto e compreensão para esta trajetória. Agradeço também toda a turma do ano de 2020 do mestrado em sociologia na Universidade Federal do Ceará, eu não poderia ter encontrado turma melhor que essa!

Agradeço as amizades que o curso de Ciências Sociais me apresentou e que sempre foram essenciais para que eu conseguisse dar cada passo dado até aqui, em especial, Julianne, Mari, Lethicia, Janaellen, Aline, Alexandra e Lorena, obrigada por tanto! Agradeço também ao Seu Nilson, Dôra, Cícero, Berg e Davi pelos diálogos e ensinamentos trocados fora das salas de aula. Agradeço a Carol Lessa, Júnior, Gabi, Izabel Accioly, Arthur, Lidomar, Lia, Ana Luiza, Flaviano, Andrezza, Bruna, Liana, Ramon, Sabrina, Caio, Lilica e tantas, tantas outras pessoas que tive o privilégio de cruzar pelos corredores do CH3.

Agradeço a existência do Fórum de Mulheres das Ciências Sociais, da Rede de Cursinhos Populares Podemos+ e do Cursinho TodeSociologia, andar coletivamente sempre tornou a caminhada mais leve, agradeço especialmente Eliana, Sol, Anderson, Luciana, Bruno, Gheidlla, Fladson, Renê, Milena e Lauanny, obrigada por partilharem lutas e sonhos comigo.

Agradeço as melhores amizades que a luta poderia ter me dado, Natália, Jéssica, Emille, Yana, Thalita, Péricles, Gabriel, Breno, Alice, Amanda, Gabi, Doug, Bel, Leonardo, João Pedro, Ítalo, Mara, Eduana, Alex, Tamyres, Miguel, Rogério, Carlos Santos e Thiago. Faço um agradecimento especial ao Caio Freire, quando eu menos esperava e mais precisava, a luta política me apresentou a esse grande parceiro, muito obrigada por todo o companheirismo.

Agradeço ao Laboratório de Estudos e Pesquisas sobre Conflitualidade e Violência (Covio) da Universidade Estadual do Ceará por terem me acolhido tão bem e pela possibilidade de aprendizados, agradeço especialmente o professor Geovani Jacó e aos queridos Raul Thé e Indra Arnaud pela parceria e confiança.

Agradeço aos meus professores, que em diversos momentos acreditaram mais em mim do que eu mesma, a todos os professores do Liceu do Ceará, especialmente Fernanda Lemos. Agradeço ao Martinho, Domingos, Neyara, Kleyton, Leonardo, Irllys, Geísa, Sulamita, Danyelle, Monalisa, Jakson, Cristina, Luiz Fábio, e agradeço especialmente a Simone Simões que acabou se tornando uma grande amiga!

Finalizo agradecendo as minhas amigas-irmãs, minhas rainhas que a vida me presenteou, Ana Paula Holanda e Jardenia Soares, meu muito obrigada!

As pulgas sonham com comprar um cão, e os ninguéns com deixar a pobreza, que em algum dia mágico a sorte chova de repente, que chova a boa sorte a cântaros; mas a boa sorte não chove ontem, nem hoje, nem amanhã, nem nunca, nem uma chuvinha cai do céu da boa sorte, por mais que os ninguéns a chamem e mesmo que a mão esquerda coce, ou se levantem com o pé direito, ou comecem o ano mudando de vassoura.

Os ninguéns: os filhos de ninguém, os donos de nada.

Os ninguéns: os nenhuns, correndo soltos, morrendo a vida, fodidos e malpagos:

Que não são, embora sejam.

Que não falam idiomas, falam dialetos.

Que não praticam religiões, praticam superstições.

Que não fazem arte, fazem artesanato.

Que não são seres humanos, são recursos humanos.

Que não têm cultura, e sim folclore.

Que não têm cara, têm braços.

Que não têm nome, têm número.

Que não aparecem na história universal, aparecem nas páginas policiais da imprensa local.

Os ninguéns, que custam menos do que a bala que os mata.

Os ninguéns, Eduardo Galeano.

## RESUMO

A morte de jovens negros se dá no momento exato da morte física de seus corpos? De quais maneiras as desigualdades sociais e raciais são materializadas durante toda a vida destes jovens? Quais limitações jovens negros moradores das favelas de Fortaleza encontram em suas trajetórias particulares? Essas são algumas questões das quais esta dissertação se debruça. Uma análise do genocídio enquanto um fenômeno social e racial que ocorre na vida de jovens negros desde o seu nascimento, jovens que são oriundos das periferias da cidade de Fortaleza. A partir da perspectiva de jovens moradores do bairro Jangurussu e de militantes sociais antirracistas. Através de uma investigação sociológica fazendo uso de uma análise documental (Relatórios locais, nacionais e internacionais, Mapas e Atlas da violência, notícias, músicas, filmes e documentários), a metodologia utilizada foi a metodologia qualitativa priorizando entrevistas em profundidade realizadas presencialmente e virtualmente. Esta pesquisa é subsidiada por, prioritariamente, Alexander (2017), Almeida (2019), Barreira (1999), Barros (2017, 2018, 2021), Césaire (2020), Davis (2003, 2005), Diógenes (1998), Feltran (2013, 2018), Fernandes (2008, 2017), Flores (2017), Lyra (2013), Moura (2019), Nascimento (1978), Sá (2011, 2021), dentre outros.

Palavras-chave: genocídio; juventude; racismo; violência.

## **ABSTRACT**

Does the death of young black people take place at the exact moment of the physical death of their bodies? In what ways are social and racial inequalities materialized throughout these young people's lives? What limitations do young black people living in the shanty towns of Fortaleza find in their particular trajectories? These are some of the questions that this dissertation addresses. An analysis of genocide as a social and racial phenomenon that occurs in the lives of young black people since their birth, young people who come from the outskirts of the city of Fortaleza. From the perspective of young residents of the Jangurussu neighborhood and anti-racist social activists. Through a sociological investigation using a documentary analysis (Local, national and international reports, Maps and Atlas of violence, news, music, films and documentaries), the methodology used was the qualitative methodology, prioritizing in-depth interviews carried out in person and virtually. This research is primarily supported by Alexander (2017), Almeida (2019), Barreira (1999), Barros (2017, 2018, 2021), Césaire (2020), Davis (2003, 2005), Diógenes (1998), Feltran (2013, 2018), Fernandes (2008, 2017), Flores (2017), Lyra (2013), Moura (2019), Nascimento (1978), Sá (2011, 2021), among others.

Key words: genocide; youth; racism; violence.

## LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 - Grande Pirambu visto de cima, fonte: Pirambu News. ....	24
Imagem 2 - Página na rede social Instagram destinada a divulgar as batalhas de Slam que ocorrem no bairro. ....	27
Imagem 3 - Página na rede social Instagram usada por moradores de todas as idades do bairro. ....	27
Imagem 4 - Página na rede social Instagram tem o intuito principal de divulgar o comércio local. ....	27
Imagem 5 - Campo de futebol revitalizado a partir de iniciativas dos moradores, o local é usado por crianças, jovens e adultos. ....	28
Imagem 6 - Jangurussu. Fonte: Thiago Gadelha/Diário do Nordeste. ....	29
Imagem 7 - Cuca do Jangurussu, fonte: Prefeitura de Fortaleza. ....	30
Imagem 8 - Anfiteatro do Cuca Jangurussu durante a realização do tradicional reggae. ....	31
Imagem 9 - Anfiteatro do Cuca Jangurussu. ....	32
Imagem 10 - População Cearense em 1804, fonte: Livro - Abolição no Ceará - um novo olhar. ....	44
Imagem 11 - Super dance - A Gigante de Fortal - Baile do Menfis Clube em Messejana. ....	62
Imagem 12 - Imagem referente ao programa lançado em 2015 Secretaria Nacional da Juventude (SNJ). ....	69
Imagem 13 - Foto da carteirinha de participantes do programa municipal de Fortaleza “Juventude Negra Viva”. ....	69
Imagem 14 – 87% dos mortos por intervenção policial no Ceará são negros .....	80

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - População carcerária nos Estados Unidos da América. ....	40
Gráfico 2 - Condições de moradia. ....	41
Gráfico 3 - Comparativo de desocupação a partir de níveis educacionais. ....	42

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	15
<b>2</b>	<b>“O menino nasceu no lugar que já era favela, nasceu num lugar que já era... vai crescer, se virar e virar marginal. Já nasceu marginal, já nasceu assim: nada!”</b> .....	22
2.1	A caminhada em direção ao tema de pesquisa. ....	22
2.2	O bairro Jangurussu. ....	26
2.3	Cuca do Jangurussu. ....	30
2.4	O que significa “Genocídio?” .....	34
2.5	A Questão racial no Brasil. ....	37
2.5.1	A questão racial no estado do Ceará - “Negrada negada: o negro no Ceará”. ....	42
2.6	Descrição dos interlocutores. ....	45
2.7	Percursos Metodológicos: A pesquisa em um contexto novo de práticas antigas. ....	47
2.7.1	Com tudo isso, torna-se ainda mais necessário a continuidade da pesquisa social. ....	49
<b>3</b>	<b>DA REDEMOCRATIZAÇÃO AO MOVIMENTO ESTUDANTIL UNIVERSITÁRIO: A realidade de jovens negros cearenses de 1980 a 2015.</b> .....	52
3.1	O surgimento do Movimento Negro no Ceará e sua influência na percepção do negro cearense. ....	53
3.1.1	A violência policial na década de 1980. ....	57
3.2	Funk, Hip Hop e as Galeras na década de 1990. ....	60
3.3	A juventude negra e o movimento estudantil. ....	67

<b>4</b>	<b>Baculejos e violência policial como ferramentas para o genocídio social e racial.</b> .....	73
4.1	O baculejo no cotidiano da juventude das favelas Fortalezenses. ....	73
4.2	Violência policial contra jovens no Ceará. ....	79
4.3	"Aí me fez pensar também como a abordagem policial é diferente no preto e no branco, entendeu?" Como a discriminação racial passa a ser percebida por jovens das favelas. ....	81
<b>5</b>	<b>CONCLUSÃO.</b> .....	85
	<b>REFERÊNCIAS.</b> .....	91
	<b>ANEXOS.</b> .....	101

## 1 INTRODUÇÃO.

*“Começou a morrer de tiro, essas paradas assim. E eu percebi que a violência tava tão próxima, mas tão próxima, foi quando a minha mãe foi assassinada, se liga?”*

Desde o começo dos anos 2000, tem-se intensificado pesquisas e análises a respeito da violência no Brasil (VIEIRA, 2014). Esforços para compreender a atuação e evolução das galeras, gangues, facções, comandos ou coletivos criminais (DIÓGENES, 1998; PAIVA, 2019) na sociedade são cada vez mais frequente. Até a década de 1980 e 1990 a região Sudeste concentrava os maiores índices de violência, de maneira ampla, do País. Porém, a partir dos anos 2000 esse cenário se modifica, colocando as regiões Norte e Nordeste à frente no aumento dos índices de violência.

*“Dos meus quinze pros meus dezesseis eu já tinha perdido, pelo processo das ruas, o processo das gangues, eu já tinha perdido vários amigos, já tinha morrido alguns amigos meus, né? Já tinha começado um processo de arma de fogo, de violência já começou a entrar nesse processo, né? Começa a uma juventude já a morrer com essa entrada”.*

A taxa de homicídios a cada 100 mil habitantes no Ceará, em 1980 era de 8,41 e em 2017 atingia a marca de 60,63<sup>1</sup>. Sendo o estado com a maior taxa de mortalidade em 2020 com um crescimento superior a 70% em comparação ao ano anterior. Em relação a crianças e adolescentes de zero a dezenove anos, durante a pandemia, Ceará também lidera a taxa de mortes violentas intencionais, a cada 100 mil habitantes, nosso Estado aparece com a taxa de 27,2 seguido por Rio Grande do Norte (20,9), Sergipe (20,6) e Pernambuco (20,3)<sup>2</sup>

“No Brasil, o IHA [Índice de Homicídios na Adolescência] subiu de 2,8 em 2005 para 3,65 em 2014 (crescimento de 30%). Em Fortaleza, saltou de 2,35 em 2005 para 10,94 em 2014 - crescimento de 365%”<sup>3</sup>. Fazendo com que Fortaleza seja uma cidade demasiadamente perigosa para os mais jovens, visualizando em âmbito estadual, em 2021 apenas nos três primeiros meses do ano houve o registro de 112 homicídios contra crianças e adolescentes no Ceará<sup>4</sup>.

Esse elemento se fortalece e se enraíza ao longo dessas quatro décadas (1980 a 2020), no Atlas da Violência de 2020, o Ceará aparece em terceiro lugar na taxa de homicídios a

<sup>1</sup> Fonte: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/dados-series/20>

<sup>2</sup> Fonte: 15º Anuário Brasileiro de Segurança Pública.

<sup>3</sup> Fonte: “O raio-X das mortes na capital mais perigosa do Brasil para adolescentes” por Fernanda da Escóssia para a BBC Brasil em 6 junho 2017, disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-40140922>

<sup>4</sup> Fonte: <http://cedecaceara.org.br/site/index.php/2021/04/28/ceara-registra-112-homicidios-contra-criancas-e-adolescentes-nos-tres-primeiros-meses-do-ano/>

jovens, com o índice de 118,4 por cem mil jovens, ficando atrás apenas de Rio Grande do Norte com 119,3 por cem mil jovens e de Roraima com 142,5 jovens vítimas de homicídio. A taxa nacional é de 60,4 para cada cem mil jovens. Quando se refere a violência letal contra mulheres, o Ceará aparece em segundo lugar com a taxa de 10,2 para cada cem mil mulheres, ficando atrás de Roraima que tem a taxa de 20,5 por cem mil, a média nacional é de 4,3 vítimas de violência letal para cem mil mulheres. De 2008 a 2018, o Ceará teve um aumento de 278,6% de homicídios contra mulheres (IPEA, 2020).

Esse aumento da violência letal não se dá de maneira homogênea para todas as mulheres, em 2018, 68% das mulheres assassinadas no Brasil eram negras, em estados como o Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba essa diferença aparece de maneira explícita e gritante, com o homicídio a mulheres negras chegando a ser quase quatro vezes mais frequente do que com mulheres não negras. Tratando-se de pessoas negras em geral (pretos e pardos) outro dado alarmante aparece, no ano de 2018 75,7% das vítimas de homicídio no Brasil eram negras.

*“e tinha só uma pessoa lá que era branco, assim, meio branquinho, meio alvinho, e também bem aparentado né mano? Ele [policial] pegou e foi batendo nas nossas costelas, cada um de nós, quando foi chegando na dele, ele pegou e foi totalmente diferente a abordagem nele. Perguntou o que é que ele tava fazendo ali, por causa que ali não era o lugar dele, essas coisas... e eu peguei, olhando aquilo, deu uma raiva tão grande, que deu uma vontade de eu falar, né, má? Por que, o que é que ele tem que eu não tenho? Ou é só por modo dele ser branco e eu ser negro?”<sup>5</sup>*

De 2008 a 2018, o Ceará teve um aumento de 187,5% na taxa de homicídios com pessoas negras, ocupando em 2018, o sexto lugar nos estados com maior índice de violência letal com negros e negras, obtendo a taxa de 69,5 para cada cem mil habitantes enquanto a média nacional é de 37,8 para cada cem mil pessoas. Em contraposição, o assassinato de pessoas não negras no Ceará em 2018 contou com a taxa de 14,7 a cada cem mil habitantes, a média nacional é de 13,9 vítimas letíferas de pessoas não negras. (IPEA, 2020).

Todos esses dados colocam o estado do Ceará em uma posição de destaque, mas um destaque nada confortável para o povo cearense, em especial a população fortalezense que reúne em torno de um terço de toda a população do estado do Ceará, chegando à marca próxima de três milhões de habitantes na capital. Mas, quais são os elementos que levam a esse cenário de tanta violência? Responder essa única pergunta já traria conteúdo suficiente para escrever outra

---

<sup>5</sup> Alguns trechos desta dissertação foram utilizados na construção do projeto de pesquisa que apresento na seleção para a turma do ano de 2022 de doutorado em sociologia da Universidade Federal do Ceará, esse trecho de entrevista é um dos que foi utilizado no projeto.

dissertação, afinal, diversas dimensões da história do país e da formação social brasileira podem entrar aqui, como por exemplo, as discriminações e desigualdades sociais existentes no nordeste brasileiro e na região norte em detrimento ao restante do país. Ou, a posição geográfica onde a cidade de Fortaleza está localizada, incluindo sendo rota para outros países e continentes. Ou como se estrutura, se forja e se perpetua as maneiras das quais o racismo é efetivado no estado do Ceará, aliás, a questão racial no estado é totalmente imersa em diversas particularidades.

Enfim, tentar responder como o Ceará alcança essa posição de destaque em contexto de violências, conflitos e desigualdades é parte do propósito desta dissertação, mas não é um de seus objetivos principais. Quando alguém vê a palavra *genocídio*, o que vem em sua mente? Na cena política brasileira essa palavra ganhou popularidade entre ativistas midiáticos, movimentos sociais de esquerda e figuras políticas durante a pandemia mundial do coronavírus. Esses sujeitos apontam a política do então presidente Jair Bolsonaro como uma política genocida, mas, qual o alcance dessa afirmação? Em quais pessoas ela consegue chegar? Apontar algumas diferentes percepções e usos do termo genocídio também é pretensão deste trabalho. No entanto, antecipo que minha abordagem parte da perspectiva de identificar genocídio como um fenômeno social e racial. O extermínio, a morte física, o aniquilamento de corpos negros aparecem em evidência, como os trechos de entrevistas postos nesta introdução demonstram.

Existe uma limitação concreta da vida, segundo o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), em 2010 a expectativa de vida de pessoas brancas chegava à marca de 75,92 anos a mais que pessoas negras no Brasil, para as pessoas negras a esperança de vida em média estava em 73,2 anos, enquanto a de pessoas brancas no mesmo período estava em 75,3. Por conta desses fatores, dou ênfase para a morte física de corpos negros, mas, a prioridade e objetivo central é em relação às limitações ainda em vida, limitações que dificultam e até impossibilitam uma “vida digna”, limitações no acesso à educação, limitações no direito de ir e vir, limitações no exercício do lazer. De quais maneiras, socialmente e racialmente, os jovens negros de Fortaleza encontram limitações? Essa é uma das perguntas chave de toda esta pesquisa.

Não nego que o homem tenha o dever de viver, mas só podemos dizer que é um dever no sentido mais estrito do termo, quando a vida é para ele um meio de atingir algum fim que o ultrapassa. Não há nada de moral em viver simplesmente por viver. (DURKHEIM, 2012).

Estariam os jovens que aparecem neste trabalho dentro dos critérios de Durkheim para atingir o direito do “dever de viver”? Para iniciar essa análise, é importante tornar nítido que as Instituições Sociais para Durkheim são responsáveis pela construção de uma moral social coletiva e que é através dessa moral e a partir das relações sociais que o indivíduo vai, de fato, construir sua vida social. Para Durkheim, o indivíduo necessita construir sentidos em sua vida para que tenha uma vida social em sua plenitude.

Numa perspectiva de que existe um caminho que é percorrido e uma das finalizações desse caminho é o encontro da morte, nesse caminho, desde o berço destes jovens, existem uma série de fatores que vão construindo essa jornada em direção ao genocídio, seja esse genocídio apresentado como fenômeno social, opressão racial ou extermínio dos corpos físicos destes jovens.

A perda de laços com pessoas, instituições e valores considerados legítimos socialmente se traduz concretamente, na exacerbação da coragem e na possibilidade real de eliminação física. A fragilidade dos laços de pertencimento social cria uma espécie de inexistência do indivíduo no mundo legítimo que, faz sentir que a morte seria apenas a confirmação dessa ausência. (FELTRAN, 2008).

A presença constante de Instituições Sociais e de relações sociais sólidas seriam, então, essenciais para que um indivíduo consiga construir o seu “viver” desde o nascimento. No entanto, se for observado a realidade brasileira e dar foco na perspectiva de como se deu nossa formação social, política e econômica, o racismo aparece como fator estruturante de nossa sociedade.

Com isso, os jovens negros, desde seu nascimento, já estão em contexto de desigualdade. A primeira Instituição Social que temos contato ao nascer é a família, e por conta do racismo estrutural que atinge a sociedade em absolutamente todos os aspectos, as famílias de pessoas negras de classes populares em geral se encontram em cenários de desigualdade social e econômica.

O local escolhido para ser trabalhado nesta dissertação é o bairro Jangurussu, bairro que fica em uma das extremidades da cidade de Fortaleza. O Jangurussu carrega o estigma de ser um “bairro violento”, possuindo o IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) de 0,172, em outras palavras, de 119 bairros existentes na capital cearense, o Jangurussu ocupa a posição 111º ficando à frente apenas da Granja Lisboa (0,169), Planalto Ayrton Senna (0,168), Praia

do Futuro II (0, 167), Siqueira (0, 148), Genibaú (0, 138), Canindezinho (0, 136), Presidente Vargas (0, 135), Conjunto Palmeiras (0, 119)<sup>6</sup>.

Porém, mesmo o Jangurussu ocupando a posição de um dos menores IDHs de Fortaleza e ocupando grandes números de Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLIs), a percepção cotidiana e a vivência dos moradores do bairro demonstra ser outra, afinal, a observação e a compreensão do mundo social não se refere a algo descritivo, é necessário visualizar o que está escondido ou invisibilizado por trás dos dados (PAUGAM, 2015). Os dados norteiam o caminho que sociólogos e sociólogas devem trilhar, no entanto, é parte do ofício do fazer sociológico buscar o que está nas entrelinhas dos dados estatísticos, o que não está tão explícito. Como, por exemplo, o Jangurussu lidera o ranking de adoção e ocupação dos espaços públicos em Fortaleza,<sup>7</sup> tem fortes produções e realizações de Slams,<sup>8</sup> agrega inúmeros jovens em atividades culturais, esportivas e artísticas no CUCA (Centro Urbano de Cultura e Arte), etc. Nesse sentido, compreender a totalidade da vida social no bairro do Jangurussu é também objetivo desta pesquisa.

Neste trabalho aparecem jovens moradores do Jangurussu e militantes de esquerda antirracista, formando os principais interlocutores desta pesquisa.

O tema de genocídio, em especial o genocídio de jovens negros, não é um tema que tem compreensão e percepção unânime, busco priorizar a percepção das pessoas que aparecem ao longo desta dissertação. Esse é um termo em disputa, ainda novo se colocado em termos históricos. Particularmente, como militante organizada em organizações políticas, conheço a disputa política dentro da própria esquerda a respeito do que é genocídio. Nessa disputa política, me insiro no campo político que compreende que a morte de jovens negros faz parte de um projeto de extermínio e perpassa por diversos setores políticos e sociais. Nesse sentido, a percepção dos jovens, das mães e dos militantes sobre as várias dimensões do que seria esse genocídio é um dos principais objetivos desta pesquisa.

A metodologia usada nesta pesquisa é a metodologia qualitativa, através da realização de entrevistas em profundidade presenciais e virtuais, e através da prática etnográfica no local selecionado para a pesquisa.

Ao todo, esta dissertação é dividida em três capítulos, onde, cada um deles investigando questões particulares e amplas que nutrem o genocídio racial e social de jovens negros. No

---

<sup>6</sup> Fonte: Prefeitura de Fortaleza.

<sup>7</sup> <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/metro/bairro-jangurussu-lidera-ranking-de-adoacao-de-espacos-publicos-em-fortaleza-1.3031277>

<sup>8</sup> Poesias de rua.

primeiro capítulo, faço a conceituação do tema geral deste trabalho e relato os percursos metodológicos da construção desta pesquisa, onde, através de uma revisão literária demonstro as especificidades deste tema. Além disso, um ponto central que permeia praticamente a totalidade desta pesquisa é o desafio de fazer pesquisa durante uma pandemia mundial, um desafio que vai muito além do âmbito acadêmico e objetivo, as subjetividades e conflitos na construção da pesquisa também estão inseridas entre o percurso metodológico de construção deste trabalho e alguns desses conflitos e subjetividades aparecem também no primeiro capítulo.

No segundo capítulo, faço uma análise resgatando elementos do cotidiano de jovens negros moradores das periferias de Fortaleza, fazendo uso da percepção de jovens que vivenciaram os conflitos existentes na década de 1980, 1990 e o período de 2010 a 2015. Além disso, neste capítulo abordo também a perspectiva de jovens organizados politicamente sobre as discriminações raciais. Nesse capítulo, os protagonistas são João, Talisson e Margarida, sujeitos que estiveram na formação e consolidação do Movimento Negro Cearense no período que o país se inseria no cenário político de redemocratização e participaram do momento em que coletivos de juventude passaram a debater questões raciais de modo mais central. Nesse capítulo aparece uma linha histórica de construção, a ideia não é fazer uma historiografia, e sim fazer uma contextualização abrangente na tentativa de compreender um fator que ocorre no ano de 2011, a divulgação institucional, através do mapa da violência, de um verdadeiro extermínio de jovens negros brasileiros. Ou seja, quais elementos existem na realidade de jovens negros nas décadas de 1980 e 1990 que influenciam a realidade jovens negros após o ano de 2010?

Em 2011, através do estudo coordenado pelo sociólogo Júlio Jacobo Waiselfisz, O Ministério da Justiça, em parceria com o Instituto Sangari lança o Mapa da Violência intitulado “Os jovens do Brasil”. O estudo centra sua análise em três formas de extermínio da juventude: homicídios, acidentes de transporte e suicídio. Em cada uma das três perspectivas, 1 em cada 3 pessoas mortas, é um jovem na faixa etária entre 13 e 20 anos de idade. Esse mapa da violência demonstrou que mais de 70% dos homicídios que tiveram registro (ou seja, a porcentagem oficial pode ser ainda maior) no ano de 2010 no Brasil foram de jovens, entre 13 e 20 anos, negros do sexo masculino, moradores das periferias de grandes centros urbanos do país.

No terceiro e último capítulo, os protagonistas são Luiz e Daniel, jovens do tempo histórico atual, abordando neste capítulo a violência policial e como o “baculejo” está presente na vida destes jovens. Embora o sujeito principal desta pesquisa esteja encaixado na categoria de “jovem”, não há como construir uma definição única a respeito do que é juventude (DAYRELL, 2003). A juventude é, ao mesmo tempo, uma condição social e um tipo de

representação (PERALVA, 1997). Com isso, é possível refletir sobre o conceito de juventude como algo que é construído a partir de seu contexto social e histórico, e ainda sobre influências a partir de questões que incidem direta ou indiretamente em sua realidade, como a macro conjuntura política. Quando se fala em juventude, o mais adequado seria falar a respeito de juventudes, no plural, visto que o jovem seria um sujeito histórico e social (DAYRELL, 2003). Trazendo, além disso, a questão racial no cotidiano destes jovens. Aparece outras particularidades vividas por eles e é principalmente essas particularidades que são trabalhadas no terceiro capítulo deste trabalho.

## **2 “O menino nasceu no lugar que já era favela, nasceu num lugar que já era... vai crescer, se virar e virar marginal. Já nasceu marginal, já nasceu assim: nada!”**

“O menino nasceu no lugar que já era favela, nasceu num lugar que já era... vai crescer, se virar e virar marginal. Já nasceu marginal, já nasceu assim: nada! Já nasceu com o futuro definido, violência pré-fabricada e eu não preciso de cartas, búzios, tarô, nada disso... basta olhar os olhos dele, basta olhar a cor dele, basta olhar os olhos dele”.

Fala inicial da peça: *Todo Camburão Tem Um Pouco De Navio Negroiro* do Grupo Nóis de Teatro.<sup>9</sup>

### **2.1 - A caminhada em direção ao tema de pesquisa.**

Iniciei a caminhada para a construção do tema desta pesquisa com muitas dúvidas, em toda minha trajetória houve situações em que me perguntei “porque?”, por que existem jovens que se vão tão cedo? Por que existem jovens que não têm o mesmo acesso educacional que outros jovens têm? Por que existem jovens que adentram no mercado de trabalho antes mesmo de encerrarem suas juventudes enquanto outros já mesmo com a vida adulta caminhando podem optar pela não inserção no mundo laboral? Por que existe uma nítida divisão racial entre esses jovens, e os demais jovens? Por que a infância para eles parece um período tão breve? Por que lhes é retirado o direito de sonhar? Essa pergunta em particular me causa mais do que dúvida, me causa um certo incômodo também, pois, o sonho não significa sequer que será realizado, mesmo assim, estes jovens não se veem na possibilidade de sonhar com o que quer possa acontecer de relativamente muito bom em seus futuros.

Não tenho a pretensão, com este trabalho, de responder todas as dúvidas que me trouxeram até aqui, algumas das quais estão citadas acima, mas, houve uma pergunta que me trouxe maior inquietação: O que é o genocídio do jovem negro na cidade de Fortaleza? A morte física desse jovem me parecia uma resposta um pouco incompleta e acabei ficando com mais dúvidas. Procurei algumas respostas entre jovens chamados por “jovens em conflitos com a lei”, mas minha inquietação e dúvida ainda permanecia, então cheguei à conclusão de que não era bem sobre esses jovens que minhas dúvidas surgiam, embora também fosse sobre eles, no

---

<sup>9</sup> O Nóis é um grupo de teatro profissional atuante desde 2002 em Fortaleza - CE. Nesses anos de pesquisa e produção continuada em arte e cidade, o grupo reside no Grande Bom Jardim, tornando-se uma das referências nacionais de trabalho artístico desenvolvido em periferia.

entanto, encontrei na literatura sociológica algumas pessoas que falavam sobre os jovens que eu tinha dúvida, são aqueles que:

Nascem, crescem, reproduzem-se e morrem, como se nunca tivessem existido, os malandros, os marginais e os vagabundos, tipos indômitos de uma realidade insólita. A “acumulação social da violência”, portanto, exhibe uma progressão degenerativa da moralidade do acusado, cada vez mais segregado de um universo comum. (LYRA, 2013).

Nesse momento percebi que os jovens descritos por Lyra eram alguns dos jovens dos quais eu gostaria de dialogar. São esses jovens que sempre me causaram dúvidas, na verdade, não eles exatamente, mas o que havia em suas trajetórias, quais fatores, quais elementos, quais circunstâncias geram tamanha desigualdade para que se tornem os jovens mencionados por Diogo Lyra (2013)? A trajetória por si só não pré-determina o destino, mas gera uma acumulação social da violência (MISSE, 1999), que limita as possibilidades de escolhas ao longo da vida, são sujeitos matáveis, que carregam em si a espera da morte. (ACCIOLY; LINS, 2017).

Não foi por coincidência que tive dificuldade de encontrar os jovens com os quais eu gostaria de trabalhar, além de minhas próprias limitações de acúmulos teóricos, a própria sociologia da violência também se depara com limitações de análises e interpretações sobre os momentos em que é efetivado a cisão que faz com esses jovens deixem de ser “meninos normais” para serem “jovens em conflito com a lei”, ou “jovens à margem da sociedade normal”, ou “jovens marginais”. Isso se dá por conta destes meninos não serem sujeitos de si. Desde o momento de seu nascimento (ou até mesmo antes), a realidade que conhecem é farta de negações e ausências que faz com que esses jovens não sejam “mais do que informantes de segunda classe sobre suas próprias vidas”. (LYRA, 2013, p. 35).

A busca para se chegar a esse tema se deu através de conversações interiores (HAMLIN, 2014), onde, por meio de uma observação consciente da minha própria trajetória pessoal, política, acadêmica e social procurei lacunas que pudessem ser originadas por problemas sociológicos, com isso, cheguei em meu primeiro tema de pesquisa, ainda não o mesmo que aparece neste trabalho.

Minha trajetória particular se inicia e se conforma de maneira não muito diferente das pessoas que aparecem nesta pesquisa, sendo uma jovem que nasceu e se criou no grande

Pirambu<sup>10</sup>, me identificando enquanto mulher negra após entrar no ensino superior e aprender o que é o Racismo Estrutural, filha de mãe solo e oriunda da escola pública vivenciei e vivo realidades semelhantes às que são relatadas em alguns momentos das falas de meus interlocutores. Na realidade em que me criei, aprendi o que era direito à cidade antes de aprender o conceito, aliás, aprendi o que era não ter direito a cidade. Até os 23 anos de idade morei em locais muito próximos ao Dragão do Mar - Centro de Arte e Cultura<sup>11</sup>, com diversas atrações culturais gratuitas ou de baixo custo poderia ser uma boa maneira de me aproximar de espaços artísticos, no entanto, todas as vezes que fui ao local havia uma grande dificuldade para retornar para casa, pois os ônibus que iriam em direção aonde eu morava não paravam nas paradas próximo ao centro cultural, pois em geral os jovens que entravam nos ônibus nestas paradas eram os jovens da favela. Então, logo no início de minha juventude aprendi que existiam alguns fatores que me impediam de exercer meu pleno direito de ir e vir além da questão de mobilidade urbana, isso sem mencionar as limitações de gênero no ato de ir e vir.



---

<sup>10</sup> Pirambu é a maior favela de Fortaleza, terceira maior do Nordeste e sétima maior favela do País segundo o IBGE/2010. Tendo se originado na área nobre de Fortaleza há mais de cem anos, o Pirambu passa a ser estigmatizado como um lugar perigoso, de grande miséria, violências e prostituições a partir das décadas de 1930 e 1940 quando a instalação de Indústrias e construção do Porto do Mucuripe levaram a elite Fortalezense a se mudar para a Praia de Iracema e para o bairro hoje conhecido como Meireles. Porém, a história do grande Pirambu, além de reunir patrimônios históricos da cidade como a escola Liceu do Ceará fundada em 1845, é também um território que historicamente reúne associações comunitárias organizadas politicamente, tendo também relação com a Igreja Católica que conjuntamente com as associações e moradores da favela organizaram a Marcha do Pirambu em 1962 afirmando sua existência e resistência.

<sup>11</sup> O Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura é um complexo cultural da Secretaria da Cultura do Estado do Ceará que é gerido em parceria com o Instituto Dragão do Mar. Cerca de 90% da programação do Centro Dragão do Mar tem acesso gratuito ou preços simbólicos, com o objetivo de formar plateia nas diversas linguagens artísticas. Essa programação reúne, de terça a domingo, apresentações em Circo, Teatro, Dança, Literatura, Fotografia, Performance, Música, Cinema e Pontos de Cultura. Texto retirado do site Institucional do Dragão do Mar: <http://www.dragaodomar.org.br/institucional/quem-somos>

Imagem 01: Grande Pirambu visto de cima, fonte: Pirambu News.

A proximidade da minha moradia ao mar, também me encaixou na categoria de “jovens praieiros”, como diz Leonardo Sá (2010), os jovens que moram no entorno de praias se relacionam com o mar de diversas maneiras, buscam nesse lugar momentos de lazer, de encontros, de festas, de shows e até mesmo de descanso. No meu caso também não é diferente, na minha trajetória percebi o mar como um lugar de encontro não só entre amigos como também comigo mesma, com minha essência. Aos 23 anos, eu e minha família nos mudamos para uma comunidade do outro lado da cidade ao ganharmos um apartamento de conjunto habitacional pertencente ao programa social Minha Casa Minha Vida. A partir desse momento, passei a conhecer uma outra realidade de jovens da classe trabalhadora, pois o conjunto habitacional do qual resido atualmente é uma comunidade territorializada por facções criminais. Vivenciar essa realidade também me gerou outras perspectivas de como enxergar a territorialização da cidade e sobre como é o cotidiano da juventude que mora nos lugares distantes das praias.

Crescer nesse contexto inseriu em minha trajetória fatores essenciais que me levaram a me organizar politicamente logo após entrar no ensino superior, me associando ao movimento social Levante Popular da Juventude com proximidade ao Movimento Social de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Sem Terra (MST).

Durante boa parte da graduação me mantive distante das áreas que debatiam conflitos sociais e violências, mesmo essas sendo áreas com grande engajamento acadêmico na Universidade Federal do Ceará. Me mantive distante por visualizar perspectivas de conflitos e violências um pouco diferentes do que eu conhecia fora da universidade, uma perspectiva “distante”, uma perspectiva que fala a partir do lugar do outro, de quem observa e vivencia por determinado período. Porém, percebi uma mudança de perspectivas acadêmicas ao longo dos anos de graduação, isso se deu também por uma mudança de perfil universitário do qual eu também fazia parte, iniciei o ensino apenas três anos depois da implementação das cotas sociais e raciais, essa política pública ampliou a inserção de maneira gradual na construção acadêmica e com isso, no último ano de graduação me senti confortável para me debruçar sobre os temas de conflitos sociais, desigualdades, violências etc.

De início, fui em busca de compreender como se dava a questão educacional de jovens que estavam ou haviam estado inseridos no sistema socioeducativo. Então passei a frequentar mais o Cuca do Jangurussu, local que reunia jovens que moravam no entorno do Cuca, incluindo jovens que já haviam passado pelo sistema de socio educação. Após frequentar mais esse espaço

e conhecer mais jovens do socioeducativo, percebi que esse ainda não era o tema de pesquisa que de fato eu me inquietava em pesquisar de maneira prolongada.

## 2.2 - O bairro Jangurussu.

Eu vou tirar uma história  
Lá do fundo do baú  
A cidade é Fortaleza  
O bairro é Jangurussu  
É no rumo de quem vai  
Lá pra Maracanaú

Fortaleza toda sabe  
É ali que se joga o lixo [...]  
Há uns vinte anos atrás  
Quando ali só era mato  
Só tinha a rampa do lixo  
Uns quatro ou cinco barracos  
E uma casa abandonada  
Toda cheia de buracos

Ali não passava ônibus  
Só bicicleta ou carroça  
Para ter uma inundação  
Bastava uma chuva grossa  
Empurrado pela fome  
Vem o povo e se apossa.

Caixeiros Viajantes<sup>12</sup> - O Lobisomem do Jangurussu

---

<sup>12</sup> Caixeiros Viajantes é formada por Wilker Andrade (vocal e baixo), Jefferson Juan (guitarras e *backing* vocal) e Jefferson Castro (bateria e *backing* vocal). Os Caixeiros Viajantes surgiram em 2016, em Fortaleza (CE) com a proposta de produzir um trabalho autoral independente caracterizado por influências do rock e por aspectos regionais, tratando de temáticas sociais representando os ecos da periferia.

O trecho da música acima traz um resumo dos principais estigmas do bairro Jangurussu, por ter tido origem a partir dos anos 1970 quando no local havia um grande aterro sanitário conhecido como a rampa de lixo do Jangurussu. O bairro faz divisa com Conjunto Palmeiras, Ancuri, Santa Maria, Messejana, Barroso, Passaré e José Walter, ficando em uma das extremidades de Fortaleza, próximo à região metropolitana. Jangurussu é uma palavra de origem indígena que significa “onça grande”, o bairro carrega esse nome desde o início do povoamento da região de Messejana nos séculos XVIII e XIX (NOGUEIRA, 1887). A distância do bairro com as áreas centrais da cidade proporciona algumas características ao local como a forte presença de pequenos comércios no bairro, além de ser o bairro que lidera a ocupação dos espaços públicos com atividades esportivas, culturais e de lazer.

Além disso, o Jangurussu também ocupa as redes sociais mostrando uma aparência do local conhecida principalmente pelos jovens que moram no bairro, nestas redes existe a divulgação de batalhas de Slams<sup>13</sup> que existem no bairro, divulgação de acontecimentos do cotidiano do local, se alguma avenida está com trânsito intenso, se algum local está com falta de água ou falta de energia, se ocorreu algum acidente, etc., Existe também a divulgação dos comércios que existem no bairro, a divulgação de vagas de empregos e até mesmo trocas de flertes entre os jovens que enviam mensagens anônimas para as páginas solicitando a rede social pessoal de algum(a) outro(a) jovem que tenha sido visto(a) nas ruas do bairro.

Imagem 02<sup>14</sup>Imagem 03<sup>15</sup>Imagem 04<sup>16</sup>

A pandemia mundial do coronavírus fortaleceu ainda mais o uso das redes sociais por parte dos mais jovens, e a juventude do Jangurussu sabe bem como fazer uso dessas ferramentas. Nas mídias locais do bairro, existe desde divulgação dos mais variados produtos

<sup>13</sup> Slam é uma disputa de poesias autorais, criado na década de 1980 em Chicago nos Estados Unidos, essa disputa tem ganhado cada vez mais espaços no Brasil, a poesia autoral deve ter no máximo três minutos e é analisada por júri popular escolhido no momento da competição (PAULA, 2019).

<sup>14</sup> Página na rede social Instagram destinada a divulgar as batalhas de Slam que ocorrem no bairro.

<sup>15</sup> Página na rede social Instagram usada por moradores de todas as idades do bairro.

<sup>16</sup> Página na rede social Instagram tem o intuito principal de divulgar o comércio local.

de venda, ofertas de emprego, avisos de avenidas congestionadas, exposição das batalhas de Slams até mesmo busca de redes sociais de pessoas que os jovens veem em algum local e querem conhecer mais dessas pessoas geralmente com intuito trocar flertes com essas pessoas. As redes sociais que estão mais acima são algumas das mais conhecidas e usadas pela juventude do Jangurussu.



Imagem 05: Campo de futebol revitalizado a partir de iniciativas dos moradores, o local é usado por crianças, jovens e adultos.

Foto: Thiago Gadelha/Diário do Nordeste

Em relação a violência urbana, essa prática não se dá de maneira homogênea nos grandes centros urbanos, em Fortaleza é possível encontrar na mesma cidade pelo menos duas maneiras distintas que geram o fortalecimento da segurança pública e dão uma “sensação” de área protegida e tranquila. No Jangurussu, como geralmente acontece nas favelas de Fortaleza, a sensação de segurança é proporcionada através da ocupação dos espaços, a exemplo do campo de futebol que foi revitalizado pelos próprios moradores tornando possível uma maior movimentação no local. Falo em pelo menos duas maneiras distintas que dão a sensação de proteção, pois, em bairros nobres como o Cocó, Aldeota e Dionísio Torres a maior ocupação é dos locais de moradia como grandes apartamentos.

Evidentemente, me refiro a “sensação”, no entanto, os três bairros nobres que citei, de fato, estão entre os chamados bairros mais seguros de Fortaleza. A definição de bairros seguros, feita pela Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social do estado que utiliza um algoritmo<sup>17</sup> que faz uso em torno de 70 indicadores composto por quatro grupos que são: infraestrutura, renda e educação, saneamento e densidade demográfica e habitacional. O fato que aponto aqui é sobre a percepção de proteção, no Jangurussu, bairro que ocupa um dos menores IDHs (Índice

---

<sup>17</sup> Fonte: <https://www.opovo.com.br/jornal/reportagem/2019/04/29/bairros-com-melhor-idh-tem-menos-homicidios.html>

de Desenvolvimento Humano) de 0,172, e grandes números de CVLIs (Crimes Violentos Letais Intencionais), a percepção de segurança é efetivada por ocupação de espaços públicos, mesmo que os dados apontem a direção de que o bairro é incontestavelmente um local inseguro, violento e um “bairro ruim” para ser feito de moradia, os moradores constroem outras percepções desse mesmo espaço.



Imagem 06: Jangurussu. Fonte: Thiago Gadelha/Diário do Nordeste

Mesmo com tantas possibilidades de fatores para se fazer referência ao Jangurussu, ainda hoje o local luta contra os estigmas a respeito da rampa de lixo, além do estigma da violência. Durante décadas a rampa foi principal fonte do sustento de centenas de catadores de lixo que buscavam ali uma alternativa contra a fome, o aterro sanitário foi oficialmente desativado em 1986, porém, o seu funcionamento permaneceu até o início dos anos 2000.

Porém, os habitantes da favela<sup>18</sup> não se mantêm presos a estes estigmas, a própria ocupação dos espaços públicos proporcionando espaços seguros de convivência e sociabilidade é uma forma de não se aprisionar a estigma de “lugar violento”, criando assim, contextos de existências e re-existências (SILVA; FREITAS, 2018). Outra forma de criar características do bairro que sejam distintas dos estigmas com conotações negativas, se dá através de produções artísticas e culturais produzidas pelos moradores. Saraus, bailes de reggae, batalhas de slam, batalhas de MCs, grupos de poesias etc., fazendo com que a periferia seja o centro em relação a produção de arte e cultura (SILVA; FREITAS, 2018). Um lugar que reúne parte dessas produções é o CUCA do Jangurussu.

<sup>18</sup> Historicamente o termo “favela” aparece de modo pejorativo ao se referir às periferias de grandes cidades. Nesta dissertação, faço uso desse termo como uma forma de ressignificação positiva (MATTOS, 2017) e na compreensão de que “favela” é sinônimo de “comunidade articulada”, ‘unida’, que funciona como principal ‘escudo’ nessa relação [com os sujeitos que não pertencem a favela] de poder” (SÁ, 2010).

### 2.3 - Cuca do Jangurussu.



Imagem 07: Cuca do Jangurussu, fonte: Prefeitura de Fortaleza.

A chamada "Rede Cuca" é uma rede de proteção social e oportunidades formada por Centros Urbanos de Cultura, Arte, Ciência e Esportes (Cucas). Em 2009 houve a inauguração do Primeiro Cuca, o Cuca Che Guevara na Barra do Ceará em Fortaleza, e em 2014, após a inauguração do Cuca do Mondubim e do Cuca do Jangurussu (tendo sido inaugurado no ano anterior), houve a criação da Rede Cuca, agregando hoje além dos três Cucas citados, também o Cuca do bairro José Walter.

Os Cucas são lugares de lazer dentro das favelas de Fortaleza, nele são oferecidos mais de 50 cursos como por exemplo: Fotografia básica, Introdução a Programação, Design Gráfico, Empreendedorismo digital, Idiomas, Técnicas de filmagem, Balé Clássico, Instrumentos Musicais, Teatro, Informática, Gestão de Pessoas etc., além de oferecer também diversos esportes como: Natação, Jiu-Jitsu, Voleibol, Basquete, Futsal, Capoeira etc. No começo do ano de 2021, a Rede Cuca completou sete anos de existência tendo atendido mais de 700 mil jovens, se somados os anos anteriores a criação da Rede desde a inauguração do Cuca Che Guevara, esse número vai de 700 mil para dois milhões de jovens atendidos de alguma maneira por algum Cuca.

O Cuca do Jangurussu, inaugurado no ano de 2013, tem ginásio poliesportivo, piscina para natação, pista de skate, campo de futebol de areia e o anfiteatro. Entre a juventude fortalezense, além dos diversos cursos e esportes, esse Cuca é conhecido pela realização de grandes Reggaes no anfiteatro.



Imagem 08: Anfiteatro do Cuca Jangurussu durante a realização do tradicional reggae, foto: Carliana Nascimento.

No entanto, mesmo sendo um espaço para os jovens que moram nas favelas e comunidades no entorno do Cuca, atividades culturais promovidas pela própria juventude que frequenta o Cuca, por diversas vezes encontram muitas dificuldades para serem realizadas, incluindo o conhecido Reggae do Jangurussu. Em uma das minhas idas ao CUCA do Jangurussu, onde tirei a foto acima, também presenciei o reggae ser encerrado pela ação da Guarda Municipal agindo conjuntamente com a polícia militar e a polícia ambiental.

A Guarda Municipal agindo com viés de certa forma mais burocrático, solicitando documentação fornecida pela prefeitura para a realização do reggae, já no caso da polícia militar, os policiais sobem na arquibancada do anfiteatro selecionando aproximadamente vinte jovens para formarem um “paredão” onde estes seriam revistados (imagem 09), o momento foi registrado por um colega que estava comigo. Após ter realizado o baculejo<sup>19</sup> com os jovens, a policial militar se retirou do anfiteatro, porém, pouco tempo depois a polícia ambiental chega ao local dando ordem de encerrar o reggae com a narrativa de que o som estava acima da altura permitida e, assim, estava causando poluição sonora.

Ao presenciar toda essa ação percebi algumas práticas, dos jovens e das polícias, que me chamaram atenção. Por exemplo, no momento do baculejo coletivo, tudo continuou como se nada estivesse acontecendo, os jovens que estavam na arquibancada continuaram

<sup>19</sup> “Baculejo” ou “Baca” é como é popularmente conhecida a revista policial em Fortaleza.

conversando e os jovens que estavam dançando o reggaeton<sup>20</sup> continuaram dançando, mas no momento em que o baculejo é encerrado e a polícia militar sai do anfiteatro, absolutamente todos os jovens aplaudem comemorando a saída da polícia do local, são sentimentos coletivos, continuar a dança enquanto o baculejo está sendo realizado não aparenta ser um descaso com os jovens revistados, mas sim que o reggae merece ser continuado, questão reforçada quando há comemoração ampla na retirada dos policiais militares.

Outra prática que me chamou a atenção, foi a forma como as polícias encerraram o reggae, não houve só um encerramento do reggae, vários policiais foram caminhando e “direcionando” os jovens para saírem do anfiteatro do Cuca, e isso se deu até depois da calçada do Cuca, ou seja, os jovens não foram somente impedidos de realizar o baile de reggae, foram impedidos também de ficar no espaço do Cuca.



Imagem 09: Anfiteatro do Cuca Jangurussu, foto: Thiago Nascimento.

Descrevendo a situação de forma mais detalhada, o encerramento dos Reggae se deu a partir da atuação de várias polícias em conjunto, como já mencionei acima, em um primeiro

---

<sup>20</sup> Reggaeton é como é chamado o reggae usualmente dançado nas periferias de Fortaleza, diferentemente do reggae dançado nas periferias de São Luís no Maranhão que se costuma ser dançado por duas pessoas próximas uma da outra, no reggaeton em Fortaleza se costuma dançar em grupos com o “passinho”, uma coreografia feita pelos jovens.

momento, presenciei o momento de lazer dos jovens daquele espaço que foi encerrado pela Guarda Municipal, Polícia Militar e Polícia Ambiental. A primeira a agir foi a Polícia Militar, enquanto algumas dezenas de jovens dançavam na quadra do anfiteatro, os policiais subiram na arquibancada e escolheram vinte jovens para formar um paredão e realizar o baculejo como é possível perceber no fundo da imagem acima, no momento da realização do baculejo, o reggae, a dança, as conversas, tudo continuou como se nada estivesse acontecendo, mas, ao concluírem o baculejo, ou “baca” como os jovens se referem, todos os jovens presentes, incluindo os que estavam dançando, pararam e começaram a aplaudir, vaiar e comemorar a retirada dos policiais no anfiteatro. Fica nítido com essa experiência como existe um sentimento de coletividade entre os jovens do local, no momento da revista, cada um e cada uma aparenta saber como agir, os jovens que estavam na arquibancada e não foram “selecionados” para o paredão do baculejo, continuam conversando entre si da mesma forma que estavam, os jovens que estavam dançando continuando dançando, porém, no momento da retirada dos policiais, todos realizam uma única ação que é referente a celebrar, como se dissessem “ganhamos, o reggae vai continuar”.

Entretanto, não satisfeitos com o insucesso da revista vexatória, outra agência institucional realiza sua ação poucos instantes depois da ação da polícia militar. Nesse segundo momento, a Guarda Municipal começou sua atuação ao reivindicar alguma documentação fornecida pela prefeitura para a utilização do espaço pelo Reggae, os jovens que estavam à frente da organização prontamente mostraram a documentação. Mesmo assim, o esforço conjunto das polícias no local que encerrarem o baile de reggae permanece ativo. Pois, ainda não satisfeitos com a continuidade do Reggae, foi a vez da Polícia Ambiental agir informando que o som precisaria ser desligado pois estava fora dos regulamentos ambientais. Pronto! Estava encerrado o momento cultural, mas, além desse encerramento do momento cultural, as duas polícias e a guarda municipal presente se juntaram e foram caminhando devagar atrás dos jovens até que eles, de fato, estivessem fora dos entornos do Cuca, sequer puderam ficar na área externa ao Cuca, os policiais continuaram “conduziram” os jovens mesmo depois de estarem fora dos espaços físicos do local.

Nesse período que passei a frequentar mais o Cuca do Jangurussu, iniciei uma pesquisa sobre baculejo, e com algumas entrevistas já realizadas, pude perceber melhor como essa revista policial incide no cotidiano dos jovens que moram em favelas no entorno do Cuca, um deles chegando a comentar “*sem mentira nenhuma! Do ano passado pra cá deve ter sido pelo menos uns setenta e cinco bacas! Até mesmo quando eu tava saindo da escola*”.

O relato de Daniel, trouxe à tona algumas das perguntas que estão no início deste capítulo, sempre me deixando com uma inquietação sobre quais as razões para estes jovens

vivenciarem trajetórias tão limitadas? Então, no diálogo com esses jovens, compreendi que Daniel e os demais jovens que faziam uso do Cuca tinham algo em comum, a proximidade com a violência letal, com conflitos sociais, com desigualdades, com dificuldades de usufruírem de seus direitos etc. Mesmo nos diálogos informais dentro do Cuca, ao conversar com algum desses rapazes, rapidamente apareciam outros para relatarem experiências e nos relatos, a letalidade e a brutalidade (no caso das revistas policiais) eram uma constante.

Com isso, passei a pesquisar, analisar e refletir sobre as limitações que esses jovens vivenciam para que possam ter “uma vida digna”, “uma vida com qualidade”, usufruir de espaços que lhes possibilitem uma realidade de “bem-viver” ou simplesmente “uma vida plena”. O que impede que isso ocorra?

#### **2.4 - O que significa “*Genocídio*?”**

Trata-se de uma palavra terrível e chocante para a hipocrisia conservadora. Contudo, o que se fez e se continua a fazer com o negro e com seus descendentes merece outro qualificativo? Da escravidão, no início do período colonial, até os dias que correm, as populações negras e mulatas têm sofrido um genocídio institucionalizado, sistemático, embora silencioso: Aí não entra nem uma figura de retórica nem um jogo político. Quanto à escravidão, o genocídio está amplamente documentado e explicado pelos melhores e mais insuspeitos historiadores. A abolição, por si mesma, não pôs fim, mas agravou o genocídio; ela própria intensificou-o nas áreas de vitalidade econômica, onde a mão-de-obra escrava ainda possuía utilidade. E posteriormente, o negro foi condenado à periferia da sociedade de classes, como se não pertencesse à ordem legal. O que o expôs a um extermínio moral e cultural, que teve sequelas econômicas e demográficas. (FERNANDES, Florestan. Prefácio do livro *O Genocídio do negro brasileiro: Processo de um racismo mascarado*. NASCIMENTO, Abdias. 1978).

Embora faça algumas décadas que a palavra *genocídio* começou a ser mais utilizada politicamente e academicamente, ainda hoje não é uma tarefa fácil abordar esse tema, é complicado explicar, complicado compreender e entrando no desafio que me propus a fazer nesta dissertação em tentar abordar o conceito de genocídio trazendo particularidades do contexto cearense, em especial, o contexto fortalezense, se torna um desafio um tanto quanto ousado.

Genocídio que vem do grego - *genos*: tribo/raça e do latim - *cide*: matar, passou a ser mais utilizado a partir da década de 1940 quando em 1944 o jurista polonês Raphael Lemkin<sup>21</sup> usou o termo em sua obra *Axis Rule in Occupied Europe: Laws of Occupation - Analysis of Government - Proposals for Redress* (Regra do eixo na Europa ocupada: Leis de ocupação - Análise do governo - Propostas de reparação).

Em 1946 a Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) definiu Genocídio como “um crime contra o Direito Internacional, contrário ao espírito e aos fins das Nações Unidas e que o mundo civilizado o condena”. Após isso, a ONU determinou um projeto de convenção que foi aprovado na Assembleia Geral realizada em 09 de dezembro de 1948, a partir dessa data, a ONU define genocídio como:

*Art. I* - As Partes Contratantes confirmam que o genocídio, quer cometido em tempo de paz, quer em tempo de guerra, é um crime contra o Direito Internacional, o que elas se comprometem a prevenir e a punir.

*Art. II* - Na presente Convenção, entende-se por genocídio qualquer dos seguintes atos, cometidos com a intenção de destruir, no todo ou em parte, um grupo nacional, étnico, racial ou religioso, tal como:

- a) assassinato de membros do grupo;
- b) dano grave à integridade física ou mental de membros do grupo;
- c) submissão intencional do grupo a condições de existência que lhe ocasionem a destruição física total ou parcial;
- d) medidas destinadas a impedir os nascimentos no seio do grupo;
- e) transferência forçada de menores do grupo para outro grupo.

A partir desse momento, o que de fato seria o crime de genocídio passou a ser formulado de maneira mais ampla, e na história da humanidade diversos momentos são abordados e analisados como genocídio. O genocídio de Ruanda ou genocídio de Tutsi é um dos mais conhecido nos estudos acerca do fenômeno genocídio, trata-se de um massacre ocorrido em 1994 com a morte de mais de 800 mil tutsis, conflito iniciado e instaurado através do

---

<sup>21</sup> Raphael Lemkin foi um advogado, jurista e defensor dos direitos humanos essenciais de ascendência judaica. Ainda durante a Primeira Guerra Mundial, demonstrou interesse pelo genocídio armênio e participou ativamente das Ligas das Nações (1919-1946) - organização internacional que tinha como finalidade discutir e promover a paz mundial entre as nações. Fonte: <https://emporiododireito.com.br/leitura/o-genocidio-na-otica-do-jurista-polones-raphael-lemkin-re-visao-historica-e-contemporanea>

colonialismo Belga na região da África Central. O Genocídio no México, o Genocídio Armênio, o Genocídio na Guatemala, o Genocídio Sudanês (2003) e mais recentemente, os conflitos armados na Colômbia que desde a década de 1960 vivencia diversas guerras civis também passaram a ser tratados como uma forma de genocídio, são alguns dos fenômenos referidos enquanto genocídio, vale lembrar que todo o período colonial também é tido como genocídio de povos ameríndios e africanos.

A convenção da ONU (1948) abriu portas para o campo jurídico formular acerca do que é genocídio, no entanto, com o passar do tempo, diversas outras áreas também passaram a se debruçar para analisar e interpretar o que seria esse fenômeno.

A destruição da unidade social de um grupo havendo homicídio, então pode se inferir genocídio (SINGLETERRY, 2010). O genocídio também é tido como um fenômeno estrutural, pois, trata-se de um elemento recorrente e proveniente de conflitos sociais (SHAW, 2007). O Genocídio seria também uma eliminação física sistemática realizada pelo Estado quando esse encontra um grupo que ameace sua integridade (LEVENE, 2005). É qualquer ato que tenha o objetivo de destruir algum grupo étnico, racial, nacional ou religioso (NEGRI, 2018). É uma desumanização, exclusão, aniquilação e redução existencial (ALVES, 2018). É uma destruição proposital de determinado grupo de pessoas que resulta em uma nítida violação de direitos humanos (BACELAR, 2017). Tem crescido também a perspectiva de genocídio ou extermínio destinado às pessoas negras através do encarceramento (ALEXANDER, 2017; FLAUZINA, 2006; BORGES, 2019).

Esse brevíssimo exemplo de algumas contribuições e formulações conceituais acerca do que é o fenômeno do genocídio é uma demonstração de que, embora em perspectiva histórica, não seja um conceito tão antigo, nas últimas décadas tem aparecido cada vez mais formulações a respeito do genocídio. A perspectiva que eu abordo se relaciona com perspectivas do campo jurídico, ou seja, com as leis nacionais e internacionais que caracterizam o que é esse fenômeno, no entanto, a centralidade da abordagem que analiso nesta pesquisa é de um genocídio social e prioritariamente um genocídio racial, onde, o extermínio físico de jovens negros é uma das características principais do genocídio que abordo, e além disso, outras dimensões sociais que enquadram o jovem negro em contextos de limitações para usufruir de direitos, usufruir de opções de lazer, limitações no âmbito educacional, de infraestrutura de moradia, de acesso à saúde, entre outras diversas limitações, levam esse jovem para dentro do que se assemelha a uma construção de um genocídio que permanece em curso. Nesse sentido, a perspectiva de genocídio que abordo nesta pesquisa é um genocídio social e racial, são limitações nos mais diversos setores da vida encontradas ainda em vida, as altas taxas de

homicídios de jovens negros no Ceará são um ponto de partida, mas este trabalho amplia a análise desses homicídios para os seus significados para além da morte física.

Para tratar de genocídio de jovens negros, é crucial demonstrar as particularidades da questão racial do meu ponto de origem, que é o caso Cearense, em especial, o caso Fortalezense.

## **2.5 - A Questão racial no Brasil.**

Desde o momento da constituição de nosso país enquanto uma nação, fomos marcados pelo colonialismo, é inconcebível pensar qualquer social atual no Brasil sem ter a raça como ponto de partida, sem a presença da população negra aqui escravizada o desenvolvimento do país seria completamente outro. (MARTIUS, 1845), (NASCIMENTO, 1978).

Antes mesmo das teorias de Nina Rodrigues (1894) que defendia a necessidade de códigos penais diferentes para as diferentes raças existentes no Brasil; de Oliveira Viana (1923) ao legitimar a eugenia baseado na teoria de Spencer (1820 - 1903) sobre Darwinismo Social, onde, por meio de uma evolução natural da espécie humana a raça branca (tida como superior) estaria no topo da evolução; entre outros, Martius (1845) falava da importância de “abstrair a cor ou o seu desenvolvimento anterior” da raça Africana para enxergar as potencialidades desses povos no desenvolvimento do país com o intuito de olhar para as pessoas negras oriundas do continente Africano e visualizar apenas ferramentas, fazendo da colonização um processo de *coisificação* dos indivíduos colonizados (CÉSAIRE, 2020).

Na década de 1930, ao lançar Casa Grande e Senzala, Gilberto Freyre (1933) traz uma outra perspectiva de enxergar o povo negro no Brasil, conceituando a harmonia entre as raças indígena, portuguesa e negra muda o foco de hierarquização entre as raças, deixando de lado a carga nociva sobre questão racial (VILLEN, 2013) das quais foram conceituadas anteriormente e coloca o conceito de sociedade mestiça harmônica e equilibrada no centro, como demonstra Renato Ortiz:

Gilberto Freyre reedita a temática racial para constituí-la, como se fazia no passado, em objeto privilegiado de estudo, em chave para a compreensão do Brasil. Porém, ele não vai mais considerá-la em termos raciais, como faziam Euclides da Cunha ou Nina Rodrigues; na época em que escreve, as teorias antropológicas que desfrutam do estatuto científico são outras, por isso ele se volta para o culturalismo de Boas. A passagem do conceito de raça para o de cultura elimina uma série de dificuldades colocadas anteriormente a respeito da herança atávica do mestiço. (ORTIZ, 2006).

Desde o início do século XX, áreas como as Ciências Sociais e o Direito tem se debruçado sobre a questão racial no Brasil. Autores como Gilberto Freyre, Oliveira Viana, Sérgio Buarque de Holanda, entre outros, contribuíram com diversas formulações sobre como funciona o racismo no Brasil, no ano de 1933, o antropólogo Gilberto Freyre traz para a literatura sociológica a teoria da democracia racial, onde, as três raças fundantes do país - indígenas, portugueses e negros - coabitavam harmonicamente entre si, provocando um equilíbrio por parte dos antagonismos entre esses povos (FREYRE, 1933). Porém, autores como Florestan Fernandes, Abdias do Nascimento, Lélia Gonzales etc., ainda no século XX se contraporiam a essa teoria de democracia racial como se pode observar no trecho acima escrito por Florestan Fernandes no prefácio do livro *O Genocídio do negro brasileiro: Processo de um racismo mascarado* de Abdias do Nascimento.

A compreensão de todas as dimensões da estrutura racial no Brasil ainda é um grande desafio, a própria percepção de que existe racismo no Brasil não é uma questão resolvida entre todos os setores da sociedade. É um elemento complexo, compreendido como algo ruim, danoso e vergonhoso de ser praticado. O cenário é, de fato, de aversão ao preconceito de cor, seja para as pessoas negras (que possam vir a sofrer preconceito), seja para as pessoas brancas (que possam vir a cometer o preconceito). No entanto, essa aversão à prática do racismo não a impede de ser realizada.

Ele (conflito racial) permanece aqui hoje, estruturando a sociedade brasileira, organizando a própria estrutura de classes sociais. Porque no topo da pirâmide temos uma hegemonia absolutamente branca e nas bases uma maioria absolutamente negra. (CARNEIRO, 2017).

Como Sueli Carneiro (2017) demonstra bem, no Brasil não há como falar sobre desigualdades sociais, sobre luta de classes, sobre desigualdades econômicas sem falar da questão racial, pois, trata-se de um elemento estruturante em nossa sociedade, dialogando também com Abdias (1978) quando este diz que a matriz econômica brasileira se deve fundamentalmente às pessoas negras que a partir do período escravocrata estiveram no início da história econômica do país.

Para Gonzales (1984), o racismo é a sintomática que caracteriza uma neurose cultural brasileira, agindo de maneira cotidiana, estruturalmente e subjetivamente.<sup>22</sup> O sistema de desigualdade racial impõe uma luta árdua e constante para que as pessoas negras possam obter legitimidade na sua existência na sociedade nacional. (RIBEIRO, 2015). Uma das características de como o racismo é exercido é ele ser realizado “entre quatro paredes”, no particular, entre indivíduos. Ou seja, o racismo é, também, praticado de maneira íntima, direta, cotidiana. E no momento que há a tentativa mais ampla de exposição do racismo privado, volta para a questão da aversão ao preconceito, onde os praticantes se surpreendem e não conseguem perceber suas atitudes discriminatórias. (FERNANDES, 2013).

Os estudos sobre questão racial no Brasil ainda encontram outras problemáticas, uma das mais perceptíveis, é a já mencionada descrença da existência de racismo no Brasil, além disso, diversos estudos caem em uma percepção sobre o que é racismo distinta da realidade brasileira, se assemelhando mais às características estadunidenses (NOGUEIRA, 2006).

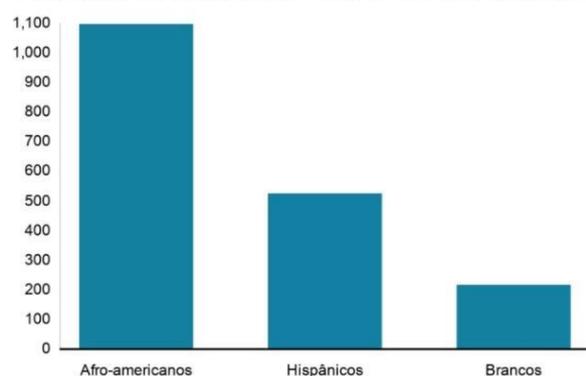
Nos Estados Unidos, a partir da formação social, histórica, política e racial de lá, o racismo para ser efetuado, principalmente, basta que um indivíduo tenha descendência de determinado grupo étnico que sofra o preconceito racial, essa forma de exercer o racismo é chamada por Oracy Nogueira (2006) como *racismo de origem*, tendo em vista que ao ter *origens* étnicas que sofram preconceito de cor, esse indivíduo será passível de também sofrer preconceito de cor, mesmo sendo fenotipicamente branco. Outra característica que demonstra o racismo nos Estados Unidos de modo preocupante é a taxa de pessoas negras encarceradas, “os Estados Unidos prendem um percentual maior da sua população negra do que a África do Sul na época do *apartheid*” (ALEXANDER, 2017). Enquanto a população afro-americana dos Estados Unidos representa 12,4%<sup>23</sup> de sua população total, os índices de encarceramento desta população são de um terço de todos os indivíduos encarcerados.

---

<sup>22</sup> A citação de Sueli Carneiro e Lélia Gonzalez também aparecem no projeto de pesquisa que apresento na seleção para a turma do ano de 2022 de doutorado em sociologia da Universidade Federal do Ceará.

<sup>23</sup> Fonte: <https://www.diariodepernambuco.com.br/noticia/mundo/2021/08/populacao-identificada-como-brancos-eua-cai-pela-primeira-vez.html>

**População carcerária dos EUA por 100 mil habitantes**



Fonte: Bureau of Justice Statistics, dados de 2019



Gráfico 01: População carcerária nos Estados Unidos da América.

Já no cenário brasileiro, uma pessoa fenotipicamente branca, mesmo que tenha descendência direta de pessoas negras, dificilmente sofrerá o preconceito racial, pois, no Brasil o racismo é caracterizado como *racismo de marca* (NOGUEIRA, 2006). Ressalto aqui uma perspectiva um tanto colonialista, o colonialismo no Brasil é sinônimo de racismo, visto que é a partir desse período histórico que surgem as bases que fundamentam o racismo no Brasil. Na colonização o sujeito colonizado tem o papel de ser uma ferramenta de produção, existe um processo de coisificação e de tornar o indivíduo um objeto prático (CÉSAIRE, 2020) da pessoa colonizada. Aponto esse fato, uma possível mentalidade colonizada, como uma das motivações para que quando pesquisadores brasileiros iniciam as pesquisas sobre questão racial, iniciam as análises com os moldes do racismo característico nos Estados Unidos da América.

[...] no Brasil, a identidade racial é definida por referência a um *continuum* de “cor”, isto é, através do uso de um princípio flexível ou difuso que, levando em conta traços físicos, como a cor da pele, a textura do cabelo e a forma dos lábios e do nariz e a posição de classe (os rendimentos e a educação notadamente) engendra um grande número de categorias intermediárias. (BOURDIEU & WACQUANT, 1998; *apud* COSTA, 2002).

Entre o grupo etário de 15 anos a 29 anos de idade, o homicídio é a principal causa dos índices de mortalidade nessa faixa etária. Segundo o Atlas da Violência de 2019, em 2017, 75,5% das vítimas de homicídio eram pretas ou pardas. De acordo com o estudo “Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil”, do IBGE, em 2018, a taxa de analfabetismo entre a população negra era de 9,1%, cerca de cinco pontos percentuais superior à da população branca, de 3,9%. Conforme a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD),

também do IBGE, o percentual de jovens negros fora da escola chega a 19%, enquanto a de jovens brancos é de 12,5%. Segundo Almeida (2018), o racismo no Brasil é estrutural, isso significa que o racismo:

É uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios, a depender ao grupo racial ao qual pertençam (ALMEIDA, 2018).

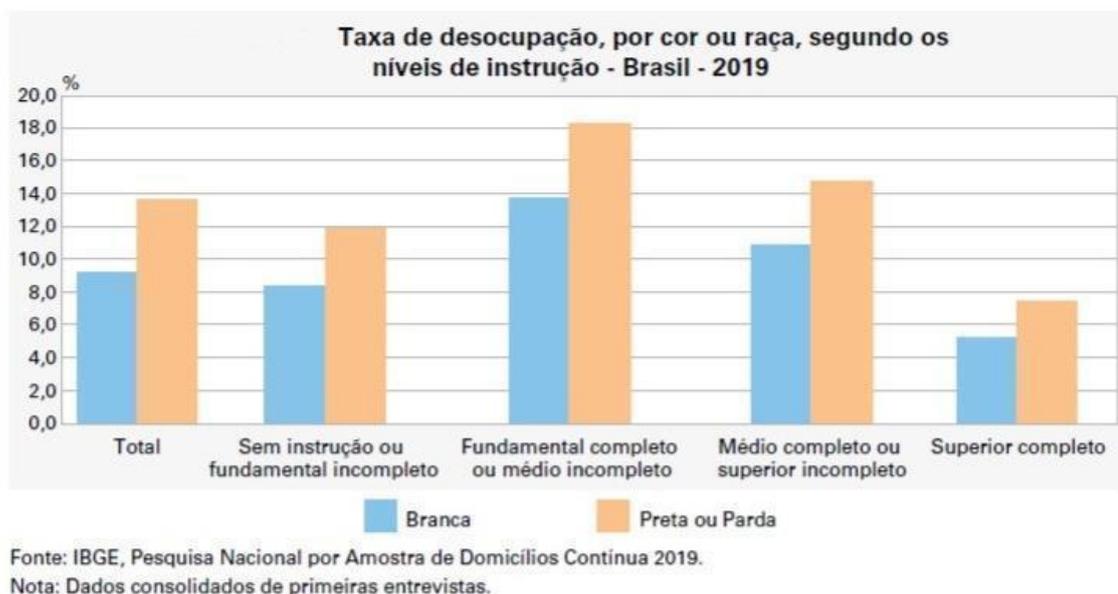
O resultado disso pode ser exemplificado pelos dois elementos expostos no parágrafo anterior, a violência letal e a desigualdade educacional são fortes marcadores sociais dessa distância entre jovens brancos e jovens não-brancos. Abaixo, demonstro dois gráficos que falam no âmbito da moradia e do nível educacional, o objetivo aqui é visualizar algumas das esferas do racismo estrutural, pois, essas duas esferas aparecem alguns outros momentos ao longo dessa dissertação, mas não aprofundo essas questões para dar maior atenção à outras que aparecem nos próximos capítulos. O racismo aparece em nosso cotidiano sem sequer percebermos, o fato é que não chegamos no ponto de reproduzir relações coloniais e escravistas, nunca sequer paramos de produzir essas relações (GONZALES, 1984), o que tem mudado ao longo desses últimos séculos foram as formas de produção de desigualdades raciais, sem realizar modificações radicais na estrutura racial.

Gráfico 02: Condições de moradia.



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2019.  
Nota: Dados consolidados de primeiras entrevistas.

Gráfico 03: Comparativo de desocupação a partir de níveis educacionais.



### 2.5.1 - A questão racial no estado do Ceará - “Negrada negada: o negro no Ceará<sup>24</sup>”.

O racismo, por ser estrutural e sistêmico, atua de formas diferentes com particularidades específicas ao local em questão. Mais acima demonstrei algumas das diferenças entre as características do racismo nos Estados Unidos para as características do racismo no Brasil, é uma mesma matriz de opressão agindo a partir da formação social, histórica, política, cultural e econômica do local. Essas diferenças e particularidades não ocorrem apenas em países, continentes ou grandes regiões distantes umas das outras, um país com a dimensão territorial do Brasil incorpora construções sociais distintas. E um desses resultados dessa formação plural, ampla e diversa, é como o racismo é percebido nos estados brasileiros, apresento neste tópico algumas características da terra de José Luiz Napoleão, Preta tia Simoa e Chico da Matilde.

141 anos se passaram desde que houve o movimento dos Jangadeiros, que passa a ser conhecido na história através da frase “No Ceará não se embarcam mais escravos”, movimento liderado pelo liberto José Napoleão e por sua esposa, também liberta, Preta tia Simoa. Pouco depois, Chico da Matilde, que viria a ser conhecido como “Dragão do Mar”, se insere também no movimento. Esse movimento iniciado em 1881, impulsionou diversos movimentos abolicionistas liderados principalmente por pessoas negras libertas culminou no decreto da abolição da escravatura no estado em 25 de março de 1884. A abolição em si não significou a liberdade das pessoas negras no Ceará e esse tema seria mais do que suficiente para escrever

<sup>24</sup> Faço referência ao título do seminário realizado em 1992 por iniciativa dos movimentos negros no estado, em especial o Grucon.

outro trabalho, então dou foco a premissa de que “não existem negros no Ceará”. Essa é uma questão que não surge por acaso e nem despropositada, sua origem é teórica a exemplo da teoria da democracia racial de Gilberto Freyre (1933), é também, institucionalizada e legalizada.

No Ceará, uma peculiaridade histórica dinamitou a força que o discurso democrata racial encontrou na maior parte do País. No final do século XIX, o Instituto Histórico e Geográfico do Ceará, a exemplo dos institutos históricos espalhados pelo País, procurou integrar a até então província à história da civilização. Para isso, buscou-se construir uma identidade cearense, um conjunto de elementos e práticas sociais que sintetizassem certa natureza cearense iniciada com a chegada dos portugueses ao território. Junto aos euro-descendentes, foram somados a essa identidade os indígenas que cooperaram com a colonização portuguesa. Assim construiu-se a identidade cearense mestiça: civilizados por serem euro-descendentes e legítimos sobre o território ocupado por serem descendentes dos índios que ali viveram.

Diferente do ideal de democracia racial construído para o Brasil, o mestiço cearense, segundo o Instituto, seria fruto somente de duas matrizes: a indígena e a portuguesa. Os historiadores do Instituto, ao considerarem que a presença do escravo foi ínfima na história do Ceará, negam o componente afrodescendente em suas contribuições físicas e culturais para a Pátria Ceará (MENDES, 2010).

O historiador Hilário Ferreira (2009), demonstra uma outra realidade, a de que no início do século XIX a população cearense era constituída em 60, 7% de pessoas negras e pardas libertas e 15% de pessoas negras e pardas escravas, a tabela abaixo demonstra a população do Ceará em 1804 e a partir de suas pesquisas e análises, o historiador demonstra com esses elementos históricos a impossibilidade de não haver pessoas negras no estado do Ceará, afinal, a população cearense de forma totalizante, é formada majoritariamente por pessoas negras. Ou seja, mesmo com a narrativa da história construída de maneira institucional, através do Instituto Histórico e Geográfico do Ceará, de que a presença das pessoas negras escravizadas foi irrelevante para a nossa formação social, histórica, cultural e racial, a própria população existente no período contradiz essa narrativa.

Vilas	Branco	Pretos e pardos livres	Pretos e pardos escravos	Total da população
Aquiraz	2.679	2.145	702	5.526
Aracati	2.339	1.490	1.102	4.931
São Bernardo	3.753	2.769	943	7.465
Icó	3.822	3.522	1.507	8.851
Crato	6.797	12.793	1.091	20.681
São João do Príncipe	5.361	3.231	1.856	10.448
Granja	1.047	1.656	799	3.502
Sobral	2.781	4.193	2.978	9.952
Campo Maior	1.757	2.986	1.270	6.013

Imagem 10: População Cearense em 1804, fonte: Livro - Abolição no Ceará - um novo olhar.

Essa construção histórica de negação a existência do negro cearense dá base de sustentação para a narrativa atual de que não existem negros no Ceará, afinal, não é somente no passado que instituições e pesquisadores atestam a ausência de povos negros no estado. Em julho de 2020, Luís Sérgio Santos professor da Universidade Federal do Ceará coordenou uma pesquisa que teve o resultado, nacionalmente divulgado, que cearenses descendem de povos vikings,<sup>25</sup> isso mesmo, o acadêmico afirma que a identidade cearense é originada principalmente pela região que abrange Noruega, Suécia, Finlândia e Dinamarca. A metodologia adotada foi a **escolha** de **160** pessoas para realizar a análise de seu DNA. Um estado que tem uma população de quase 9 milhões de habitantes, evidentemente que 160 pessoas escolhidas sem a ordem aleatória, teria o resultado que o coordenador da pesquisa desejasse, mesmo que esse resultado sem integralmente contrário a realidade cearense.

Dessa forma é fortalecida a premissa de que não existem negros no Ceará, no entanto, existem algumas situações em que as negras e os negros cearenses são mostrados sem nenhum receio. Também em 2020, dois meses após a divulgação da pesquisa de Luís Sérgio Santos, o Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Estado do Ceará (Ipece), divulgou que 86% das mulheres encarceradas no estado são mulheres negras.<sup>26</sup> Em outubro de 2020, o Jornal Brasil de Fato publicou que 65% dos casos de coronavírus até o período eram registrados por pessoas negras. Segundo a Rede de Observatórios da Segurança, 87% das vítimas da violência letal cometida pela polícia no estado são pessoas negras.

<sup>25</sup> <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/metro/origem-do-cearense-nordicos-superam-indios-e-negros-na-genetica-1.2970540>

<sup>26</sup> <https://www.brasildefatoce.com.br/2020/09/30/mulheres-negras-sao-maioria-nos-presidios-femininos-do-ceara>

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), caracteriza pessoas negras as pessoas pretas e pardas, e segundo o IBGE em 2018 apenas 5,3% da população cearense se declara como preta, porém, 65,7 % se declaram como parda<sup>27</sup> resultando em uma população com mais de 70% dos habitantes sendo pessoas negras. Isso caracteriza a realidade cearense, o negro cearense é majoritariamente um negro pardo.

Como norma metodológica a ser observada neste trabalho desejamos inicialmente recusar discutir as classificações comumente mantidas pelas ciências sociais quando tentam definir o negro no Brasil; estas definições designam os brasileiros ora por sua *marca* (aparência) ora por sua *origem* (raça e/ou etnia). Ocorre que nenhum cientista ou qualquer ciência, manipulando conceitos como *fenótipo* ou *genótipo* pode negar o fato étnico e/ou racial. Um brasileiro é designado *preto*, *negro*, *moreno*, *mulato*, *crioulo*, *pardo*, *mestiço*, *cabra* - ou qualquer outro eufemismo; e o que todo o mundo compreende imediatamente, sem possibilidade de dúvidas, é que se trata de um *homem-de-cor*, isto é, aquele assim chamado descende de escravos africanos. Trata-se, portanto, de um *negro*, não importa a gradação da cor da sua pele. (NASCIMENTO, 1978).

## 2.6 - Descrição dos interlocutores.

O primeiro interlocutor que apresento foi o primeiro com quem realizei a entrevista, ainda em um período pré-pandêmico, ou seja, essa foi uma das entrevistas realizadas presencialmente. Daniel<sup>28</sup> é um jovem negro que mora nas proximidades do Cuca do Jangurussu, nasceu no interior do Ceará em uma cidade chamada Aracati, e no momento da entrevista tinha dezessete anos. Sua mãe e seu avô trabalhavam viajando e por conta disso, Daniel passou os primeiros anos de vida sem moradia fixa, vindo morar na cidade de Fortaleza aos sete anos de idade. Até os quinze anos de idade Daniel já havia perdido seu pai, sua tia e sua mãe, após tantas perdas difíceis, buscaram e encontraram na cultura um refúgio para os momentos cruéis que já havia vivenciado, usando inclusive os momentos de dor como inspiração para poesias de rua.

Luiz<sup>29</sup> é o segundo jovem com quem conversei presencial antes do isolamento social em 2020, no momento da entrevista Luiz estava com 19 anos. Sempre morou em bairros próximos

<sup>27</sup> <https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/2019/05/22/populacao-declarada-negra-cresce-no-ceara-mas-indice-e-o-menor-do-nordeste-aponta-ibge.ghtml>

<sup>28</sup> Entrevista realizada em dezembro de 2019, o nome que aqui aparece é fictício.

<sup>29</sup> As entrevistas de Daniel e Luiz foram realizadas em parceria com o pesquisador Thiago Nascimento, no período das entrevistas realizamos uma pesquisa sobre baculejo no Cuca do Jangurussu.

ao Jangurussu e por conta disso já conhecia o Cuca antes mesmo de começar a frequentá-lo. A primeira vez que Luiz levou um baculejo foi aos 13 anos de idade, quando passava o réveillon na praia de Iracema com seus amigos. É um jovem que percebe as diferenças nas abordagens que recebe e que seus amigos brancos recebem.

A terceira jovem desta pesquisa é militante feminista e antirracista. Margarida é formada em Ciências Sociais, conheceu as lutas políticas ainda na infância e quando chega no ensino superior passa a construir o movimento estudantil organizado. Margarida nasceu no bairro da Parangaba mas logo depois foi morar no Parque Santana<sup>30</sup>, onde, por conta da influência de sua mãe, que já participava de organizações políticas, passou a conhecer reivindicações e mobilizações a partir do próprio bairro de moradia. O período que Margarida começa a construir o movimento estudantil no ensino superior, é um período em que as Universidade Públicas ainda eram formadas predominantemente por estudantes brancos e de classe média alta, então Margarida vivencia o início da mudança de perfil universitário a partir da implementação das cotas raciais no ensino superior.

João foi um jovem nascido e criado na favela, passou parte de sua infância e adolescência frequentando a igreja católica embora não tendo frequentado por muito tempo, aprendeu a ler aos quatorze anos de idade, tendo nascido no final da década de 1970, vivenciou o início da redemocratização. Era o filho mais velho entre cinco filhos, gostava de acompanhar o seu pai nas andanças pelo bairro da Serrinha. Nessas andanças com seu pai, João percebeu o surgimento das gangues e ficou encantando com a movimentação “das galeras”<sup>31</sup> e aos poucos foi se inserindo em uma das gangues do bairro. Também na adolescência, João passou a frequentar bailes funks e conheceu os momentos de maior auge dos bailes funks em Fortaleza na década de 1990, nos anos 2000 houve uma proibição aos bailes funks e nesse momento João se aproxima mais do Hip Hop, estilo musical que já havia conhecido através de colegas da escola.

Tallison é o quinto interlocutor desta pesquisa, nasceu na década de 1960 e passou toda sua juventude e formação escolar no período da ditadura civil-militar. Tallison se aproxima da religião católica durante sua adolescência, através da igreja católica conhece o movimento negro organizado e passa a construir o Grupo de União e Consciência Negra - Grucon. Após um período fazendo parte do Grucon, Tallison passa a refletir e a analisar como se dá o racismo no estado do Ceará.

---

<sup>30</sup> O bairro Parque Santana, o bairro da Serrinha e o bairro da Piedade são bairros de Fortaleza, respectivamente, foram os locais das primeiras moradias de Margarida, João e Talisson.

<sup>31</sup> Forma como as gangues se intitulavam.

## 2.7 - Percursos Metodológicos: A pesquisa em um contexto novo de práticas antigas.

Iniciei o ano de 2020 com muitas expectativas a respeito das pesquisas que estava me inserindo naquele momento, já aparecia nos noticiários casos sobre um vírus que estava assolando o Continente Asiático, porém, não aparecia como uma ameaça ou indício de que a vida de todos os seres humanos seria afetada, de alguma maneira, globalmente.

No entanto, no dia 11 de março de 2020 a OMS (Organização Mundial de Saúde) declarou a existência de uma pandemia do novo coronavírus, inicialmente, conhecido como Sars-Cov-2<sup>32</sup> e no dia 16 de março o Governador do Ceará, Camilo Santana, em reunião com o Comitê Estadual de Enfrentamento ao Coronavírus, deliberou um plano de contingenciamento ao enfrentamento do Coronavírus, que já estava sendo debatido há um mês da data de publicação<sup>33</sup>. A rapidez acertada nas medidas de isolamento e distanciamento social fez com que a Universidade fosse “fechada” no dia 17 de março de 2020, com isso, o cenário das pesquisas em geral foi inevitavelmente interrompido.

“Brasil se aproxima da marca de 550 mil mortos por covid”. Enquanto escrevo essa parte da dissertação, leio notícias intituladas de maneira semelhante a essa, o sentimento de angústia, medo e desesperança foram frequentes durante todo o ano de 2020 e se intensificaram em 2021, Das (2020) resume bem como iniciamos o contexto pandêmico no ano passado:

Uma questão trazida à tona por esta pandemia é que as experiências de governança variam enormemente entre diferentes regiões do mundo - na verdade, que as mesmas políticas, como os *lockdowns*, se desenrolam de modo distinto para as classes médias e para os pobres. Parece que a maioria dos formuladores de políticas públicas, burocratas e modeladores matemáticos simplesmente não sabem como vivem os pobres, sendo, por isso, incapazes de antecipar suas ações e conseqüentemente de levar em conta essas variações do comportamento humano em suas modelizações (DAS, 2020).

No entanto, embora à primeira vista pareça exclusivamente despreparo por parte de gestores políticos, o cenário brasileiro é, escancaradamente, a demonstração de que não se trata de despreparo e sim um modelo de gestão, deixando o mais nítido possível a extrema desigualdade em nosso país, aprofundada não somente por esta crise sanitária, como também

---

<sup>32</sup> Fonte: <https://www.unasus.gov.br/noticia/organizacao-mundial-de-saude-declara-pandemia-de-coronavirus>

<sup>33</sup> Fonte: <https://www.ceara.gov.br/2020/03/16/governo-do-ceara-decreta-medidas-para-reforcar-combate-ao-coronavirus/>

por diversas crises sociais, econômicas, políticas, ambientais, entre outras há mais de quarenta anos (KOURY, 2020); (SANTOS, 2020).

Ainda nos momentos iniciais da pandemia, no meio acadêmico se alastrou a narrativa de que a academia deveria gerar resultados cada vez maiores e frequentes, pois, estando socialmente isolados “ganhariam” o tempo gasto anteriormente entre deslocamentos, ou que estando em casa poder-se-ia estar em constante produção, independente de qual horário do dia ou da noite fosse, independente se fosse um dia útil ou feriado, uma narrativa completamente imersa numa lógica neoliberal, produtivista e elitista, trazendo à tona no ambiente acadêmico uma alienação pela produção.

Ponderando diversos elementos, sendo um deles os impactos psicológicos que a pandemia causa em quem está produzindo pesquisas nesse contexto (LACERDA; RAMALHO, 2020), a pressão pela produção se deu de maneira ostensiva e alarmante, onde a vida parecia ter valor inferior à resultados, além de, partir do pressuposto de que absolutamente todos inseridos em uma pós-graduação usufruem de condições estruturais de moradia e de acesso à tecnologias de maneira semelhante, por si só, é elitista, excludente e desconhece o perfil de novas gerações de indivíduos que estão inseridos em pós-graduações brasileiras e, ainda, desconhece o nível de acesso à tecnologias no país. Segundo a pesquisa TIC (Tecnologias da Informação e Comunicação) Domicílios de 2019, divulgado em 26 de maio de 2020, um a cada quatro brasileiros não usa internet e que o acesso à internet por indivíduos de até um salário-mínimo é de 61%, entre indivíduos que recebem entre três e cinco salários-mínimos esse percentual sobe para 86% e chega ao número de 94% entre indivíduos com mais de 10 salários-mínimos. Já o Painel TIC COVID-19 publicado em abril de 2021, demonstra que houve crescimento do acesso à internet entre as classes sociais C, D e, durante a pandemia, no entanto, é referente a um acesso sem grandes qualidades a respeito da internet utilizada e do aparato tecnológico usado.<sup>34</sup>

Além de todos esses acúmulos de desgastes emocionais, a pesquisa brasileira de modo geral, ainda enfrenta um forte “apagão da ciência” como diversas áreas do conhecimento no Brasil e no mundo tem denominado. Grandes cortes na área da educação básica, secundária e superior, ausências de investimentos são fatores que constroem esse apagão da ciência. Ademais, as *Fake News* no Brasil, já haviam demonstrado seu potencial de incidir na sociedade nas últimas eleições presidenciais, após esse período, a disseminação de notícias falsas foram cada vez mais fortalecidas, e durante a pandemia do covid-19, foram um elemento a mais no

---

<sup>34</sup> Dados disponíveis em:

[https://cetic.br/media/docs/publicacoes/2/20201123121817/tic\\_dom\\_2019\\_livro\\_eletronico.pdf](https://cetic.br/media/docs/publicacoes/2/20201123121817/tic_dom_2019_livro_eletronico.pdf)  
[https://cetic.br/media/docs/publicacoes/2/20210426095323/painel\\_tic\\_covid19\\_livro\\_eletronico.pdf](https://cetic.br/media/docs/publicacoes/2/20210426095323/painel_tic_covid19_livro_eletronico.pdf)

descrédito da ciência. Nesse ponto, é importante ressaltar que as Ciências Sociais, desde sua origem, briga por espaço e reconhecimento até mesmo dentro do espaço acadêmico como bem demonstra Veena Das:

Em minha universidade, houve certa euforia ano passado em relação a trabalhos “não acadêmicos”. Artigos mal pensados e completamente eurocêtricos sobre a precariedade acadêmica criaram uma atmosfera propícia à reivindicação de conhecimento instrumental, aquele que mostra sua relevância imediata, contabilizada. A Covid-19 mostrou, tragicamente, que é impossível saber com antecedência que tipo de conhecimento será caracterizado como acadêmico, não acadêmico ou instrumental. Se, por exemplo, formuladores de políticas públicas estivessem prestando atenção ao trabalho acadêmico feito por cientistas sociais acerca dos impactos de formas cotidianas de governança sobre comunidades vulneráveis, talvez tivéssemos evitado a tentação de presumir que um modelo que funciona em um lugar funcionará igualmente bem em outros. (DAS, 2020).

Todos nós estamos em um cenário político e contexto histórico que para onde olhamos encontramos morte, miséria, desigualdades, violências... lidar com todo esse cenário, somado a construir ciência em meio a um forte negacionismo científico e ainda convivendo com relações neoliberais e elitistas de produtividade, causa sensações de incapacidade, de frustrações, desesperanças, além de todas as relações desiguais e estruturais referentes ao patriarcado, racismo, classismo etc., definitivamente não é um dos melhores momentos para se construir pesquisa e não visualizar todos esses elementos é irreal nesse momento político.

O elitismo acadêmico, não é uma novidade em pós-graduações brasileiras e a pandemia não foi suficiente para incidir nessas práticas antigas que “apenas” foram somadas às políticas neoliberais de gestão da morte durante o ano de 2020 e 2021.

### **2.7.1 - Com tudo isso, torna-se ainda mais necessário a continuidade da pesquisa social.**

Das (2020) traz um exemplo da importância das Ciências Sociais em um momento de grandes crises, sejam elas crises sociais, econômicas, políticas ou de qualquer outra natureza, o exemplo de Das é no campo das políticas públicas relativas às formas de redução da contaminação do coronavírus. Mas essa questão, a relevância das Ciências Sociais, comumente desvalorizada até mesmo no ambiente científico e acadêmico, é algo que está sempre em disputa. Com o apagão da ciência, o descaso com a educação brasileira e profundos cortes nessa área, a sociologia, antropologia e ciência política enfrentam diversos desafios, esses desafios

não devem ser ignorados para que se caia na perspectiva neoliberal de produção, é importante que esses desafios apareçam como ponto de partida na construção de uma pesquisa sociológica e antropológica nesse panorama político, é dessa forma que essa pesquisa é construída, com adaptações metodológicas, mudanças de objetivos, compreensão das limitações surgidas nesse momento histórico e assim, construindo uma pesquisa a partir da realidade concreta.

Construir pesquisas se distanciando de modos convencionais não é uma novidade, como diz Irllys Barreira (2017), a pesquisa social requer constante criatividade e adaptação aos novos elementos ou fenômenos sociais que podem se modificar em diferentes contextos históricos. Embora não seja novidade, esse distanciamento de modos convencionais de métodos de pesquisa nas áreas de Ciências Sociais, surgiu como uma alternativa quase que obrigatória, afinal, como fazer uma análise etnográfica - intenção inicial desta pesquisa - em uma situação de isolamento social?

Ao comentar sobre as diversas maneiras de representar o social, Becker (2009) demonstra uma forma de visualizar a sociedade de maneira abrangente, a partir de várias possibilidades de perspectivas. A literatura sociológica embasa as reflexões e análises do meio social, mas, um filme que traz características sobre determinado contexto social, político e histórico, não seria também uma forma de retratar o meio social observado no filme? Uma música que exponha situações cotidianas que demonstram desigualdades sociais, também não poderia ser uma outra forma de observar o meio social? (BARREIRA, 2017) expressa exemplos de metodologias diversas de observar o meio social, através de cartas, imagens fotográficas, cartões-postais, guias turísticos, simbologias urbanas durante campanhas eleitorais e por fim, músicas. Todas essas metodologias, embora caminhem no bojo de metodologias não tradicionais de pesquisa social, permitem, além de análises abrangentes, observações subjetivas dos sujeitos observados, em suas particularidades expressas nessas metodologias, nas palavras de Barreira “Apurar sentidos do olhar, da escuta e da observação mais sistemática permitiu a construção de densidades e descobertas das possibilidades de imaginação sociológica”.

O contexto da pandemia reservou para as pesquisadoras e pesquisadores acadêmicos a obrigatoriedade dessa adaptação de métodos e metodologias, e, ao perceber as dificuldades e limitações que encontraria quando tentasse fazer análises etnográficas nas favelas de Fortaleza, fiquei a um passo de me inserir em diversas ansiedades (para além das ocasionadas pela pandemia), frustrações e receio no andamento da pesquisa, nesse momento a arte e a cultura surgiram não só como ferramenta para gerar distrações, surgiram também como alternativas que complementam metodologicamente a construção da pesquisa. Músicas dos Racionais, Mc Marcinho, Facção Central, Matuê etc., filmes, documentários, curta-metragem, peças teatrais

(como a que está referenciada no título deste capítulo), charges etc., trouxeram elementos que nortearam minha curiosidade na condução da pesquisa e após isso, visualizar quem seriam os sujeitos que seria importante entrevistar surgiu de maneira processual e quase natural no andamento deste trabalho.

As restrições de inserção presencial no campo de pesquisa fizeram com que a leitura e análise de dados fosse um importante instrumento metodológico na construção da pesquisa, porém, fazer leituras de relatórios como o Atlas da Violência do Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), Mapas de Violência organizado por Julio Jacobo Waiselfisz, Anuários de Segurança Pública organizados pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, Relatórios da Anistia Internacional (*Los derechos humanos en las Américas - Retrospectiva 2019*), Relatórios da série “*GLOBAL STUDY ON HOMICIDE*” produzidos pelo UNODC (*United Nations Office on Drugs and Crime*<sup>35</sup>), etc., me geraram bastante acúmulo estatístico que, apesar da quantidade e qualidade, não dizem tudo. Como Paugam (2015) menciona, a observação e compreensão do mundo social não se refere a algo descritivo, é necessário visualizar o que está escondido ou invisibilizado por trás dos dados, por isso, tornou-se essencial analisar esses dados vinculados a análise da realidade social, fazendo constantemente uma importante ação para a pesquisa social, estranhar o que parece natural, questionar o cotidiano, problematizar a realidade, “tornar enigmático o que parece normal”.

Além de que, o contexto da pandemia também tornou as mídias sociais um meio de observar frequentemente notícias ou elementos que de alguma maneira tivessem relação com o tema abordado neste trabalho, nesse ponto surge um problema, como utilizar um meio de uso pessoal que, por essência, se refere a mídias ansiosas, nervosas e emocionais (PELÚCIO, 2017), para observação acadêmica? Nesse período, muitos pesquisadores optaram por criação de perfis profissionais nas redes sociais, não foi o meu caso, na minha percepção seria inviável criar uma distância entre o meu meio pessoal e social do tema sobre o genocídio de jovens negros, visto que essa é uma realidade também relativamente próxima a minha realidade social, com isso, fiz uso prático do conceito de Conceição Evaristo (2007) sobre escrevivência, ou seja, escrevo e produzo também daquilo que vivo, nas palavras de Conceição “isso não significa que o que eu crio é inteiramente o que eu vivi, se fosse isso eu teria que ser uma pessoa de múltiplas personalidades”<sup>36</sup>, ou seja, parte do mundo social em que vivo, aparece como ferramenta do

---

<sup>35</sup> Estudos Globais sobre Homicídios - Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime.

<sup>36</sup> Trecho retirado de uma entrevista concedida a Rádio Universitária da UFRGS, disponível em: <https://www.ufrgs.br/estacaodoslivros/conceicao-evaristo-fala-sobre-o-conceito-de-escrevivencia/>

mundo social que analiso, sendo ambos mundos o mesmo em determinados momentos e as redes sociais não estão à parte dessa situação.

Com todo esse cenário, essa pesquisa é realizada a partir da junção de metodologias qualitativas e quantitativas, fazendo uso de entrevistas presenciais que foram realizadas antes do início do isolamento social e entrevistas realizadas virtualmente em plataformas digitais como o Google Meet após o início do isolamento social, utilizando como base de dados quantitativos para comparações com as entrevistas qualitativas, os relatórios que foram mencionados acima.

### **3 DA REDEMOCRATIZAÇÃO AO MOVIMENTO ESTUDANTIL UNIVERSITÁRIO: A realidade de jovens negros cearenses de 1980 a 2015.**

*O dia tá chuvoso, o clima tá tenso/Vários tentaram fugir, eu  
também quero/Mas de um a cem, a minha chance é zero/Rátátátá  
preciso evitar/Que um safado faça minha mãe chorar.*

Os protagonistas deste capítulo são o Talisson e o João. Talisson viveu sua juventude durante a década de 1980 e parte de 1990, João viveu sua juventude principalmente nos anos 1990.

Os poetas das ruas, retratam um cotidiano de violências através da música, uma de 1997 narra o massacre do Carandiru em São Paulo, outra lançada em 2020, narra cenas não tão incomuns no cotidiano da juventude periférica de Fortaleza oriunda de bairros litorâneos, ou dos “jovens praieiros” como diz Sá (2010). Nas décadas de 1970 e 1980 a música foi uma ferramenta fundamental de expressão pública e críticas sociais ao período vigente de Ditadura Civil-Militar (FELTRAN, 2013). Porém, com a chegada da redemocratização essa prática não foi modificada como podemos observar na música lançada em 1997 "Diário de um detento" com autoria do Mano Brown e Josemir Prado, ao contrário do que se poderia esperar, a redemocratização não trouxe paz para as favelas.

De 1964 a 1985 o Brasil esteve imerso em um cenário de profundas violências, repressões e destruição da Democracia que ainda parecia tão nova e recente em nosso país. Com a finalização da ditadura civil-militar acreditava-se que a tão esperada, nesses vinte e um anos, paz de maneira ampla, em todos os espaços, fosse alcançada. Porém, nas grandes periferias do Brasil, o que ocorreu não foi exatamente isso. A partir da percepção de Talisson e João, sobre

a juventude negra e periférica de Fortaleza das décadas de 1980 e 1990, irei analisar aqui o processo da construção do movimento negro cearense nessas duas décadas e dialogar com “o processo evolutivo de violência se dá pelo processo evolutivo das ruas, né? Então veja só, os anos 90 que foi os anos da política neoliberal, falta de trabalho, arrocho salarial, fome etc.” na perspectiva da evolução das gangues e galeras para as facções criminosas.

O objetivo deste capítulo é abordar algumas questões vivenciadas pela juventude negra das periferias de Fortaleza nas décadas de 1980 e 1990 que trazem elementos para compreender a explosão da violência letal contra jovens negros após o ano de 2010. Com isso, apresento um pouco da história de João, atualmente militante antirracista e ex-membro das primeiras gangues surgidas na cidade de Fortaleza. Apresento também a história de Talisson, um dos líderes na construção do Movimento Negro no estado do Ceará.

### **3.1 - O surgimento do Movimento Negro no Ceará e sua influência na percepção do negro cearense.**

Neste tópico, Talisson que atualmente é um dos principais pesquisadores da questão racial no Ceará, traz uma pouco da história de como o Movimento Negro no Ceará surgiu e como as particularidades do racismo no Ceará passou a ser observada com mais atenção. Tallison inicia sua trajetória de militante por meio da igreja católica.

*No começo da década de 1980 um amigo da escola me chama para ir pra crisma, eu não fui, mas ele continua chamando e eu acabei indo. Essa crisma era organizada por um grupo chamado CJC que nasceu na década de 1960, era uma organização da igreja católica como nos anos 1960 e 1970 foi criada a JUC, né? Essa era a Comunidade de Jovens Cristãos, mas meio conservadora, né? E quando eu fui me pegou pelo pé! Por quê? Porque eu vi jovens na época como eu falando e falava bonito e aquilo me encantou! E eu fui ficando e o trabalho na igreja naquela época era muito cativante! Até que a gente começa a fazer apresentações musicais e a peça A paixão de Cristo fica muito conhecida, todo ano tinha A Paixão de Cristo e é por causa dessa peça que eu entro no movimento negro.*

Ao participar da peça, Talisson atuou no papel de Barrabás e ao entrar em cena toda a plateia começou a fazer comentários pejorativos e a ridicularizar a existência de um jovem negro na peça. Ao final da peça, seus amigos da igreja continuaram a fazer os mesmos comentários sobre Talisson e neste momento, pela primeira vez, o jovem reivindica que não fosse tratado dessa maneira e se rebela com seus amigos que fizeram comentários pejorativos sobre ele e a partir deste momento Talisson passa a perceber a discriminação racial que sofria.

Nesse período, 1984, a igreja fazia cursos de formação com os jovens, e em um desses cursos sobre formação da consciência crítica, um historiador da igreja católica fala sobre a existência da consciência negra dentro do processo da consciência crítica. Ao participar desse curso, Talisson se informa com o historiador se havia algum grupo formado por pessoas negras que debatessem o que o historiador falou no curso.

*Ele me falou que conhecia o pessoal do GRUCON Grupo de União e Consciência Negra, aí eu entro no grupo de União e Consciência Negra que foi criado em 1982 na família da Lucia Simão no Padre Andrade e aí eu começo a militar no movimento negro, né? É uma militância paralela, dentro da igreja e dentro do grucon eu tive sorte porque tive contato com a Ana Rosa que era do grucon nacional e começa a me ensinar a perceber o racismo no cotidiano.*

Talisson entra no ensino superior, no curso de Ciências Sociais em 1987 e com isso passa a participar de encontros junto com o Grucon.

*A minha militância toda é no GRUCON, então quando eu entro no curso de Ciências Sociais eu já entro com a consciência negra em 1987, termino o curso em 1994, e no curso de a gente ia pros encontros e fazia o debate racial a nível nacional mas sempre tinha alguém que perguntava "e no Ceará? Como é no Ceará?" E a gente não sabia responder. Outros grupos surgem, em 1988 já tinha os Filhos da África que surgem também dentro da igreja, esses filhos da África é que na metade dos anos 1990 muda o nome de Filhos da África para o MNU (Movimento Negro Unificado), o MNU nasce a partir dessa galera.*

Alguns anos depois de ter se inserido no movimento negro, Talisson começa a se questionar mais sobre a realidade da questão racial no Ceará, o que se falava era que não existiam negros no estado.

*Até que em 1992 a gente fez um encontro que é um marco no movimento negro no Ceará e um marco pra mim "Da negrada negada - o Negro no Ceará", o Eurípedes Funes<sup>37</sup> estava na mesa e é a partir desse seminário que o GRUCON começa a ter um olhar mais atento para a história do negro no Ceará.*

A década de 1980 e 1990, nacionalmente é marcada pelo surgimento de diversas organizações políticas como o Movimento dos trabalhadores e trabalhadoras Sem Terra - MST (1984), Central única dos Trabalhadores - CUT (1983), Partido dos Trabalhadores - PT (1980), Movimento de Pequenos Agricultores - MPA (1996), Movimento de Atingidos por Barragens

---

<sup>37</sup> Atualmente é professor Associado da Universidade Federal do Ceará. Tem experiência na área de História, com ênfase em História do Brasil Colônia e Império, história e meio ambiente, atuando principalmente nos seguintes temas: escravidão, comunidades quilombolas, identidades, natureza e cultura e movimentos sociais.

- MAB (1991), entre outros. A política nacional vivenciava um novo período do ponto de vista de sujeitos organizados politicamente e isso se reflete também no movimento negro aqui no estado.

*Olha esse período pra mim, até 1995/96 é o período na minha concepção, de ouro do movimento negro no Ceará, porque realmente foi a única vez que a gente teve um fórum de entidades negras com pessoas comprometidas, pra você ter uma ideia, tem o surgimento da APN - Agentes Pastorais Negros, tem os Filhos da África, lá pra 97/98 deixa de ser os filhos da África e acaba se filiando ao MNU, aí tem o GRUCON e ele vai ter vários núcleos, vai ter um núcleo no Antônio Bezerra, um núcleo no Padre Andrade, vai ter um núcleo na Comunidade do Trilho, e o início do grupo de mulheres negras que debatiam a desigualdade de gênero dentro do debate racial surge nesse momento também.*

Talisson relata algumas experiências de ações racistas ocorridas na década de 1990 e como o movimento negro organizado agiu perante elas, um de seus relatos envolve a mídia local e o poder judiciário. Com o surgimento de novos movimentos sociais em áreas urbanas e áreas rurais, o crescimento de coletivos políticos voltados a debaterem relações raciais e por ser a década seguinte ao fim do regime militar no país, houve a possibilidade de realizar ações contra práticas racistas que eram observadas no período.

Ou seja, Talisson aponta ser a década de 1990 como um período de ouro para o movimento negro organizado no Ceará, principalmente com o surgimento de outros coletivos políticos auto-organizados por pessoas negras. Porém, esse é um elemento muito processual, não são os fatores existentes na década de 1990 que levaram a ter um momento de auge, na década de 1970 com o surgimento do Movimento Negro Unificado (MNU), existe um impulsionamento nacional para que haja maior atenção aos conflitos raciais existentes no país. Ainda antes disso, na década de 1960, Florestan Fernandes (1964) publica o livro “A integração do negro na sociedade de classes”, isso se mencionar apenas o aspecto de movimentos organizados e produções acadêmicas, ainda no período escravista, a resistência de pessoas negras na construção dos quilombos, que chegaram a marcar presença praticamente em todo o território nacional (MOURA, 2020), criou uma base para que fosse construída uma consciência racial que percebia haver uma discriminação gerada a partir da cor e do pertencimento étnico-racial.

O que aponto a partir disso, é que, embora os anos 1990 sejam essenciais na história do movimento negro no Ceará e no Brasil, essa não é uma história iniciada nesse período, suas raízes foram plantadas muito tempo antes, ou seja, o que existe no momento em questão é, na

verdade, uma culminância de todo um processo histórico construído passo a passo por muitos elementos, muitas pessoas e muitos marcos históricos.

*O grucon vai estar à frente da primeira ação de antirracismo nos anos 1990 contra um jornalista, um colunista do Tribuna do Ceará, em 1995 ele publica no Jornal Tribuna do Ceará que a “Globo agora deu pra colocar negros parecidos com escravos contracenando com atrizes belíssimas”. Aí a gente entra com uma ação, a ação desaparece, ela desaparece e na verdade quem vai fazer ela sumir é o Oscar Costa Filho um promotor, ele chama a gente pra conversar disse pra gente deixar isso de lado, que era uma brincadeira, o tipo de coisa que acontece em mesa de bar. Mas a gente continuou e alguns dias depois a gente foi atrás do processo e ele sumiu. Em 1997, dois anos depois, o mesmo cara faz algo pior, ele tinha escrito que um ator tinha comido uma feijoada em salvador e passou mal, aí ele termina dizendo que “feijoada é coisa de negros, pretos e índios, sub-raça”. Mulher, mais uma vez atrevido eu vou no Tribuna do Ceará, quando chego lá entro na sala quem é o responsável por isso aqui? falando pra ele, né? Aí ele começou a amarelar e eu comecei a gritar com ele, “você é louco de escrever uma coisa dessa?” Aí ele disse “se você tá chateado procure meu advogado”, nesse processo a gente teve uma sorte, o procurador público não era mais o Oscar Costa Filho, era um outro procurador que sentiu empatia com nossa causa porque ele tinha um filho com Síndrome de Down e o filho passava por muita discriminação.*

*Tu não tem ideia do que esse cara fazia, ligava pra gente dizendo “ó vai ter audiência hoje aqui venha aqui vocês”, quando tinha audiência, ele me colocou várias vezes para depor. Foi aí que eu comecei a pensar no racismo dentro do judiciário. Então esse foi um período que a gente cresceu.*

A fala de Talisson é de máxima importância para resgatar uma história que mostra a atuação dos movimentos negros no Ceará ainda no século XX, mas, existe ainda um outro elemento de grande relevância em todo o diálogo com Talisson que é o fato de que no Ceará não só existem pessoas negras como existem já há algum tempo coletivos auto-organizados de pessoas negras. Esse é um fato que aparenta ser até um pouco óbvio e lógico, porém, em um cenário onde a negação da existência de pessoas negras no estado é uma das principais ferramentas que legitimam e normalizam práticas racistas no local, lembrar e reafirmar a história do movimento negro cearense se torna uma ferramenta de combate às práticas racistas tão bem implementadas.

Dentro do objetivo principal desta dissertação, a presença de Talisson como um dos construtores deste trabalho, aparece por dois motivos centrais, o primeiro é por Talisson ser uma pessoa negra que teve sua juventude em contexto de transição política e histórica e que

vivenciou esse contexto de modo ativo através da participação em coletivos políticos e religiosos. O segundo motivo é que Talisson abre o caminho para um resultado da pesquisa que surge a partir da entrevista de todos os interlocutores, em outro momento deste trabalho irei demonstrar melhor esse resultado, referente a mudança a respeito da percepção de como se dá a discriminação racial nas favelas de Fortaleza, a percepção de Talisson é uma completamente diferente, na verdade, é uma percepção oposta a percepção que Luiz e Daniel (ambos nascidos no século XXI) tem sobre essa discriminação racial.

Além desses dois motivos centrais, o fato do ponto de vista de Talisson ser de alguém que constrói há décadas um movimento negro, traz também uma perspectiva particular dentro da minha pesquisa sobre genocídio racial e social. Isto é, como a minha abordagem a respeito do que é esse fenômeno do genocídio, é referente a um fenômeno construído a partir de elementos de desigualdades raciais e sociais, compreender mais do movimento negro cearense traz fatores que complementa a formulação sobre genocídio racial e social.

### **3.1.1 - A violência policial na década de 1980.**

Talisson é um sujeito essencial para a compreensão da história do movimento negro no Ceará, especialmente em Fortaleza, no entanto, durante a entrevista com Talisson foi inevitável que surgisse o tema da violência policial como algo quase “natural” na narrativa da juventude negra, é um marco presente independente do que se esteja falando, na década de 1980 e 1990 essa violência aparece como um legado de autoritarismo (PINHEIRO, 1991) do período de regime militar. Em todas as entrevistas que realizei ao longo desta dissertação esse foi um elemento presente, nas idas ao Cuca do Jangurussu, quando era iniciado um diálogo com algum jovem sobre a violência policial, rapidamente era formado um agrupamento de outros jovens que, observando a conversa, se aproximavam para relatarem também suas próprias experiências a respeito da violência policial.

*Na década de 1980 eu começo a sair aos sábados, a gente vai pros chamados som, as músicas que tocavam era o funk, mas era o funk do James Brown e aí eu achava bonita a galera dançando, né? E eu comecei a observar que era um grupo grande de negros, uma juventude grande de negros e na minha época a gente andava de turmas que hoje chama de gangue, né? A piedade tinha a fama de muita insegurança, não sei se por causa dessa fama ou por causa do regime militar, aqui e acolá a polícia batia, né? Fazia batidas lá na rua, e a gente via várias vezes eu mesmo fui várias vezes e com nós negros era muito humilhante, então as abordagens*

*com nós negros era muito humilhante só que a gente não percebia que era porque a gente era negro, mas o tratamento era desigual.*

Esse primeiro trecho que coloco neste tópico aponta o fato de como os jovens negros na década de 1980, mesmo com frequentes abordagens da polícia, tinham dificuldade de perceber que situações como estas eram ocasionadas a partir de discriminações raciais. Isso é fruto do contexto histórico daquele período, mesmo no meio acadêmico e no meio político institucional, o Brasil ainda engatinhava nas análises a respeito de conflitos raciais. Ou melhor dizendo, a teoria da democracia racial ainda imperava praticamente em todos os setores da sociedade. Um reflexo desse elemento é o fato de que até mesmo as organizações políticas, os setores progressistas das igrejas (principalmente a igreja católica), quando reivindicava haver discriminações estruturais entre determinados grupos na sociedade brasileira, faziam menção quase que exclusivamente às desigualdades sociais, para estes sujeitos, a matriz das opressões era vinculada a uma luta de classes, de um lado as classes populares e de outro as classes abastadas.

Essa é uma questão que ainda hoje é conflituosa, ainda hoje também há a existência de organizações políticas que apontam a matriz das opressões e desigualdades direcionadas somente às desigualdades sociais. No entanto, as próprias falas de Talisson, João, Margarida, Luiz e Daniel demonstram que a desigualdade social é uma das esferas de opressões estruturais existentes no Brasil, para que seja compreendido a totalidade dessas opressões, focar apenas no aspecto social é ineficaz e insuficiente considerando toda nossa formação social e histórica enquanto nação, e é intrigante visualizar o processo de Talisson ir aos poucos percebendo também a discriminação racial que sofria para além da discriminação social, atualmente Talisson já tem uma consciência racial de grande acúmulos, mas, lembrando os momentos de sua juventude, é possível perceber que ainda não existia essa consciência tão internalizada em sua juventude como é o caso de Luiz e Daniel que demonstrarei mais a frente nesta dissertação.

*Eu nunca me esqueci, quando eu era estudante eu e uns amigos, o único negro era eu, na avenida 13 de maio indo pra alguma coisa na Concha Acústica<sup>38</sup> e a polícia bateu, todo mundo passou, o único que foi colocado na parede foi eu!*

*Nesse momento também eu já me aproximo da religião, do candomblé. E uma galera do hip hop, do MH2O, passa a vir pro GRUCON. Vamos a um evento, a gente foi doze pessoas, a galera do hip hop tava lá, e aí como eu já tinha experiência com a polícia vejo vindo dois*

---

<sup>38</sup> Espaço pertencente a Universidade Federal do Ceará, onde costuma ser realizado eventos culturais, refeições de grau dos cursos da UFC, entre outros grandes eventos.

*carros e digo "gente, ninguém olha para o carro", a galera atrevida do hip hop disse "eu vou olhar", e ficaram encarando eles passar e quando eles passaram eu disse "porra velho, eles vão voltar!"*

Ao relatar essa situação, um outro elemento pode ser percebido. Talisson passa por um processo gradual de conscientização a respeito dos conflitos raciais que ele observava, vivenciava e escutava. Esse processo gradual é perpassado pela inserção no Grucon, é perpassado por diversos estudos, leituras, formações coletivas, reflexões, análises, viagens para outros estados para participar de eventos acadêmicos nacionais que debatiam relações étnico-raciais, enfim, é de um fato um processo bem gradual. Porém, mesmo ainda quando não havia tanta compreensão e acúmulo teórico a respeito de discriminações raciais, inconscientemente ele já sabia que era negro e que sofria uma discriminação.

A sua prática cotidiana demonstra isso *"eu já tinha experiência com a polícia"*, de onde surge essa experiência? De onde surge essa compreensão sobre como saber agir ao visualizar um carro da polícia se aproximando? O que aponto aqui é o fato de que pessoas negras sabem que são negras, mesmo que não haja tanto acúmulo teórico, elas sabem a partir de suas experiências de vida, mesmo que não seja dito, mesmo quando elas mesmas afirmam que não sofrem discriminação racial (o que não é o caso de Talisson), a sua prática cotidiana é imersa de estratégias de sobrevivência e resistências contra violências raciais. Talisson demonstra isso através da compreensão de como deve agir ao observar um carro de polícia, um outro exemplo de estratégias de proteção adotadas por pessoas negras é o fato dessas pessoas sempre andarem com algum documento que lhe identifique, trago esse exemplo de minhas experiências pessoais, na adolescência fiquei surpresa ao saber que jovens brancos saem de casa sem qualquer documento que lhe identifiquem, afinal, acreditava ser essa uma prática comum por sempre ter ouvido o conselho de familiares para nunca esquecer de andar com algum documento, conselho dado para mim mas principalmente dado para crianças, adolescentes e jovens homens com quem eu tinha contato.

Essas estratégias de sobrevivência não são ações confortáveis e naturais, são estratégias geradas a partir de uma necessidade concreta: a sobrevivência. Destaco com essa questão, um elemento básico no cotidiano de pessoas negras, mesmo que a teoria da democracia racial esteja firmemente implantada e que não haja tanta a compreensão da discriminação racial, situações assim se inserem dentro do que aponto como genocídio racial e social, é um fenômeno cotidiano, constante, exercido de modo micro e macro de maneira contínua.

*Eu fechei a boca eles deram a volta no quarteirão, os dois carros pararam eles desceram como se fossem pra guerra, com metralhadora, com revólver, com espingarda*

*gritando "pra parede vagabundo" e aí o meu lado rebelde, eu me mexi, os meninos foram pra parede e tal, aí o chefe acho que era um tenente, chegou pra mim e eu disse "não, não é assim que se fala não rapaz" aí ele chegou pra mim botou o dedo no meu rosto e disse "olhe" e eu disse "olhe você! Você vai falar e eu vou falar também" daí ele disse "olhe quando a polícia chegar vocês tem que obedecer" e eu olhei nos olhos dele e disse, eu tava cercado de polícia, "vou lhe dizer uma coisa, você chegou dizendo 'pra parede vagabundo', todo mundo aqui é trabalhador e eu não tenho a obrigação de lhe obedecer, eu sou um cidadão que paga imposto e paga o seu salário, então vocês tem que chegar aqui com a gente que somos cidadão e dizer o seguinte "com licença, por favor" e não chegar dessa forma truculenta. Aí nisso, um enorme, o caboco era enorme disse "você é um merda", aí eu "merda é você", mulher, nessa hora eu pensei "pronto, vou apanhar", aí ele voltou e disse "como é que é?" mas eu disse "pode voltar! Você me destratou e eu respondi" ai eles pararam e ficaram me olhando, ai agora vem a parte que envolve o sobrenatural quando eles entraram no carro e saíram olhando pra mim eu escutei uma voz no meu ouvido "vai embora agora" eu chamei os meninos pra irem embora, mas eles quiseram ficar por causa do negócio do hip hop que ia ter, eu saio e assim que eu entrei no ônibus eles voltaram sem identificação e ficaram me procurando, eu fiquei sabendo disso depois eles me ligaram ai eu entrei em contato com um advogado dos direitos humanos.*

A narrativa de Talisson é explícita, existe a reação sobre discriminação sofrida, existe a tentativa de se defender e de não reduzir o tamanho do fato ocorrido. Porém, mesmo nesse contexto em que Talisson reage, ele percebe que a sobrevivência, permanecer vivo, não é algo simples e fácil. Ao procurar conselhos com um advogado, o advogado lhe informa sobre a legitimidade que a polícia tem de atuar desta maneira e com isso, Talisson lembra também de uma situação que ocorre nesse mesmo período, então, novamente como estratégia de sobrevivência, Talisson não aprofunda o confronto com a polícia, em contrapartida, essa situação lhe direciona a observar de modo mais analítico a violência policial.

*Mas eu recuei, porque imediatamente eu lembrei, uma semana antes na baixada fluminense a polícia matou um militante do MNU no rio. Nesse momento eu já começava a fazer a discussão, eu comecei a pensar "a polícia matou um preto e a história cuida em invisibilizá-los". E é a partir daí que eu começo a prestar mais atenção a violência policial contra negros a ponto de exterminá-los, a partir dessa situação.*

### **3.2 - Funk, Hip Hop e as Galeras na década de 1990.**

João é uma pessoa que vivencia sua juventude no período final da Ditadura Civil-Militar e o começo da Redemocratização. *“Também era um período, os anos 90, que houve uma grande mudança, né? E naquela época começou a surgir as primeiras gangues de rua, né?”* Após a saída do regime militar, em semelhança a outros países da América Latina, o Brasil se insere em um contexto político Neoliberal encabeçado por partidos políticos de direita até os anos 2000 quando emergem novas reconfigurações históricas (CARVALHO, 2006) inserindo o Brasil em um cenário neodesenvolvimentista.

Quem já viveu sob uma ditadura ou regime autoritário não tem dúvidas, quando a opressão termina, de que efetivamente mudanças ocorreram. As liberdades políticas são restauradas, eleições são convocadas, a alternância no poder volta. Mas a democracia não está garantida. Especialmente porque as transições políticas não remetem, em questão, à transformação do Estado em sua relação com as classes populares naquilo que é mais crucial, o enquadramento, a normalização (PINHEIRO, 1991).

As gangues de rua começam a surgir importando características norte-americanas, fazendo com os jovens da cidade de Fortaleza se espelhassem em artistas e padrões internacionais.

*Tinha todo um estereótipo dos filmes the warriors, aí dos selvagens da noite. Todo mundo tinha suas jaquetas, era algo muito demarcado, né? Muito homem, muita mulher, o cabelo... todo mundo cheio de brinco, de cordão, era muito adornos, né? Tinha muito isso no pescoço, eles passavam! Todos os domingos eles passavam, então eu achava aquilo ali muito legal, né? E tinha um programa de rádio chamado "embalos da volta", que ele passava dia de domingo e ele passava muito, mas muito funk, né? O funk americano que tava evoluindo o processo, né? Muito Michael Jackson, era o auge dos primeiros CDs do Michael Jackson, os últimos fizeram muito sucesso, né? Porque representava ali a dança de rua, as ruas etc.*

Começa nesse período o aumento de bailes funks nas favelas de Fortaleza, as gangues surgem após esse momento.

*Porque tinha uma mudança no país, né? Tinha uma mudança no país e nós tinha uma mudança muito forte nas ruas, né? Porque os bailes funks vinham, a gente já não curtia mais o funk americano, já começamos a ir para as melôs, aqueles funks carioca e isso vinha pegando, né? Era as dancinhas, era os passinhos e tal... já começava ali a ter as primeiras gangues muito grandes, eram gangues massivas!*

*Por exemplo, tem uma gangue que era muito lendária que era uma das maiores ali na nossa região que era chamada a "XR" que era "Xixi de Rato" e essa gangue ela ia da Parangaba a Itaoca, ao Montese, até o Jardim América! Então eles eram muito grandes e foi uma das primeiras gangues a começar a usar arma de fogo a evoluir para um processo mais violento, né? Eles começam a avançar nessa questão, essa gangue... eles começam os primeiros assassinatos, eles começam realmente a disputar o território, realmente fazer grandes assaltos... então tem um processo de evolução com essa gangue, né?*

Na perspectiva de João, houve uma evolução nas “ruas”, ou seja, uma mudança processual no cotidiano das favelas a partir do surgimento das “galeras”, destaco que os membros das gangues não se denominavam assim, eles chamavam a si mesmos de “galeras”, era a “galera da Itaoca”, “galera do Pirambu”, “galera da Serrinha”, etc. Essa evolução das ruas intensifica ainda mais a participação da juventude das periferias nos bailes funks da época.



Imagem 11: Super dance - A Gigante de Fortal - Baile do Memphis Clube em Messejana

*E meio a isso, a gente começa a participar dos bailes, dos bailes funk. Então o baile funk aí já nos anos 95, 96 e tal, eu acho que é o auge, né? 95, 96 acho que até 98 é o grande auge dos bailes funk! Tu vê que é muito pouco isso, né? Mas, esse pouco tempo, porque é interessante essa concepção do tempo pra rua, né? É uma questão mais filosófica, né? Então na rua, o tempo de vida, a vivência, ela tem um outro sentido, né? Pela maturidade, pela quantidade de coisas que você absorve, né? E como você envelhece e aprende muito rápido na rua! Então se nós tivemos de 94 até os anos 2000, né? Teve seis anos de baile funk de extrema intensidade! De extrema intensidade. Então assim, é algo num tempo curto, mas pra quem tava na rua é algo assustador assim, porque era um volume de atividades diárias, né?*

A narrativa de João traz o elemento do tempo de vida da juventude na favela, nesse ponto a questão não se refere a uma possível morte, mas que com o aumento das *galeras* existe um certo amadurecimento dos jovens a partir das atividades ilegais realizadas pelas galeras.

*Aí já se formam os primeiros cabeças, né? Pela postura, pela coragem, pela valentia, pela forma de ver e tentar organizar a galera, de manter a unidade e tal. Então assim, eu tinha dois cabeças políticos e era como se eu fosse um general de guerra... então assim, você tinha ali os cabeças, os fundadores da gangue ali que fundaram, né? Por uma questão política, vamos dizer assim, olhando dessa forma organizativa, mas... e nós se forjamos! Como cabeças, né? Pelo volume de atividade, pelas ruas, por dominar, por não fugir, por não correr, por gostar de combate etc., e tal.*

O que João conta remete a um cenário de vinculação de Juventude e Violência mais conhecido na literatura sociológica construída a partir das particularidades do Sudeste na década de 1980 e 1990, a acumulação social da violência (MISSE, 1999), na construção de um assujeitamento para o crime também se demonstra ser parte do cenário nas favelas do Nordeste Brasileiro, em especial, na cidade de Fortaleza.

Nesse momento, se aproximando do final da década de 1990, a morte da juventude negra das favelas fortalezenses se intensifica com outros elementos.

*Dos meus quinze pros meus dezesseis eu já tinha perdido, pelo processo das ruas, o processo das gangues, eu já tinha perdido vários amigos, já tinha morrido alguns amigos meus, né? Já tinha começado um processo de arma de fogo, de violência já começou a entrar nesse processo, né? A maconha que era nacional ela começa a vir prensada, começa a ter uma nova mudança nas ruas! Muito comprimido ainda rolava, Rupinol, Aranha... então começa a entrar essas drogas e tal e é muito forte, né? Começa a uma juventude já a morrer com essa entrada.*

Talisson e João demonstram através de suas narrativas particulares a efervescência de elementos que perpassam a vida da juventude na década de 1990. Evidentemente, essa não é uma especificidade do período, a categoria de juventudes, por ser um período de transição entre a infância e a fase adulta, carrega de fato muitos elementos. Porém, ressalto o fato dessa ser a década imediatamente posterior ao fim da ditadura civil-militar no país, no âmbito cultural, também foi na década de 1990 que surgiu nas favelas de Fortaleza, mais precisamente no Jangurussu, o forró de favela, um forró mais romântico que se diferenciava do forró pé de serra e do xote, esse forró ainda hoje é conhecido como forró de favela justamente por ter nascido nas favelas fortalezenses.

Com isso, existe uma demonstração que havia uma grande expectativa da juventude de periferias “tomar as ruas”. Durante o regime militar, o aspecto cultural, principalmente o setor

musical cumpriu um grande e importante papel político de combate à ditadura, com a realização de diversos protestos por meio de letras musicais. No entanto, mesmo com o término oficial do regime ditatorial, o setor musical continuou (e continua) cumprindo também um novo papel político, encabeçado por uma juventude que ansiava em vivenciar ao máximo esse período de suas vidas e as favelas de Fortaleza são um forte exemplo desse elemento, não foi por acaso o fortalecimento do funk, do hip hop e do forró a partir das características vigentes nas favelas, são produções culturais e artísticas que tinham na essência de suas construções o perfil destes jovens. No momento que existe a proibição da realização de bailes funks em Fortaleza, no ano de 2001,<sup>39</sup> isso se reflete diretamente no interior das favelas.

*O hip hop vai surgindo nessa época também, nos anos 92 vem surgindo em paralelo aí com o funk, mas não com muita força. Quando acaba com o baile funk, o que acontece? Acontece o que o MH2O<sup>40</sup> tinha dito, né? Toda essa violência vai voltar pras ruas, volta pras ruas! Por quê? Porque o baile era essa grande panela de pressão, né? Quando volta pras ruas, as gangues se fragmentam, se fragmentam em seus microterritórios e se fragmenta nas suas micro galeras, né? Então aquela unidade que tinha ela se fragmenta, então Serrinha chega a ter aí umas... sei lá, umas doze... vinte... sei lá, gangues.*

*Fortaleza toda o pau canta! Cê imagina pirambu que até hoje ainda é dividido assim, né? Tem o Tirol, Areial, Cacimba dos pombos, Lagoa Seca, né? Então você imagina ó! Tudo isso é dividido, começa a ser dividido, né? Todos os territórios começam a ser dividido e ganha uma grande proporção de violência, né? Então as gangues começam a ter essa disputa mesmo de briga, e as favelas, os bairros ficam territorializados, e aí o aumento da violência ele explode! Ele explode nesse processo, né?*

*É tanto que eles [O Estado do Ceará] funda um grupo específico pra combater as gangues, né? As galeras. Que era o Fator, só que o Fator se tornou quase um grupo de extermínio, matou muito jovem! Essa polícia muito violenta! Aí acabaram com ela e criaram um grupo mais especializado, né? Um grupo de inteligência, mas mais especializado e militar, que foi o GATE, o Grupo de Ações Táticas Especiais, o GATE, ele foi criado aqui no Ceará pra combater as galeras! Só pra você ter uma ideia!*

*Já no final do baile funk, 98, anos 2000... já entra a arma de fogo, já começa um processo brutal de arma de fogo, muita trinta e oito, muita... começa a morrer gente já nesse processo e isso vai, né? E começa a morrer uma geração toda, começa a morrer...*

<sup>39</sup> [Folha de S. Paulo - Comportamento: Polícia Civil proíbe realização de bailes funk em Fortaleza - 10/03/2001](#)

<sup>40</sup> Movimento de Hip Hop do qual o João começa a fazer parte com a proibição dos bailes funks em Fortaleza no fim da década de 1990 para o começo dos anos 2000.

Nesse ponto, quero direcionar a atenção para um elemento. Mais acima comentei sobre como a juventude das favelas de Fortaleza na década de 1990 foram grandes formuladores e realizadores de produções culturais, com a proibição dos bailes funks não é somente o aspecto cultural que é atingido, é também, sobretudo, um ataque direto a toda a categoria de jovens moradores das favelas. A criação de uma polícia especializada para o combate das galeras, também perpassa por uma outra forma de atingir essa categoria de jovens. O jovem parece ser o ponto de encontro entre esses ataques, como se o fator a ser perseguido fosse esse sujeito.

Assim, as ideias acerca da(s) juventude(s) no âmbito estatal são permeadas de estereótipos pré-estabelecidos, e os jovens são vistos frequentemente como um problema social a ser enfrentado. Desse modo, ressaltam-se prioritariamente seus aspectos transgressores, associando-os, quase sempre, à criminalidade e violência. (BRASIL; SANTIAGO; BRANDÃO, 2020).

A série Atlas da violência tem utilizado nos últimos anos em seus relatórios um tópico intitulado “Juventude Perdida”, onde demonstra por meio de pesquisas estatísticas que no Brasil, o homicídio é a principal causa de morte de jovens com faixa etária entre 15 e 29 anos. Ou seja, os jovens são os sujeitos que mais morrem no país de causas não naturais, e mesmo com essa grande mortalidade juvenil, estes também são os sujeitos que mais são perseguidos pelo braço armado do Estado e por políticas públicas que enxergam os jovens como um problema. Também por meio do Atlas da Violência (2019) é possível encontrar qual o perfil do jovem que mais está morrendo, sendo 75,5% das vítimas de homicídio pessoas negras. E com a narrativa de João, é possível visualizar diversos fatores que direcionam essa juventude negra da favela para a morte.

*E aí no final dos anos 2002 já, a gente já tá com os bairros pacificados, a gente começa a fazer uma pacificação em Fortaleza toda, já tinha o movimento do hip hop, né? E aí chega 2002 que se estende até agora, que é essa questão do crack, né? Veja, o crack como ele entra na periferia, ele dizima a primeira geração de jovens das galeras, entendeu? Jovens de gangue, os primeiros, eles são todos, todos! Todos pegados pelo crack! Eles são dizimados! E o crack vem pegando essa segunda geração que é a minha, né? Que é a minha geração. Ele entra nessa minha geração! Ele começa a dizimar também... Então veja, tinha um conflito territorial ainda em curso e tem o processo da entrada do crack nesse processo, né? Porque cada morto pelo crack, não era por overdose! Era porque ele roubava tanto, mas roubava tanto na área que a galera matava, né? Não era por overdose... Fechado esse ciclo das gangues propriamente dita, e aí eu acho que é quase 2007, 2008 que essa questão de uma gangue dominar um território,*

*ele acaba! Cabou as gangues! Não tem mais territórios, não tem mais disputa de território. Por quê? Porque ela evolui para um processo do tráfico. Então, ali começa a ter chefes de tráfico, né? Os donos do território, então, têm essa evolução. E essa evolução ela é mais pesada porque existe mortes e mais mortes, mas você que não era envolvido você podia transitar por qualquer território de um lado pra outro! Porém, cada território tinha um outro patrão. E começou a ter guerras inclusive pra tomar outros territórios, então chega o momento também de manutenção de vários bairros, guerras que levaram duas gerações.*

Toda essa narrativa, além de fazer uma linha histórica na vivência da juventude negra das décadas de 1980 e 1990, conta, a partir da perspectiva dos próprios jovens daquela época como o Estado do Ceará chega ao ano de 2021 com uma de suas cidades sendo a mais violenta do país em números de homicídios e o Estado de modo geral acaba se tornando o segundo mais violento do país. Durante a redemocratização existe um nítido abandono das periferias por parte do poder público, um abandono que não permanece inerte, existe ocupação do espaço, seja pelas gangues, seja pela violência letal, seja pela disputa territorializada dos bairros por parte das facções criminais. Com isso, governos estaduais passam a investir fortemente em políticas de segurança ostensivas.

A questão da segurança pública no Ceará é pensada pelo Estado desde o século XIX. De lá para cá, o sistema de segurança pública passou por modificações, no entanto, sem fazer tantas modificações profundas, um exemplo, em nível nacional, é a transição do período da Ditadura Civil-Militar para a redemocratização, em 1988 foi promulgada a Constituição Federal que, não previa uma mudança no sistema da polícia militar.

Da década de 1980 até o ano de 2015, o Ceará teve governadores membros de partidos de centro e direita como o Partido da Social-Democracia Brasileira - PSDB, que teve o Tasso Jereissati (um dos criadores do PSDB no Ceará), Ciro Gomes e Lúcio Alcântara como representantes, após Lúcio Alcântara, Cid Ferreira Gomes foi eleito em 2006 como membro do PSB (Partido Socialista Brasileiro) e reeleito em 2010 como membro do PROS (Partido Republicano da Ordem Social). No seu segundo mandato, Cid Gomes instaura o programa de Segurança Pública chamado de Ronda do Quarteirão que segundo o seu programa de criação, visava em realizar uma aproximação entre a população e a polícia, sendo propagandeada como “a polícia da vizinhança”, pois aumentaria a quantidade de policiais nos bairros alegando que com isso haveria uma aproximação entre polícia e população. o Ronda do Quarteirão contava com 12 policiais em cada equipe, que se dividiam em três turnos de oito horas, tendo disponível uma viatura Hilux SW4 e uma motocicleta de apoio que cobriam um perímetro de 1,5 km a 3 km<sup>2</sup>. No entanto, essa perspectiva de polícia da boa vizinhança não teve apoio da sociedade por

muito tempo e o então governador, Cid Gomes, para não gerar conflitos com parte de sua base política, abandonou essa construção. Nesse momento, a ideia de construção de uma polícia cidadã que fosse mais vinculada aos Direitos Humanos perde força e passa a vigorar com mais força a perspectiva de polícias ostensivas.

No primeiro governo mais próximo ao espectro político da esquerda, Camilo Santana membro do Partido dos Trabalhadores, fortalece a política de segurança pública do estado no modelo de polícia ostensiva, como o próprio nome sugere Rondas de Ações Intensivas e Ostensivas, o Raio aumentou consideravelmente sua expansão para os interiores do estado a partir de março de 2015<sup>41</sup>. Em 2021, ao completar 17 anos de criação, o Raio passa a fazer parte permanente da estrutura da Polícia Militar do Ceará.

### 3.3 - A juventude negra e o movimento estudantil.

A protagonista deste tópico é Margarida, uma jovem negra oriunda da periferia que conhece as lutas políticas a partir do contexto de seu bairro e de seu contexto familiar. Margarida relata sobre o período que os movimentos sociais começaram a debater sobre violência que os jovens sofriam fazendo uma vinculação com o racismo. E fala sobre o período que foi lançado o mapa da violência de 2011 intitulado “Os Jovens do Brasil”.

*Cara, dava pra perceber o debate muito de insegurança muito relacionado a juventude negra e periférica, mas ainda não era... na concepção dali lá dos anos de 2010, no movimento mesmo a gente tava começando, a gente já falava, mas estava começando a nacionalizar esse olhar, essa compreensão e direcionar sabe. Eu lembro que teve uma carta de lançamento do Enegrecer<sup>42</sup>, não sei se é em 2009... e que já apresenta essa coisa como o debate do extermínio como algo central do movimento, né?*

*Eu lembro que era uma realidade que você já sabia, mas agora podia... você tinha ali os dados tão alarmantes, na militância eu ainda sentia muita falta desse debate no geral sabe? Eu acho que o movimento negro colocava muito esse debate ,mas esse ainda não era muito um debate eu não sentia ainda que tinha algum evento que coesionava todos os movimentos, essa pauta parecia ser mas ainda não era, mas eu lembro que a gente trabalhou muito com esse mapa da violência e lembro até que tinha a pauta que era dos Autos de Resistência, começou*

<sup>41</sup> Fonte: <https://www.opovo.com.br/noticias/politica/2021/07/08/raio-passa-a-ser-parte-permanente-da-estrutura-da-pm--o-saiba-o-que-muda.html>

<sup>42</sup> Coletivo auto-organizado de jovens negros, criado pela Democracia Socialista, corrente interna do Partido dos Trabalhadores.

*a se debater muito sobre a violência policial e quando aconteceu a Chacina do Cabula entrou o debate sobre a violência nos territórios, sobre as chacinas.*

Margarida é uma jovem que vivencia o período histórico de transição no processo de jovens negros não se atentarem tanto a vinculação das desigualdades sociais e raciais, no capítulo 3 desta dissertação aparece Luiz e Daniel, jovens que demonstram o atual cenário de autopercepção do racismo sofrido. Margarida comenta sobre como o movimento estudantil refletia o perfil de estudantes universitários que existiam majoritariamente nas universidades no período anterior a implementação às cotas raciais, quando questiono sobre o debate racial existente no movimento estudantil desse período, Margarida responde:

*Olha, isso não era uma realidade. A universidade não trabalhava com esse debate até porque antes o movimento estudantil era muito elitista, né? Então assim, foi um processo de muita construção ainda no movimento estudantil, e a gente vê um processo muito interessante porque tem esse processo de leitura da realidade, mas também tem um processo de transformação, né? Porque esse processo de transformação desse novo sujeito da universidade, dessa nova cara da universidade, então você tem mais estudantes se afirmando enquanto negros e levando essa pauta. Então, antes o que era alguns negros que tinha ali em alguns cursos se juntava isso começa a ganhar força e aí todas as forças políticas começam a acompanhar a UNE, tem um quadro<sup>43</sup> negro que vai ali pros espaços e tal e coloca esse debate pras suas forças, e as forças coloca pra entidade [UNE] então isso foi algo muito processual ... o debate de reconhecimento desse sujeito, quando esse sujeito entra na universidade essa pauta é central pra ele, porque ele vai pra universidade mas ele volta pros territórios, então ele sabe o que acontece nos seus territórios, ele se reconhece com aquele jovem que tá morrendo ou aquele jovem que poderia tá na universidade e que não tá.*

Margarida comenta sobre a importância do primeiro ENUNE - Encontro de Estudantes Negros e Negras da UNE realizado em 2007<sup>44</sup>. Desde a década de 1990, a União Nacional de Estudantes (UNE) inicia os debates a respeito da questão racial com o surgimento da diretoria de Assuntos Antirracistas que mais tarde se tornaria a diretoria de Combate ao Racismo (ROCHA, 2020). No entanto, é só depois do surgimento do ENUNE que aos poucos, ao longo dos anos, o movimento estudantil organizado passa a dar maior atenção às desigualdades raciais, principalmente a partir do debate das cotas raciais. Em seu relato, Margarida faz uma linha histórica dos marcos de mobilizações que o movimento estudantil foi se inserindo nos

---

<sup>43</sup> Uma das formas como organizações políticas denominam seus dirigentes.

<sup>44</sup> Nos anexos desta dissertação, apresento a carta final do 1º ENUNE. O documento foi disponibilizado por Rodger Richer de Santana Rocha, em sua dissertação no ano de 2020.

anos após o lançamento do mapa da violência de 2011, com isso, ela relata sobre o lançamento do programa “Juventude Viva” lançado em 2015 pela Secretaria Nacional da Juventude (SNJ), em Fortaleza o programa foi chamado de “Juventude Negra Viva” pela prefeitura municipal, fui uma das jovens que participou de um dos cursos realizados pela prefeitura de Fortaleza através desse programa.



Imagem 12: Imagem referente ao programa lançado em 2015 Secretaria Nacional da Juventude (SNJ).



Imagem 13: Foto da carteirinha de participantes do programa municipal de Fortaleza “Juventude Negra Viva”.

Margarida relata também como foram as mobilizações contra a pauta política da Redução da Maioridade Penal no ano de 2015, em seu ponto de vista, esse foi um dos momentos de maior coesão entre os movimentos de juventude acerca da desigualdade racial e do extermínio de jovens negros.

*Ali a gente já vinha perdendo terreno pros conservadores, né? Já vinha numa disputa grande com os governadores e esse debate surgiu das questões que a gente apontava, tinha o*

*aumento do extermínio por parte do braço armado do estado e ao mesmo tempo por conta da guerra às drogas, né? Então, esse é um debate que sempre foi muito alinhado, a gente sempre identificou que a guerra as drogas era uma guerra ao povo negro, sempre que a gente falava sobre extermínio da juventude a gente relacionava com a guerra as drogas. Então o aumento da maioria tinha tudo a ver com o aumento dos conflitos, da letalidade, dos conflitos entre estado e crime organizado, e da fragilidade que o governo já apresentava no parlamento.*

Margarida conta também sobre como a organização política contra a redução da maioria penal foi um processo amplo que chega a lhe emocionar ao recordar.

*Mas o que eu lembro daquele momento é que foi um processo muito bonito de organização, é um processo onde os movimentos em geral assumem de fato, se organizam pra combater aquilo, né? Então você tinha ali o CONANDA... até me emociono mulher, lembrando... porque foi muito forte e foi uma coisa que foi nacionalizada, mas que também tinha, isso chegou nos estados. Então todos os movimentos eles eram centralizados por essa pauta então assim tinha reunião para debater as ações contra a redução da maioria penal então era um negócio bonito porque já tinha essa junção, das pastorais, da galera que tava nos conselhos, do movimento estudantil, dos movimentos de juventude, aí isso tipo assim também possibilitou uma série de lutas, de reivindicações. Assim tipo, tinha a rebeldia da galera de ocupar as coisas tinha a galera que fizeram o amanhecer contra a redução, então era outra estética, pegava elementos das juventudes partidárias, das campanhas eleitorais, então de fazer panfletagem, de fazer determinados tipos de coisa, é um momento de muita convergência de experiências, de encontro mesmo de muitos movimentos e dessa articulação movimento-parlamento/movimento-parlamento.*

De Talisson até Daniel, existe uma perceptível mudança no debate das relações raciais. Talisson viveu sua juventude num período em que até mesmo o movimento negro tinha dificuldade de abordar a questão racial no Ceará, já Daniel tem total compreensão da discriminação racial que sofre mesmo com apenas 17 anos. Margarida está entre esses dois momentos, é uma jovem que representa o período de mudança de autopercepção sobre as desigualdades raciais. Por ser uma jovem negra nascida na periferia de Fortaleza, sente que existe uma diferença de perspectiva política quando se insere no movimento estudantil universitário, o perfil majoritário de estudantes destoava de seu perfil.

A implementação das cotas raciais em 2012 nas Universidade Públicas Federais não trouxe uma mudança no perfil universitário de modo imediato, houve uma mudança gradual e no momento que Margarida chega no ensino superior essa mudança ainda estava ocorrendo. Então, ao relatar a experiência de luta política, onde o movimento estudantil foi um setor

fundamental no combate a redução da maioria penal, Margarida se emociona, pois tratava-se de um exemplo concreto dessa mudança de sujeitos universitários que estava ocorrendo passo a passo e se refletiu na forma como o movimento estudantil conseguiu incidir na construção dessa pauta de luta política que tinha o jovem negro como o principal sujeito que seria afetado com a redução da maioria penal.

No primeiro capítulo, ao falar sobre o conceito de genocídio mencionei Michelle Alexander (2017), Ana Luiza Pinheiro Flauzina (2006) e Juliana Borges (2019), como exemplo de pesquisadoras que estão vinculando o encarceramento e punitivismo penal como uma forma de genocídio de pessoas negras, dialogando nesta perspectiva, a redução da maioria penal traria mais uma mira sobre o jovem negro. Ou seja, seria mais uma forma de tratar o jovem, especialmente o jovem negro, como um sujeito a ser perseguido, como um problema a ser resolvido. E Margarida, como uma jovem que conhece tanto a realidade das favelas como a realidade da academia, por fazer parte desses dois espaços, se emociona com a vitória política da não execução da redução da maioria penal.

*Ah cara, é porque eu acho que ali foi uma experiência real de luta, sabe? Não que as outras não sejam, mas de como é que a gente organiza o movimento pra uma ação, sabe? Uma grande coalizão em torno de uma ação porque eu lembro que a gente dizia "se passar, a gente vai entrar" no congresso, sabe? A gente já tinha visto a entrada a gente já tinha visto como entrar porque era meio que um tudo ou nada, saca? Então essa experiência de organização em torno de uma pauta mexe comigo porque eu acho que falta, acho que outros setores não conseguem fazer, acho que também tem isso, a luta sindical não consegue fazer, a reforma trabalhista passou, a reforma da previdência passou... Eu lembro assim que tinha intervenções muito bonitas, o Levante tava surgindo então tinha uma identidade assim, botava corpos no chão, vela, e assim, nas entradas da câmara, né? Nas entradas porque se desse merda a gente ia porque isso era um horizonte pra gente de um retrocesso muito grande, sabe? E ainda bem que a gente não precisou entrar, mas estávamos preparados. Eu acho que naquele momento aquela pauta conseguiu ter um apelo em toda a sociedade, conseguiu ter organização de base, conseguiu ter unidade, conseguiu ter coesão e enfrentamento, e eu acho que poucas coisas até lá conseguiram isso.*

Perto da finalização da entrevista com Margarida, por ser uma jovem participante de organizações políticas do campo da esquerda, lhe questiono sobre quais são suas perspectivas para o momento atual no debate sobre genocídio e extermínio da juventude negra.

*Cara, eu acho que a gente precisa ver como descortina esse debate, sabe? A gente fica falando muito sobre o extermínio da juventude negra e a gente continua morrendo, a gente*

*continua... Então, eu acho que precisava ampliar essa luta pra mais setores, mas também combater o que de fato precisa combater, porque a gente fica com alguns entraves. A esquerda não consegue debater a política de segurança, sabe? E sem debater a política de segurança não vai acabar o extermínio, a esquerda não consegue debater legalização das drogas, e aí sem o debate da legalização das drogas a gente continua nesse debate da guerra contra as drogas e tal, num estado que tá cada vez mais autoritário, né? Então cada vez mais incorporado pelas milícias, a periferia é cada vez mais controlada pelo tráfico.*

A fala final de Margarida, corrobora com o que Oracy Nogueira (2006) aponta como um dos problemas para se discutir relações raciais no Brasil, que se refere ao fato de termos como ponto de partida uma compreensão da questão racial a partir de uma perspectiva da realidade estadunidense. Situações de profundas discriminações e violências raciais ocorridas lá costuma causar uma comoção social bem mais ampla do que quando ocorre uma profunda discriminação e violência racial no Brasil. Margarida também se refere ao fato da grande normalização a respeito da morte de pessoas negras, de uma forma que se torna permitido determinado grupo de pessoas (pessoas negras) serem mortas, enquanto outro grupo de pessoas (pessoas brancas) fosse o único legítimo a causar comoção social no Brasil.

*Eu odeio essas comparações porque parece bem colonialista, mas olha a reação da morte do George Floyd pra morte das crianças aqui, por exemplo, né. Ou da própria Ketlen ou da própria Marielle, a história social é diferente, tem uma mulher que eu adoro que diz "eles tiveram os panteras negras mas não tiveram o quilombo dos palmares". Então, não dá pra fazer essas comparações, mas o projeto de miscigenação deu tão certo pros racistas brasileiros que a gente não consegue fazer esse debate de maneira ampliada. Por que nós permitimos determinadas mortes? Se você pegar o debate sobre violência que a Bell Hooks coloca, é nesse aspecto, a gente tem que falar das diversas violências.*

#### 4 Baculejos e violência policial como ferramentas para o genocídio racial e social.

*Quadrada na beca de veludo/Ninguém sabia, eu quero todo mundo mudo/Vai botando a fé no submundo/Tal hora tu vai acabar tomando um susto/Olha o caminhar do elemento/É o passo bem lento, vai fechando o tempo/Canhão, faca na cintura/Disposição pra tombar duas viatura/Fortal City é uma mistura/Morando na praia/E mesmo assim a vida é dura/Tá geral suave, do nada o clima muda/Vai passar na frente, a máquina te costura/Ela te costura (trá-trá-trá).*

##### 4.1 - O baculejo no cotidiano da juventude das favelas Fortalezenses.

Esse capítulo surge como resultado da análise das entrevistas realizadas no decorrer dessa pesquisa, desde o início a violência policial era um elemento que eu sabia que iria aparecer em algum momento da dissertação, mas não tinha esse elemento já posto previamente como o maior ponto de encontro entre todas as entrevistas. Porém, ao fazer e observar as entrevistas qualitativas, a violência policial aparece de maneira quase que “natural”, mesmo não sendo o tema principal de boa parte das entrevistas feitas. Com isso, a construção desse capítulo tornou-se uma necessidade da pesquisa.

Início trazendo brevemente quem é Matuê, trapper<sup>45</sup> autor da música “É Sal”, lançada em 2020 e que está no início deste capítulo. Matheus Brasileiro Aguiar, mais conhecido como Matuê nasceu em 1993 na cidade de Fortaleza e apesar de ter sido criado em Oakland, na Califórnia, boa parte de suas músicas trazem características de Fortaleza em linguagens comuns por jovens moradores das periferias de Fortaleza, “Fortal City é uma mistura”, “Vem pra cá (pra Fortal City)”, “Então se adianta, tu tá interado/Que o nego é considerado/E anda com vários do seu lado/Da Oeste pra Zona Sul/É o terror do Pirambu”.

No ano de 2020, o seu álbum “Máquina do Tempo” ganhou grande destaque, chegando a bater o recorde de melhor estreia de álbum no *Spotify* Brasil, o álbum atingiu 4,7 milhões de reproduções em 24 horas.<sup>46</sup> O cantor inicia o ano de 2022 com novos recordes e atingindo números bastante expressivos em sua carreira de artista:

<sup>45</sup> Mistura de rap, música eletrônica e sons repetitivos.

<sup>46</sup> Fonte: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/entretenimento/e-hit/conheca-matue-cantor-cearense-que-quebrou-o-recorde-de-melhor-estrela-de-album-no-spotify-brasil-1.2987859>

- Seu álbum “Máquina do Tempo” conta com cerca de 290 milhões de visualizações;
- O álbum “Máquina do Tempo” possui 270 milhões de streams;
- Ele é o único artista brasileiro a colocar 6 faixas no Top 6 e 7 faixas no Top 15 do *Spotify*;
- O artista conta com 4.8 milhões de seguidores no Instagram;
- Possui 5 músicas no Top 200 do Spotify há mais de 1 mês;
- Possui o maior número de inscritos no Youtube: 3.55 milhões;
- Estreia no Top 100 no ranking Global do Spotify;
- No TikTok, possui 18 milhões de views a tag #QuerVoar e 22 mil vídeos criados na plataforma.<sup>47</sup>

O motivo de trazer o Matuê para o começo deste capítulo, é por considerar que o artista é um resultado da geração de jovens que aparecem como interlocutores desta pesquisa. Vejo a referência musical que apresento para João e Talisson no capítulo 2, Mano Brown, como uma síntese daquele momento histórico, e quais as sínteses de hoje? Onde os jovens das favelas de Fortaleza conseguem se visualizar? Luiz e Daniel, os protagonistas deste capítulo, são jovens que consomem a produção cultural de artistas como Mateu que retrata a realidade do “submundo” em suas músicas.

Daniel, é um desses jovens que busca nas produções artísticas e culturais formas de refúgio dos momentos difíceis que já havia passado, *“Daí eu decidi fazer uma letra né? Saiu muito bom e tal, a galera gostou! [...] Sei lá, acontece tanta coisa! Que vem na minha cabeça tanta ideia também! Se liga? Tipo, perdi minha mãe vai fazer dois anos agora em janeiro, também foi uma inspiração para muita coisa, se liga? E é isso mah! Eu sempre fui envolvido em eventos culturais, sempre tive presente lá no CUCA e foi justamente lá que começou esse lance de abordagem e tal, nunca tinha levado uma abordagem até sair aquela guarita lá”*.

A guarita<sup>48</sup> a que Daniel se refere foi inaugurada no ano de 2017, mas não era a primeira vez que Daniel estava tendo contato com um contexto de conflitos de maneira direta, *“E quando eu vi que a galera que era conhecida da minha família também começou a morrer por causa*

<sup>47</sup> Fonte: <https://mixme.com.br/quem-e-matue-artista-mais-ouvido-do-spotify-pela-segunda-vez/>

<sup>48</sup> O que Daniel se refere por Guarita, é a torre de segurança chamada de Célula de Proteção comunitária que faz parte do Programa Municipal de Proteção Urbana (PMPU). Em 21 de dezembro de 2017, prestes a inaugurar a Célula, a prefeitura de Fortaleza divulgou que “Cada Células de vigilância terá dois guardas municipais e um policial militar, para fazer monitoramento das câmeras que serão instaladas em cada área, além de um drone. Os locais servirão como base de apoio para equipes compostas por 40 guardas municipais e 20 policiais militares, que farão o patrulhamento durante 24 horas”. Disponível em: <https://www.fortaleza.ce.gov.br/noticias/celula-da-protecao-comunitaria-sera-apresentada-no-jangurussu-nesta-sexta-feira-22>

*da violência. Começou a morrer de tiro, essas paradas assim. E eu percebi que a violência tava tão próxima, mas tão próxima, foi quando a minha mãe foi assassinada, se liga? E tipo, não tem um motivo aparente pra isso ter acontecido, mas aconteceu”.* Daniel não se permitiu abalar, não era a primeira vez que uma profunda violência acontecia próximo a si interferindo diretamente em sua vida. Mesmo após a morte de sua mãe, Daniel permanecia sendo um menino sonhador que gostava de poesia, de criar rimas, de enxergar beleza no cotidiano e sonhava em ser policial, *“Também gosto de falar muito isso, que eu me considero como um Ipê, uma árvore Ipê, porque um pouco antes do Ipê florescer, ele chega muito próximo da morte, o Ipê murcha, seca, fica com um aspecto muito feio e depois ele floresce, entendeu? É muito o lance da resiliência né? [...] eu fazia até pré-militar, ainda tinha um certo “amor” pela polícia, porque eu já quis ser policial, se liga? A própria polícia destruiu esse meu sonho, tá ligado? Mas eu já quis ser policial”.*

Todas as situações que Daniel já passou foram forjando uma ideia de que ele fazia parte de um grupo de pessoas que é comum acontecer situações de conflito, situações constrangedoras, situações de violências e opressões, situações de racismo. Independentemente de onde seja o local onde a revista policial, por exemplo, aconteça, desde cedo percebeu que nem todos os jovens recebiam o mesmo tratamento, *tu tá ligado que não é só pobre e preto que fuma maconha né? Tem os branquinhos lá também, e essa galera... Já fui abordado lá no CUCA, não só no CUCA mas já fui abordado na Beira Mar que uma galera foi mandada se deitar, tá ligado? [...] A gente, digamos, mais favelado né? A gente sofre muito mais xingamento, chute nas pernas e tals. [...] Não vou mentir, tem vez que eu mudo até o andado quando passa polícia, porque eu sei que eles analisam tudo. Boné, vestimenta, cor e andado, se liga? Às vezes eu evito até de andar com boné, pronto, quando eu tô andando com minha namorada eu prefiro andar sem boné, porque ela não gosta quando sou abordado. Daí eu prefiro andar sem boné já pra não ser abordado e não ser um constrangimento tanto pra mim quanto pra ela, se liga?*

Todos os trabalhadores possuem as mesmas exigências diante do capital. Todavia, há um acréscimo: existem trabalhadores que possuem exigências diferenciais, e é imperativo que encontrem espaço dentro das reivindicações de classe e das lutas de classes. Indo além, em uma sociedade multirracial, na qual a morfologia da sociedade de classes ainda não fundiu todas as diferenças existentes entre os trabalhadores, a raça também é um fator revolucionário específico. Por isso, existem duas polaridades, que não se contrapõem, mas se interpenetram como elementos explosivos - a classe e a raça. (FERNANDES, 2017).

No Brasil, debater classe social é debater raça (CARNEIRO, 2017). Ou seja, Florestan Fernandes (2017) aponta a necessidade de vincular o debate de desigualdades sociais e luta de classes com o debate da desigualdade de raça, porém, a partir da matriz e da formação social estas duas questões não aparecem unicamente como algo complementares, sem o negro escravizado não haveria a sociedade de classes que conhecemos hoje no Brasil (NASCIMENTO, 1978), e as falas de Daniel e de Luiz, ao perceberem as diferenças de tratamento entre eles e os amigos brancos, pertencentes a sua mesma classe social, deixa nítido a possibilidade de visualizar a desigualdade racial e o privilégio branco mesmo dentro de uma mesma classe popular.

A violência policial no ato da abordagem com indivíduos de classes populares e negros tem origem no racismo estrutural e esse contexto torna-se um forte elemento para que Daniel molde seu cotidiano na tentativa de escapar de momentos como os descritos por ele, chegando até mesmo a mudar a forma de andar e suas vestimentas. É curioso a forma como Daniel se visualiza, “mais favelado”, nesse ponto o termo favelado foge a forma pejorativa como os membros de classes populares são chamados, nesse ponto, é tratada como uma característica, uma identidade que reúne diversas particularidades e coletividades, a cor da pele, a forma de se vestir, a forma de falar, o uso constante de gírias, o gosto por esportes e aspectos culturais marginalizados como o Skate, hip hop, funk, reggae etc. Elementos que aparecem no cotidiano e na essência dessa juventude marginalizada, elementos que jovens como o Daniel precisa fingir que não existem para tentar se afastar de uma das expressões do racismo estrutural no Brasil, a violência policial.

Dentre os interlocutores desta pesquisa, Daniel é o mais novo tendo 17 anos no momento da entrevista e sua participação traz alguns resultados e algumas sínteses dos diálogos de todas as pessoas entrevistadas nesta dissertação. Um resultado é referente ao que já mencionei quando Talisson aparece na pesquisa, trata-se das estratégias de sobrevivência a partir de seu perfil social e racial. A diferença aqui, é que Daniel tem completa compreensão da discriminação racial que sofre e sabe que ser “*mais favelado*” é uma identidade que lhe traz diversas consequências como, por exemplo, receber baculejo com mais frequência da polícia e de forma diferente do que seus amigos brancos recebem esse baculejo.

A fala de Daniel ao se referir como “mais favelado”, vai de encontro e se contrapõe às análises sociológicas que colocam a desigualdade racial em segundo plano dentro das periferias. No Ceará, o debate racial é um tema extremamente complexo e que em geral provoca profundos embates, historicamente os negros no Ceará são lidos dentro da categoria de pardos ou negros

de pele clara, fortalecendo uma narrativa de que não existem negros no Ceará, irei abordar esse assunto de maneira mais aprofundada em outro momento nesta dissertação, mas a fala de Daniel já traz à tona esse debate, afinal, quem seria o sujeito “mais favelado”? Que precisa modificar “o andado”, “a vestimenta”, os seus trejeitos para parecer... menos favelado? Dentro da favela, há quem seja menos favelado? Os “crias” da favela como alguns sujeitos moradores de periferia de intitulam, conformam em si uma identidade de favelado, identidade que lhe acompanha mesmo quando não está no território geográfico da favela.

A prática do baculejo como um instrumento de poder que “disciplina” e educa o jovem da favela para que se encaixe em um perfil de submissão e “assujeitamento” (SÁ; NETO, 2011), é perceptível no comportamento adotado por Daniel e para que se chegue nesse ponto de sujeição, um longo caminho é percorrido. Em minha trajetória de vida enquanto mulher negra da periferia, vivenciei poucos baculejos mas presenciei incontáveis baculejos com jovens homens negros,<sup>49</sup> certo dia, um grupo de jovens negros entrou no ônibus em que eu estava e não demonstraram pressa em pagar a passagem e passar a catraca, essa simples ação pareceu perigosa demais para o motorista que parou o ônibus e chamou duas viaturas da polícia militar que passavam próximo ao ônibus no momento, os policiais fizeram os jovens saírem do ônibus, os colocou em fileira e pediu para que todos levantassem a camisa com o intuito de dar tapas em suas costas, uma técnica de tortura que tem o objetivo de não deixar as marcas da agressão visível (SÁ; NETO, 2011).

Em última instância, essas operações de parada e revista representam muito mais do que rituais humilhantes e degradantes para os jovens não brancos, que devem erguer os braços e abrir as pernas, sempre de maneira cuidadosa a fim de não fazer um movimento brusco que possa justificar o uso de força brutal - e mesmo letal. Como acontecia nos dias em que se esperava que os negros saíssem da calçada e olhassem para baixo quando uma mulher branca passasse, os jovens negros conhecem o procedimento a ser adotado quando veem a polícia cruzar a rua em sua direção; é um ritual de dominação e submissão executado centenas de milhares de vezes por ano. (ALEXANDER, 2017).

Essa prática, baculejo, cria então suas próprias regras e maneiras de agir e, principalmente, coagir. *“Comecei a andar também no cuca e tal, e comecei a sentir na pele o que os outros lá também passavam, entendeu? Levando abordagem também, por motivo*

---

<sup>49</sup> Não foco na questão de gênero e diferenças de violências entre jovens homens negros e jovens mulheres da periferia por não ser a pretensão neste momento deste trabalho e por acreditar que essa questão por si só seria tema para uma outra dissertação.

*nenhum, só por tá lá e mandava nós sair fora, que ali não era nosso lugar de tá*". Durante a pesquisa de campo no Cuca, diversas vezes os jovens relataram algo semelhante ao que Luiz diz aqui, "*mandava nós sair fora*", é comum ouvir que os baculejos sejam encerrados por policiais com frases como essas "*bora, tá na hora de ir pra casa*", não importando se fosse dez horas da manhã ou dez horas da noite, o ato de disciplinar os jovens é também o de impor aos jovens que não saiam de suas casas, que não ocupem os espaços públicos, é emblemático que isso ocorra até mesmo dentro de um aparelho do estado criado para ser usado por estes jovens.

Já mencionei em alguns momentos deste trabalho sobre a categoria social de juventude ser a categoria mais afetada com diversas formas de violências, principalmente a violência letal. As falas de Luiz e Daniel mostram que essa perseguição aos jovens, prioritariamente jovens negros, se atualiza e permanece sendo praticada mesmo com o passar do tempo.

Eles são todos bandidos até que possam provar o contrário, pois a juventude, em condições de pobreza, tem seus caminhos previamente anunciados no mundo da criminalidade. O senso comum conservador e tradicional aprisiona essa juventude num emaranhado de fatalismos. [...] A pobreza é criminalizada e isolada de uma conjuntura maior, pois não é vista como produto gerado pelo processo de acumulação do capital ao longo dos séculos. Ela é tomada como a causa de todos os males sociais, sobretudo o aumento crescente da criminalidade. Mas, na verdade, os jovens pobres, negros e moradores das periferias tem as principais vítimas dos crimes violentos. (BRASIL; SANTIAGO; BRANDÃO, 2020).

Essa situação mostra o risco de ser um jovem negro no Brasil e é um dos elementos principais para a existência desta pesquisa. Já mencionei anteriormente que os altos índices de violência letal contra jovens negros no Ceará, em especial em Fortaleza, são o meu ponto de partida para a construção desta dissertação, é a minha inquietação inicial. Porém, o genocídio racial e social que abordo aqui se refere, substancialmente, a esta grande perseguição contra estes jovens que ocasiona diversas limitações no seu dia a dia, no seu cotidiano, desde o momento em que acorda até o momento em que vai dormir. É uma limitação detalhista e subjetiva que causa consequências macros e objetivas como a morte.

Nesse sentido, em todo este trabalho, já apareceram diversas pequenas e grandes limitações no cotidiano destes jovens negros fortalezenses, corroborando com o pressuposto que este fenômeno racial e social, o genocídio, não surge no momento da morte destes jovens, não aparece de maneira isolada e ocasionalmente, é um fenômeno que tem sua base em nossa formação histórica e social a partir da realidade colonialista, e que se enraíza no período

escravista trazendo consequências e resultados bem atuais na vida dos jovens negros das favelas de Fortaleza.

#### **4.2 - Violência policial contra jovens no Ceará.**

O baculejo usado como ferramenta de “disciplina” e “educação para a sujeição” não é uma particularidade da polícia no estado do Ceará, o que chama atenção nesse ponto são os dados alarmantes e estarrecedores do aumento da violência letal praticada pela polícia no estado do Ceará. Segundo o Comitê Cearense pela prevenção de homicídios na adolescência<sup>50</sup> de 2013 a 2018 houve um crescimento de 439% de mortes causadas pela ação da polícia no estado, isso significa a morte de 903 nesse período, sendo 221 delas ocorridas apenas no ano de 2018.

Pesquisas e tentativas de analisar e compreender as motivações para a violência contra jovens negros por parte dos policiais cearenses tem crescido cada vez mais:

No caso de Fortaleza, o status socioeconômico ou, nas palavras dos jovens, o fato de ser pobre e morador de periferia, despontou entre os critérios apontados por eles como determinantes para tornar-se alvo da abordagem policial. (ANUNCIAÇÃO; TRAD; FERREIRA, 2020).

Existe uma perceptível discriminação contra a juventude que mora e frequenta ambientes das favelas de Fortaleza, o perfil a ser combatido se torna um perfil com uma cor, uma faixa etária, uma classe social e um local de moradia bem específicos. Quando uma abordagem ocorre e se foge a esse padrão, os policiais estranham e dizem frases como “o que tu tá fazendo aqui?”, “Saí de perto desses vagabundos que é melhor pra ti”.

Os policiais militares ficavam tensos quando o pesquisador se identificava como professor, não sabiam como se comportar, quando percebiam, na revista, que o que eles tinham avaliado não correspondia aos seus conhecimentos práticos para identificar situações de suspeição, risco ou perigo. (SÁ; NETO, 2011).

O resultado dessa violência contra jovens moradores das favelas no Ceará é um elemento curioso, no primeiro capítulo desse trabalho abordei como se dá a percepção da discriminação racial, a narrativa de que não existe negros no Ceará é desfeita nesse momento.

---

<sup>50</sup> Nota técnica 02/2020.

## 87% DOS MORTOS POR INTERVENÇÃO POLICIAL NO CEARÁ SÃO NEGROS, DIZ ESTUDO



Imagem 14, fonte: Centro de Estudos de Segurança e Cidadania

Não existem negros no Ceará, exceto nas estatísticas de homicídio. A associação entre violência e juventude(s) é uma construção social e histórica, assim como violência e atuação policial (BRASIL; SANTIAGO; BRANDÃO, 2020). O contínuo aumento da violência policial no Ceará é um resultado que não é facilmente explicado, as décadas após o período de Redemocratização iniciado nos anos 1980 trazem elementos cruciais para a compreensão desta problemática, o avanço de políticas liberais e a abertura de espaço de governos e políticas autoritárias e neofascistas tem relação direta com a discriminação e crescente letalidade de jovens negros. No entanto, é parte da essência do Estado Capitalista realizar a manutenção de desigualdades sociais e da reprodução de opressões estruturais (BOGO, 2018).

Porém, os dados atuais também mostram relação com a política de segurança ostensiva do atual Governador cearense, Camilo Santana do Partido dos Trabalhadores.

Enfim, a política de segurança pública não tem conseguido avançar diante das velhas problemáticas, diagnosticadas há décadas. Como se explica que o país não tenha um plano nacional de segurança pública que oriente as linhas mestras das políticas locais para a redução dos homicídios nos estados e municípios, que assistiram e assistem à explosão da violência letal? O exemplo local de gestão da segurança pública no Ceará fragiliza significativamente a vida democrática. Essa não deveria ser uma política seletiva, que reprime, segrega, discrimina e tipifica o suspeito em determinados territórios da periferia e faz da violência, tanto simbólica como física, uma força permanente de contenção em áreas periféricas, com a justificativa de manter a lei e a ordem. (BRASIL; SANTIAGO; BRANDÃO, 2020).

O comitê cearense pela prevenção de homicídios na adolescência defende que abordagens policiais nas periferias sejam realizadas com instrumentos não letais e que haja mais qualificações na conduta dos policiais no estado. Um novo elemento que surgiu na última década no cenário da violência policial nas favelas de Fortaleza, foi a percepção nítida por parte dos próprios jovens de que existe uma discriminação racial e social nessa prática da polícia.

#### **4.3 - "Aí me fez pensar também como a abordagem policial é diferente no preto e no branco, entendeu?" Como a discriminação racial passa a ser percebida por jovens das favelas.**

Existe uma transição de percepção do que é favela, do que é ser favelado, do que significa a identidade de favelado exposta anteriormente por Daniel. A literatura sociológica e antropológica que abordam questões relacionadas a juventude/favela/violência é extremamente ampla, Alba Zaluar (1985, 1994), Gilberto Velho (1996), Machado da Silva (1992), Michel Misse (1999), Licia do Prado Valladares (2005), são alguns exemplos de autores que se debruçaram sobre essa temática e não é intuito aqui retomar esse debate, mas sim, fazer uma tentativa de trazer outros elementos.

Dos anos 2000 até após o ano 2010, existe uma transição de autopercepção da favela pelos próprios sujeitos favelados. O termo “favela” é um termo historicamente estigmatizado como algo ruim, algo negativo. Geísa Mattos (2017), relata algo que ocorreu no começo dos anos 2000:

No começo dos anos 2000, no contexto de uma campanha eleitoral municipal em um bairro de periferia de Fortaleza, “comunidade” era uma categoria central para a compreensão da política local (Mattos, 2012). [...] Conforme analisei (Ibid., 2012), a invocação do termo “comunidade”, no contexto da campanha eleitoral, era usada em muitas situações como espécie de antídoto contra a política e os políticos, de modo que falar “em nome da comunidade”, “a favor da comunidade” ou dizer “eu sou da comunidade!” eram expressões que pretendiam servir como escudo protetor para quem “se envolvia com a política”, mesmo que este fosse questionado em sua legitimidade. Já o termo “favela” era tido como pejorativo e depreciativo em grande parte das situações, especialmente se usado por alguém “de fora”. No entanto, os próprios moradores podiam usar “favela” eventualmente para se referirem ao local onde “outros” moravam, àqueles considerados mais pobres e às “áreas perigosas” do “bairro”. (MATTOS, 2017).

Uma década depois o trabalho de Sá (2010) apresenta um outro contexto de percepção:

A visão negativa e pejorativa do que seja a favela é reputada aos segmentos “vestidos de terno”. Para a favela, que não é essa favela pejorativa da qual os grã-finos da cidade falam, a favela é antes comunidade para si mesma. [...] É a “comunidade articulada”, “unida”, que funciona como principal “escudo” nessa relação de poder. (SÁ, 2010).

A própria mudança de percepção do que é favela ao longo do tempo traz um debate racial interessante, pois, as análises de discriminações raciais saem do monopólio das produções acadêmicas e das atuações de movimentos e coletivos sociais organizados politicamente, passa a ser também uma narrativa vinda de dentro da favela, sem necessariamente ter vínculo com o meio acadêmico ou politicamente organizado.

Para iniciar esse tópico, retomo o artista Matuê e trago também o Emicida<sup>51</sup>:

*Quantas vezes tentaram me pôr pra baixo/Tem quem diga que nós não é humilde/Mas nem todo mundo nós tem que agradecer/Só quero o que é meu sem tirar o de ninguém/Continuo bem, continuo rindo/Lutei muito pra, um dia, ver a cena bem/Ver meus cria bem, é pra isso que eu brindo/Eu vim sem dó/Torro esse green sem dó/Gasto esse din sem dó/Se eu tiver que revidar, aí vai ser sem dó* (Música Sem Dó, lançada em 2021 por Matuê).

*Eles querem que alguém/Que vem de onde nós vem/Seja mais humilde, baixe a cabeça/Nunca revide, finja que esqueceu a coisa toda/Tô pelo adianto e a favela, entendeu? /Considere, se a miséria é foda, chapa, imagina eu/Scorsese, minha tese, não teme, não deve, tão breve/São só vitórias do gueto, luz pra quem serve/Na trama, conhece os louro da fama/Ok, agora olha os preto, chama!* (Música Mandume com composição de Amiri / Coruja Bc1 / Drik Barbosa / Emicida / Muzzike / Raphão Alaafin / Rashid / Rico Dalasam lançada em 2015 pelo cantor Emicida).

As letras das músicas do Matuê e do Emicida dão algumas dicas, mas Luiz aponta a chave de compreensão do que ocorre para que a discriminação racial se torne categoria nativa além de categoria analítica. “*Depois que eu fui conhecendo os grupos que tem no facebook, falando dessas coisas, de direitos humanos, eu peguei e vi o lado ao contrário, se liga? Comecei a andar também no cuca e tal, e comecei a sentir na pele o que os outros lá também passavam, entendeu? Levando abordagem também, por motivo nenhum, só por tá lá e mandava nós sair fora, que ali não era nosso lugar de tá. Que aquilo ali era só pra cidadão*”.

---

<sup>51</sup> Nascido em agosto de 1985, Leandro Roque de Oliveira, mais conhecido pelo nome artístico Emicida, é um rapper, brasileiro. É considerado uma das maiores revelações do hip hop do Brasil da década de 2000. O nome "Emicida" é uma fusão das palavras "MC" e "homicida".

A expansão do acesso de mídias sociais e da internet por jovens das favelas faz com que eles tenham contato com debates antes não tão conhecidos por eles, como Luiz coloca, a visualização de debates raciais realizado em grupos de facebook aproxima esse debate, afinal, não é a figura de um acadêmico com linguagem complexa que é vista e sim alguém que está falando de algo que esse jovem vive cotidianamente e, ainda, para acessar esse conteúdo basta se conectar em algum computador ou celular que não precisa sequer ser propriedade do jovem. As Lan Houses<sup>52</sup> que tinham em seus comércios computadores com acesso à internet e alugavam esses instrumentos tiveram grande participação na expansão de mídias sociais.

*“Eu tava numa Lan House e tal, era Lan House/Locadora e tal, daí eu tava esperando o tempo pra poder jogar no videogame e enquanto isso eu fiquei vendo o que um pivete tava vendo no computador, aí ele tava vendo um clipe do Sabotagem, daí ele perguntou se eu queria ouvir né? Tipo, eu ouvi e fiquei encantado em como um cara preto na favela fazendo um show e tipo, lotadão!”<sup>53</sup>*

Nas músicas de Matuê e Emicida existe uma valorização do pertencimento a favela, do fato de ser jovens negros e um sentimento de coletividade das vitórias conquistadas por parte dos membros das favelas. O que me remete ao trecho da pesquisa de campo realizada por Leonardo Sá (2010), “É a ‘comunidade articulada’, ‘unida’. A favela é vista então como um ser único, com particularidades e especificidades como demonstrei na apresentação do Jangurussu, mas que quando se sente ameaçada por algo externo se fortalece com uma solidariedade interna.

*“Eu não sei se tu já viu a música do MC Toddy, por causa que ele fala umas coisas também relatando sobre a vida dele, se liga? E ele fala também sobre as abordagens, e ele que se foda a polícia ou a milícia, tipo isso, por causa que pra polícia os brancos fazendo merda pra eles não é nada, e se é o preto fazendo merda isso já é questão de mandar ir pra prisão. Você vê já também o MC Poze, só por cantar uma música o cara chegou lá no meio do show dele, levou ele preso, passou maior sufoco lá, no meio dos fãs, má, só por conta de uma música”.*

Nesse outro trecho da entrevista com Luiz fica perceptível como a música também é uma ferramenta de compreensão da discriminação, assim como o acesso as redes sociais aumentaram essa percepção e compreensão.

*“conheci muitos cantos também, muitas instituições e isso aí me fez pensar também como a abordagem policial é diferente no preto e no branco, entendeu?” “Eles colocaram*

---

<sup>52</sup> Cibercafé ou local comercial com acesso a computadores e internet.

<sup>53</sup> Trecho da entrevista com Daniel.

*aquela torre ali dizendo que era pra fazer o bem à sociedade. Assim, o bem pra eles, em si mesmos, entendeu? Porque pra nós da favela, favelado, sabe como é o sistema lá dentro. Nós mesmo que passa lá dentro, nós que sabe”.*

As entrevistas de Luiz e Daniel foram realizadas separadamente e em dias diferentes e mesmo assim a percepção de como a Guarita/Torre de Segurança instalada no Cuca do Jangurussu incide de modo negativo no convívio dos jovens parece ser a mesma para os dois jovens. *“Chega a hora que eu olho assim e não dá nem vontade de ir pro cuca, porque a pessoa ir pro cuca é só pra levar abordagem”.*

As falas de Luiz e Daniel trazem à tona diversos elementos centrais para esta pesquisa, a compreensão da discriminação racial e social nas abordagens policiais; as formas como essas discriminações limitam o acesso de um aparelho que leva o nome de Centro Urbano de Cultura e Arte dentro do seu próprio bairro de moradia; a proximidade com a violência letal como forma de limitar as vivências da infância e da adolescência como vivências pueris ou ingênuas.

Talisson, João e Margarida fortalecem a construção de toda esta pesquisa, mas, Luiz e Daniel são a síntese de toda a hipótese aqui trabalhada. Jovens que saem de suas casas com uma ansiedade negativa ao já esperar receber algum baculejo violento ao longo de seu dia, jovens que não se sentem seguros no ambiente escolar, pois este espaço não os impediu de serem abordados de forma humilhante na porta da escola ao saírem de suas aulas, jovens que conhecem a violência letal com grande familiaridade por já terem perdido parentes e amigos próximos que foram assassinados, jovens que não se sentem confortáveis ao frequentarem o principal e maior espaço de lazer em seu bairro de moradia construído para jovens como eles, pois sabem que neste espaço, a violência institucional da polícia é permitida e legitimada pelo poder público.

Jovens que sabem da existência de uma violência racial que diferencia suas experiências de vida das experiências de vida de seus amigos que não são negros, mesmo que estes tenham a mesma classe social e tenham moradia semelhante à sua no mesmo bairro. Jovens que são resultado do período histórico em que nasceram e que se utilizam do avanço das mídias sociais para a percepção e compreensão de temáticas que jovens de outros períodos não tinham acesso. Jovens que seguem a tradição dos jovens das favelas de Fortaleza das décadas de 1980 e 1990 e utilizam a produção cultural de uma forma que essa produção cultural tenha o seu perfil, suas características, suas particularidades. São jovens que, através de suas trajetórias de vida, confirmam a existência de um genocídio como um fenômeno gerado a partir de elementos de desigualdades raciais e sociais.

## CONCLUSÃO.

*Domado eu não vivo, eu não quero seu crime/Ver minha mãe jogar rosas/Sou cravo, vivi dentre os espinhos treinados com as pragas da horta/Pior que eu já morri tantas antes de você me encher de bala/Não marca, nossa alma sorri/Briga é resistir nesse campo de fardas[...].eles querem que alguém/Que vem de onde nós vem/Seja mais humilde, baixa a cabeça/Nunca revide, finja que esqueceu a coisa toda/Eu quero é que eles se-!*

A música Mandume do rapper Emicida tem um trecho no título desta dissertação, “eu já morri tantas vezes antes de você me encher de bala”, a frase é uma síntese do que vem sendo pesquisado e formulado a partir deste trabalho, a limitação da vida, limitação da possibilidade de um bem-viver, de uma vida digna, limitação ao usufruir de direitos básicos, são essas limitações em vida que originaram as inquietações que me levaram a construir essa pesquisa. Os altos índices da violência letal no nordeste brasileiro, em especial no caso cearense e fortalezense são um ponto de partida, são a inquietação “original”, não são mortes acontecidas por acaso, mas, o meu incômodo maior é sobre o que existe antes do momento da morte, como é a vida do perfil de jovens que mais morrem neste país? Retomo o livro “O Genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado” de Abdias do Nascimento como uma de minhas bases conceituais para seguir esta pesquisa.

Se os negros vivem nas favelas porque não possuem meios para alugar ou comprar residência nas áreas habitáveis, por sua vez a falta de dinheiro resulta da discriminação no emprego. Se a falta de emprego é por causa de carência de preparo técnico e de instrução adequada, a falta desta aptidão se deve à ausência de recurso financeiro. Nesta teia o afro-brasileiro se vê tolhido de todos os lados, prisioneiro de um círculo vicioso de discriminação - no emprego, na escola - e trancadas as oportunidades que permitiriam a ele melhorar suas condições de vida, sua moradia inclusive. Alegações de que esta estratificação é “não-racial” ou “puramente social e econômica” são *slogans* que se repetem e racionalizações basicamente racistas; pois a raça determina a posição social e econômica na sociedade brasileira. (NASCIMENTO, 1978).

Ou seja, Abdias do Nascimento (1978), aponta o genocídio do negro brasileiro como também uma discriminação racial que insere o indivíduo negro em posições sociais marginalizadas, nesse trecho ele menciona a questão do trabalho e da educação, como dois espaços onde a discriminação racial ocorre de modo decisivo para o fato das favelas brasileiras

serem formadas majoritariamente por pessoas negras, mencionando inclusive, esse fato como uma segregação habitacional atual.

O termo *genocídio* passou a ser mais utilizado no período da pandemia mundial do covid-19, no contexto brasileiro, por conta do cenário político que o Brasil vivencia de negacionismo científico, descaso com setores como a saúde e a educação, volta do Brasil ao mapa da fome com mais da metade da população brasileira vivendo em situação de insegurança alimentar, estes são alguns exemplos de fatores que potencializam as desigualdades sociais e raciais que já existiam em nosso país e foram agravadas a partir das eleições presidenciais de 2018 com a vitória política de Jair Bolsonaro, candidato da extrema direita. Desde o início da pandemia mundial, o presidente e parlamentares alinhados com a postura política que Bolsonaro adota, aderiram abertamente uma conduta negacionista, não cabe aqui abordar o cenário político em questão, porém destaco que esse cenário gerou mais interpretações do que seria genocídio, como é o caso de Fernando Drummond<sup>54</sup>.

O escritor de ficção lança em 2021 o primeiro livro de uma trilogia intitulada “Genocídio: o início do fim”, tendo um viés diretamente apontado para a política institucional, no primeiro volume da Trilogia “Genocídio” o autor aborda vidas de pessoas com posicionamentos políticos distintos, tendo como recorte histórico o fim do Governo de Fernando Henrique Cardoso, os Governos de Lula e Dilma, e o impeachment de 2016, com Temer assumindo a Presidência. O segundo volume trará todos os espectros políticos que foram responsáveis pelo avanço do neofascismo, culminando na eleição de Bolsonaro. E o terceiro volume trará todo o Governo Bolsonaro e o maior genocídio da história brasileira, depois dos povos originários<sup>55</sup>.

Aponto este caso como um exemplo de como o termo *genocídio* também apareceu nos últimos anos recentes, principalmente entre movimentos sociais e acadêmicos progressistas como é o caso de Fernando Drummond, no entanto, esse conceito ainda não é algo facilmente conhecido e compreendido pela grande população brasileira, e se, for inserida a questão racial nesse debate, é possível encontrar ainda outros entraves como expus no primeiro capítulo desta dissertação, retomo mais uma vez para as palavras de Abdias do Nascimento (1978):

O ensaio que desenvolverei nas páginas não se molda nas fórmulas convencionalmente prescritas para trabalhos acadêmicos e/ou contribuições científicas. [...] O que logo

---

<sup>54</sup> Fernando Drummond se formou em direito, no entanto, o fato de ser primo de Carlos Drummond de Andrade o levou a se tornar escritor, escrevendo livros principalmente de ficção.

<sup>55</sup> Descrição do próprio autor inserida em sites de vendas do livro.

sobressai na consideração do tema básico deste ensaio é o fato de que, à base de especulações intelectuais, frequentemente com o apoio das chamadas ciências históricas, erigiu-se no Brasil o conceito da democracia racial; segundo esta, tal expressão supostamente refletiria determinada relação concreta na dinâmica da sociedade brasileira: que pretos e brancos convivem harmoniosamente, desfrutando iguais oportunidades de existência, sem nenhuma interferência nesse jogo de paridade social, das respectivas origens raciais ou étnicas. (NASCIMENTO, 2016).

Embora, ainda já tenha se passado algumas décadas desde o campo das ciências sociais no Brasil se debruçou para se contrapor a teoria de democracia racial, que tem como um de seus principais formuladores Gilberto Freyre (1933), ainda hoje existe a dificuldade de se analisar a discriminação racial tendo esta como ponto de partida, a exemplo da definição da trilogia “Genocídio: o início do fim”, que o aponta o governo de Jair Bolsonaro como o maior genocídio ocorrido no Brasil após o período colonialista, os mais de 300 anos de período escravista aparentam não estarem postos na narrativa do autor. A minha pretensão aqui não é deslegitimar a produção ou o acúmulo teórico e político que a trilogia em questão nos traz, minha pretensão é apontar como mesmo desde antes da década de 1980 já se falava sobre um determinado genocídio de pessoas negras no Brasil, ainda hoje não é um assunto encontrado com facilidade.

Se referindo a um dos intuitos principais desta pesquisa, houve o objetivo de analisar e compreender quais limitações existem na vida de jovens negros ocasionadas a partir de desigualdades sociais e raciais, e uma das maiores limitações encontrada na pesquisa foi a violência policial cometida contra jovens negros, seja essa violência letal ou não. Durante as entrevistas e análises de dados estatísticos em relatórios estaduais, nacionais e internacionais, a violência policial foi um grande ponto de encontro entre as falas dos interlocutores, seja o norte da entrevista ter sido movimento negro organizado, movimento estudantil universitário ou o próprio baculejo, a violência policial se fez presente em vários momentos das entrevistas. Com isso, é possível identificar que para analisar essa perspectiva de genocídio racial e social de jovens negros, é crucial analisar de modo concomitante também a violência policial, e o fato dos interlocutores serem pessoas de diferentes faixas etárias, mostra que essa vinculação intrínseca da limitação da vida de jovens negros com a violência policial não é um fenômeno recente.

Ainda no primeiro capítulo deste trabalho, expus um pouco do contexto de como é materializado o racismo no estado do Ceará, a partir da negação da existência de pessoas negras no estado, esse é um elemento também dá base para a pesquisa que foi construída nesta dissertação. Tendo em vista que, a forma como aponto o genocídio racial e social de jovens

negros como algo que não se refere ao momento da morte de jovens negros, mas a toda uma vida de limitações, a negação de sua existência é um elemento primário e central, que inclusive aparece de forma mais violenta do que a teoria da democracia racial aponta, pois, esta teoria se baseia na boa convivência entre pessoas negras e pessoas brancas, a negação da existência de pessoas negras no Ceará aponta que sequer é possível avançar até a democracia racial, afinal, não haveria pessoas negras para se conviver harmoniosamente com as pessoas brancas.

Neste sentido, ao dialogar e trazer para esta pesquisa, membros do movimento negro organizado, ex-membros de gangues e construtores do movimento originado com o Hip Hop, integrantes do movimento estudantil universitário, e jovens frequentadores do Cuca do Jangurussu, trabalho em diferentes cenários que tem como ponto de convergência o fato de todos serem pessoas negras. Outro ponto de convergência entre os interlocutores é o foco das entrevistas ter sido dado para o momento de suas juventudes, Talisson nasceu na década de 1960, João nasceu no final dos anos 1970, Margarida nasceu nos anos 1990, Luiz e Daniel nasceram já nos anos 2000, essa diferença de faixa etária possibilitou perceber algo interessante na pesquisa.

Que se refere como a autopercepção da discriminação racial foi se modificando no período entre 1980 (juventude de Talisson) e 2020 (juventude de Luiz e Daniel). Talisson atuou no movimento negro organizado desde a década de 1980 e em sua entrevista ele menciona que naquele período até mesmo o movimento negro tinha dificuldade de compreender como se dava a discriminação racial aqui. Na fala de João, já sobre o período histórico da década de 1990, a questão racial sequer aparece como algo percebido e compreendido pelos jovens das favelas fortalezenses naquele momento. Já na conversa com Margarida, alguns outros elementos aparecem, como o fato do lançamento do mapa da violência em 2011 com diversos dados sobre altos índices de homicídios cometidos contra jovens negros trouxe para os movimentos sociais uma outra perspectiva de análise da questão racial mais direcionado para os jovens. Também no diálogo com Margarida, aparece as lutas estudantis para implementação de cotas raciais nas universidades públicas federais e de como, após a implementação das cotas, com o início da mudança de perfil de estudantes universitários que antes eram majoritariamente estudantes brancos e de classe média, existe também a mudança de construções no movimento estudantil universitário e o debate sobre o extermínio da juventude negra passa a ser tratado também pelos movimentos sociais de juventude dentro das universidades.

A conversa com Margarida é finalizada abordando o ano de 2015 com o elemento da redução da maioria penal, nesse período, entre as organizações políticas, parlamentares e indivíduos que se contrapunham à redução da maioria penal existia amplamente o debate

de vinculação do encarceramento de jovens negros, com o extermínio de jovens negros. No momento do diálogo com Luiz e com Daniel, foi visível a mudança do tempo histórico de percepção acerca da discriminação racial que eles mesmos sofrem. Com falas como “a gente que é mais favelado...”, “isso é só porque eu sou preto?” são sínteses dessa mudança de percepção do racismo estrutural reproduzido nas favelas de Fortaleza.

A pesquisa que realizei na construção desta dissertação, aponta que existem muitos elementos a serem analisados a respeito de como se materializa e se estrutura o racismo em Fortaleza, no Ceará e no Brasil. As particularidades que existem em cada local estão fincadas em uma única base, o racismo estrutural. Como as outras dimensões de reprodução do racismo poderiam limitar a vida de jovens negros em Fortaleza e em outros lugares do país? Como o racismo institucional aparece nessa questão? Ou racismo religioso? Ou racismo nas matrizes educacionais do ensino público e privado no Brasil? O que aponto aqui, é o fato de que existe uma infinidade de elementos para serem pesquisados e inseridos dentro desse debate.

Embora as ciências sociais no Brasil tenham se debruçado para fazer análises sobre questões raciais desde o começo do século XX, ainda hoje aparenta ser um esforço muito inicial entre os acadêmicos brasileiros. Pesquisadores e pesquisadoras como Abdias do Nascimento (1914 - 2011), Lélia Gonzalez (1935 - 1994), Carolina Maria de Jesus (1914 - 1977), Beatriz Nascimento (1942 - 1995), Sueli Carneiro (1950), Conceição Evaristo (1946), Alex Ratts, Eurípedes Antônio Funes, Hilário Ferreira Sobrinho, Izabel Accioly, entre várias outras e vários outros aparecem na nossa história recente como impulsionadores (as) de novas agendas sobre pesquisas acadêmicas e demonstram através de suas análises a necessidade de se aprofundar ainda mais em pesquisas que tenham como base questões étnico-raciais no Brasil.

Finalizo aqui trazendo que ao longo deste trabalho, me deparei com várias situações que me fizeram refletir e analisar sobre o que seria o fenômeno do genocídio na cidade de Fortaleza. Os altos índices de extermínio de jovens negros não pareciam ser um momento, um único momento em que a vida destes jovens encontra o seu fim. O diálogo com João e Talisson, mostraram que os dados expostos no mapa da violência de 2011, ou Atlas da violência de 2020, são resultados de diversos fatores construídos, passo a passo, nas últimas décadas. As semelhanças nas descrições das abordagens policiais ditas por Luiz e Daniel com as descrições de João e Talisson mostram que esse não é um elemento recente. O diálogo com Margarida mostra uma outra face das desigualdades raciais, fiz essas conexões com o objetivo de demonstrar um ponto de vista ampla sobre um mesmo tema: o genocídio. Por todo o exposto neste trabalho, concluo haver um genocídio *racial* e *social* na sociedade brasileira, em particular, na cidade de Fortaleza - Ceará, um genocídio imerso de fatores sociais e raciais, que,

de modo estrutural culminam no extermínio da juventude negra, e que, causam limitações sistemáticas ao longo de toda a sua vida nos mais diversos fatores sociais.

## REFERÊNCIAS

ACCIOLY, M. I. F.; LINS, A. L. Cadeia ou cemitério: o que temos a oferecer à juventude periférica cearense? **Mídium - Comunicação em Movimento**, Fortaleza, 07 dez. 2017.

ADORNO, Sérgio; DIAS, Camila Nunes. Articulação entre o mundo interno e externo às instituições prisionais: questões para a construção de um novo paradigma no domínio da sociologia das prisões. In: **Anais 37º Encontro Anual da ANPOCS**, 2013, Águas de Lindóia, SP: 2013.

AGOSTINI, Vinícius Fernando. **Da invasão territorial ao controle dos corpos: as raízes racistas das políticas de segurança pública no Brasil**. Monografia (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2020. 140p.

AGUIAR, Deiziane Pinheiro. **“Não tenho medo da estiva, não”**: crianças entre interações e acusações na comunidade do Serviluz. Monografia (Graduação em Ciências Sociais) - Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2014. 133p.

AGUIAR, Deiziane Pinheiro. **“Mercado para morrer”**: moralidades e socialidades das crianças na comunidade do Serviluz (Fortaleza-CE). Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2017. 163p.

AGUIAR, Deiziane Pinheiro; SÁ, Leonardo Damasceno de. A dimensão do urbano no Serviluz e a configuração socioespacial das guerras e suas fronteiras simbólicas: a perspectiva das crianças. **Anais 5ª Reunião Equatorial de Antropologia/ 14ª Reunião de Antropólogos do Norte e Nordeste**, 2015.

ALEXANDER, Michelle. **A nova segregação: racismo e encarceramento em massa**. Boitempo; 1ª edição. 2018.

ALMEIDA, Maria da Graça Blaya. (org.). **A violência na sociedade contemporânea**. - Porto Alegre : EDIPUCRS, 2010. 161p.

ALMEIDA, Silvio. **Racismo Estrutural**. Editora Jandaíra; 1ª edição. 2019.

ALVES, Ana Cristina Araújo Alves. Além do Ocidente, além do Estado e muito além da Moral: Por uma Política Eticamente Responsável em Relação à Diferença - O Caso Ruandês. **CONTEXTO INTERNACIONAL**. Rio de Janeiro, vol. 27, nº 2, pp. 411-463, 2005.

ALVES, Joyce Amâncio de Aquino. **“Quando a polícia chega para matar, nós estamos praticamente mortos”**: discursos sobre genocídio da população negra no cenário de Recife-PE. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2018. 216p.

AQUINO, Jania Perla Diógenes. Performances do crime: componentes dramáticos e teatrais dos grandes roubos no Brasil. **Violencia política y conflictos sociales en América Latina**. 2013.

ARELLANO, Luís L. Córdova. El tratamiento Jurídico Del Genocidio en México. **Anuario Mexicano de Derecho Internacional**, vol. IX, 2009, pp. 527-590.

ARENDRT, Hannah. **A condição humana**. Trad.: Roberto Raposo. - 11. ed. - Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010. 407 p.

ASSUMPÇÃO, Vinícius de Souza. A gestão do corpo negro no Brasil: Da democracia racial ao genocídio. **Revista de Criminologias e Políticas Criminais** (Brasília). v. 3. n. 1. p. 20-41. 2017.

AVELAR, Juliana Nogueira. Lutas sociais no Lagamar: demarcando diferenças e constituindo identidades juvenis. **Anais XV Encontro de Ciências Sociais do Norte e Nordeste**. 2012, Teresina-PI.

AZEVEDO, Estenio Ericson Botelho de; BRASIL, Glaucíria Mota. (orgs.). **Estado de Exceção e Políticas Punitivas na Sociedade Contemporânea**. - Campinas, SP: Pontes Editores / Fortaleza, CE: EdUECE, 2018. 315 p.

BACELAR, João Pedro Duarte. **A responsabilização internacional do Brasil perante a corte Interamericana de Direitos Humanos pelo crime de Genocídio praticado contra a população negra brasileira**. Monografia (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2017. 76p.

BALBINOT, Caroline. **Um acompanhar das juventudes: Entre a produção da vida e de morte**. (Trabalho de Conclusão de Curso) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2019. 57p.

BARREIRA, César; LINS, Daniel. (org.). **Poder e Violência**. - Fortaleza: EUFC, 1996. 201 p.

BARREIRA, César; SÁ, Leonardo; AQUINO, Jânia Perla de. (orgs.). **Violência e Dilemas Civilizatórios: As práticas de punição e extermínio**. Campinas, SP : Pontes Editores, 2011. 295 p.

BARREIRA, César (org.). **Ligado na Galera: Juventude, Violência e Cidadania na Cidade de Fortaleza**. [s.l.]: Edições UNESCO, 1999.

BARREIRA, César. Questão de Política, Questões de Polícia: A Segurança Pública no Ceará. **O público e o privado** - Nº 4, 2004.

BARREIRA, I. A. F. (org.); BARREIRA, C. (org.). **A Juventude e suas Expressões Plurais**. Fortaleza: Edições UFC, 2009. 199p.

BARREIRA, I. A. F. **O Labor criativo na pesquisa: Experiências de ensino e investigação em ciências sociais**. - Fortaleza: Imprensa Universitária, 2017.

BARROS, João Paulo Pereira; PAIVA, Luiz Fábio Silva; RODRIGUES, Jéssica Silva; SILVA, Dagualberto Barboza da. “Pacificação” nas periferia: discursos sobre as violências e o cotidiano de juventudes em Fortaleza. **Revista de Psicologia**, Fortaleza, v9. n1, p. 117-128, 2018.

BARROS, João Paulo Pereira; ALENCAR, Filipe Augusto Barbosa; SILVA, Dagualberto Barboza da. Maquinarias de guerra e mortes juvenis nas periferias do Ceará. **Revista de Psicologia**, Fortaleza, v.12, n.1, p. 23-36. 2021.

BARROS, João Paulo Pereira; BENICIO, Luís Fernando de Souza. “Eles nascem para morrer”: uma análise psicossocial da problemática dos homicídios de jovens em Fortaleza. **Revista de Psicologia**, Fortaleza, v.8, n.2, p. 34-43, 2017.

BATISTI, Fabiane. **A escravidão brasileira sob a ótica da justiça de transição: o direito negro à memória, verdade, justiça e reparação.** (Graduação em Direito) - Faculdade de Direito, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2013. 133p.

BAUER, Yehuda. El Holocausto y las compaciones con otros genocidios. **Revista Mexicana de Ciencias Políticas y Sociales.** pp. 145-172. 2016.

BOURDIEU, Pierre. **A Distinção: crítica social do julgamento/** tradução Daniela Kern; Guilherme J. F. Teixeira. Paulo: Edusp; Porto Alegre, RS: Zouk, 2007.

BOURDIEU, P.; PASSERON, J. C. **A reprodução: Elementos para uma teoria do sistema de ensino.** Trad. De Reynaldo Bairão. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982.

BORGES, Juliana. **Encarceramento em Massa.** -- São Paulo : Sueli Carneiro ; Pólen, 2019.

BRAGA, Elza Franco. (org.). **Estado e Políticas Públicas: Vivências e criticidades.** - Fortaleza: Edições UFC, 2008. 184 p.

BRASIL, Glaucéria Mota; SANTIAGO, Érica Maria; BRANDÃO, Marcílio Dantas. A banalidade da violência policial contra jovens pobres, pretos e periféricos na cidade de Fortaleza. **Dilemas, Rev. Estud. Conflito Controle Soc.** – Rio de Janeiro – Vol. 13 – no 1 – JAN-ABR 2020 – pp. 169-193.

CARPANEZZI, Mariana Bertol. **É preciso palavras para construir o silêncio: o genocídio de Ruanda no discurso oficial do Conselho de Segurança das Nações Unidas.** Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - Instituto de Relações Internacionais, Universidade de Brasília. Brasília, 2008. 132p.

CARVALHO, Luiza Sousa de. **CONDENADOS AO TRONCO, AO FERRO E À PRISÃO: O encarceramento como expressão do genocídio antinegro no Brasil.** Dissertação (Mestrado em Política Social) - Departamento de Serviço Social, Universidade de Brasília. Brasília, 2020. 124p.

CASTRILLÓN, Alberto. Democracia, Imperialismo, Guerras y Genocidio. **Revista de Economía Institucional**, vol. 12, n.º 22, 2010, pp. 321-331.

CAVALCANTE, Valmir Tebúrcio. **Controle social e resistência: “fabricação” do cotidiano de uma instituição disciplinar para adolescentes infratores.** Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2006. 118p.

CÉSAIRE, Aimé. **Discurso sobre o colonialismo.** Veneta - 1ª ed. 2020. -. 136p.

COSTA, Sérgio. A Construção Sociológica da Raça no Brasil. **Revista Estudos Afro-Asiáticos**, Ano 24, nº 1, 2002, pp. 35-61.

DAYRELL, J. **O Jovem como sujeito social**. 2003.

DAVIS, Angela. **A liberdade é uma luta constante**. Boitempo Editorial. 2018.

DAVIS, Angela. **Estarão as prisões obsoletas?** - 1ª ed. - Rio de Janeiro : Difel, 2018. 144p.

DIÓGENES, Glória. Juventude, Cultura e Violência. Barreira, César. – Batista, Élcio (org.). **(in) Segurança e Sociedade: treze lições/** César Barreira – Élcio Batista. Campinas, SP: Pontes Editores. Fortaleza, CE: Fundação Demócrito Rocha, 2011.

DIÓGENES, Glória. **Cartografias da cultura e da violência: gangues, galeras e o Movimento Hip Hop**. 381f. 124 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal do Ceará, Departamento de Ciências Sociais, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Fortaleza-CE, 1998.

DORNELLAS, Mariana Paganote; JESUS, Maria Priscila Santos de. O genocídio da população negra no Brasil contemporâneo e seu agravamento a partir da intervenção federal militar no estado do Rio de Janeiro. **CONFLUENZE** Vol. X, No. 2, 2018, pp. 210-236, Dipartimento di Lingue, Letterature e Culture Moderne, Univesità di Bologna.

DURKHEIM, É. **As regras do método Sociológico**. Trad.: Pietro Nasseti. Editora Martin Claret Ltda., 2001.

DWORK, Debórah. Trabajar con la historia del Holocausto. **Revista Mexicana de Ciencias Políticas y Sociales**. pp. 235-246, 2016.

ELIAS, Norbert. **Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade**. - Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

FACHINETTO, Rochele Fellini. **Juventude e violência: Onde fica o jovem numa sociedade “sem lugares”?** 2010.

FANON, Frantz. **Os Condenados Da Terra**. Ed.: Letra Livre, 2015.

FELTRAN, Gabriel de Santis. **FRONTEIRAS DE TENSÃO - Um estudo sobre política e violência nas periferias de São Paulo**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2008. 336p.

FELTRAN, Gabriel de Santis. Sobre anjos e irmãos - cinquenta anos de expressão política do “crime” numa tradição musical das periferias. **Rev. Inst. Estud. Bras.**, São Paulo, n. 56, p. 43-72, 2013.

FERNANDES, Camila. A força da ausência: a falta dos homens e do “Estado” na vida de mulheres moradoras de favela. **Sexualidad, Salud y Sociedad**, Rio de Janeiro, n. 36, p.206-230, dec. 2020.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. Vol. 2. Biblioteca Azul; 5ª edição. 2008.

FERNANDES, Florestan. **O negro no mundo dos brancos**. Global Editora; Português edição. 2007.

FERNANDES, Florestan. **Significado do protesto negro**. EDITORA EXPRESSÃO POPULAR; 2ª edição. 2017.

FLAUZINA, Ana Luiza Pinheiro. **Corpo negro caído no chão: o sistema penal e o projeto genocida do estado brasileiro**. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade de Brasília. Brasília, 2006. 145p.

FLORÊNCIO, Jéssica Rodrigues; PINHEIRO-MARIZ, Josilene. A literatura de genocídio. **Leitura**, Maceió, n. 63, 2019, p. 275-291.

FLORES, Tarsila. **Cenas de um genocídio: homicídios de jovens negros no Brasil e a ação de representantes do estado**. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos e Cidadania) - Universidade de Brasília. Brasília, 2017. 146p.

FOUCAULT, M. (2009). **Vigiar e punir: nascimento da prisão** (37ª ed.). Petrópolis, RJ: contemporânea.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa**. Paz e Terra, 2014. 141 p.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Paz & Terra; 75ª edição. 2019. 256 p.

FREIRE, Paulo. **Cartas à Guiné-Bissau**. Paz & Terra; 1ª edição. 2013. 272 p.

GOFFMAN, Erving. **Ritual de interação: Ensaio sobre o comportamento face a face**. Editora Vozes Ltda. 2011.

GOMES, Matheus de Andrade. **“Os locutores do inferno”: representações de violências no rap do Facção Central (1995 - 2006)**. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade de Brasília. Brasília, 2019. 91p.

GOMES, Nilma Lino; LABORNE, Ana Amélia de Paula. Pedagogia da crueldade: racismo e extermínio da juventude negra. **Educação em Revista** | Belo Horizonte, 2018.

GONÇALVES, Clarissa Mendes. **OLHARES SOBRE O OUTRO: Construções Sociais do Medo da Violência Urbana**. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2018. 132p.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e Sexismo na cultura brasileira. **Revista de Ciências Sociais Hoje**, Anpocs, 1984, p. 223 - 244.

GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos. **Lugar de Negro**. Editora Marco Zero LTDA. 1982.

GORENDER, Jacob. **O Escravismo Colonial**. - 1.ed. - São Paulo : Expressão Popular : Perseu Abramo, 2016. 632 p.

IANNI, Octavio. (org.). **Florestan Fernandes: Sociologia crítica e militante**. - São Paulo : Expressão Popular, 2004. 512 p.

KUCINSKI, Bernardo. [et al.] **Bala Perdida: a violência policial no Brasil e os desafios para a sua superação** [recurso eletrônico] - 1. ed. - São Paulo : Boitempo, 2015. 186p.

LAHIRE, Bernard. Do habitus ao patrimônio individual de disposições: Rumo a uma sociologia em escala individual. **Revista de Ciências Sociais**, Fortaleza, v. 34, n. 2, p. 7-29, 2003.

LEITE, I. L. S; BEZERRA, L. M. P. S. **Rebeliões, homicídios, centros educacionais: inquietações e problematizações sobre o sistema socioeducativo cearense**. Conhecer: Debate entre o Público e o Privado, N. 22, p. 60-78, 2019.

LEVENE, Mark. **Genocide in the age of the nation state** – vol. 1: The Meaning of Genocide. Londres: IB Tauris, 2005.

LIMA, Cynthia Virgínia Felipe Régis Campêlo de. **JOVENS QUE MATAM, JOVENS QUE MORREM: a significação social da morte para jovens homicidas**. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2018. 118p.

LIMA FILHO, Irapuan Peixoto. Culturas juvenis e agrupamentos na escola: entre adesões e conflitos. **Revista de Ciências Sociais**, Fortaleza, v. 45, n. 1, 2014, p 103-118.

LINS, Ana Letícia Costa; SILVA, Francisco Rômulo do Nascimento; SIQUEIRA, Ítalo Barbosa Lima. **Pesquisa com violência e segurança pública na pós-graduação**. In: GONÇALVES, Danyelle Nilin. (org.). Política, ensino, ciência e arte: Reflexões e debates da Semana de Humanidades (vol. 02). - Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2019. 164 p.

LYRA, Dyogo. **A república dos meninos: juventude, tráfico e virtude**. - Rio de Janeiro : Mauad X : FAPERJ, 2013. 304 p.

MACHADO, Kellen Maria Sodré. **Potência de Vida e Necropolítica: Relações de Vida e Morte no Contexto das Juventudes nas Periferias**. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social e Institucional) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2020. 110p.

MALVASI, Paulo Artur. **Entre a Frieza, o Cálculo e a “Vida Loka”: violência e sofrimento no trajeto de um adolescente em cumprimento de medida socioeducativa**. Saúde Soc. São Paulo, v. 20, n. I p. 156-170, 2011.

MARICATO, Ermínia. **Para entender a crise urbana**. - 1. ed. - São Paulo : Expressão Popular, 2015. 112 p.

MARINHO, Camila Holanda. **Afetos de rua: culturas juvenis e afetividades nos bastidores da Cidade**. 241f. – Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em Sociologia, Fortaleza (CE), 2012.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política - Livro I: o processo de produção do capital**. Trad.: Rubens Enderle. - 2. ed. - São Paulo : Boitempo, 2017. p. 894.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da filosofia do direito de Hegel. Introdução**. - 1. ed. - São Paulo : Expressão Popular, 2010. 56 p.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. N-1 Edições; 1ª edição. 2018.

MELO, Alisson José Maia. **O genocídio como exceção ao princípio da não-intervenção internacional**. Monografia (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2007. 86p.

MONSMA, Karl. Como pensar o racismo: o paradigma colonial e a abordagem da sociologia histórica. **Revista de Ciências Sociais**. Fortaleza, v.48. p. 53-82. 2017.

MOREIRA, Miguel Braz. **O desenvolvimento do estado violento no contexto da luta de classes: a formação social da violência no Brasil e suas consequências para a juventude**. Monografia (Graduação em Direito) - Universidade de Fortaleza. Fortaleza, 2017. 46p.

MOURA, Clóvis. **Sociologia do negro brasileiro**. Perspectiva; 2ª edição. 2019.

NASCIMENTO, Abdias do. **O Genocídio do negro brasileiro: Processo de um racismo mascarado**. Ipeafro edição, 2016.

NASCIMENTO, Francisco Elionardo de Melo; FREITAS, Geovani Jacó de. Facções, rebeliões, violência e gestão do aprisionamento no Ceará/ Revista do Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Estadual do Ceará. **O Público e o Privado**. Nº33. Jan/jun. 2019.

NETO, Antonio João Estite. **Intervenção familiar na perspectiva do controle da violência**. Monografia (Especialização em Psicopedagogia) - Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2006. 46p.

NOGUEIRA, Oracy. Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem: sugestão de um quadro de referência para a interpretação do material sobre relações raciais no Brasil. **Tempo Social**, revista de sociologia da USP, v. 19, n. 1, 2006.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **Identidade, etnia e estrutura social**. São Paulo: Pioneira, 1976.

ORTEGAL, Leonardo. Relações raciais no Brasil: colonialidade, dependência e diáspora. **Serv. Soc.** São Paulo, n. 133, p. 413-431, 2018.

ORTIZ, Renato. **Cultura Brasileira e Identidade Nacional**. Ed.: Brasiliense, 2001. 152 p.

PAIVA, Luiz Fábio Silva. **Contingências da violência em um território estigmatizado**. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2007. 191p.

PAIVA, Luiz Fábio S.; BARREIRA, César. Mortes violentas: a construção social do reconhecimento de vítimas e de acusados na mídia brasileira. **Anais 36º Encontro Anual da Anpocs**. Águas de Lindóia, 2012. 30p.

PAIVA, Luiz Fábio Silva. “AQUI NÃO TEM GANGUE, TEM FACÇÃO”: as transformações sociais do crime em Fortaleza, Brasil. **Caderno CRH**, Salvador, v. 32, p. 165 - 184, 2019.

PAPA, Fernanda de Carvalho; FREITAS, Maria Virgínia de. (org.). Juventude em pauta: Políticas públicas no Brasil. - São Paulo : Peirópolis, 2011.

PASSETTI, Edson. A política nacional do menor. **Rev. de Psicologia**, Fortaleza. 1986.

PAUGAM, Serge. **A pesquisa sociológica**. Trad.: Francisco Morás. - Petrópolis, RJ. - Editora Vozes, 2015.

PAULA, Josi de. Slam: literatura e resistência! **Revista Educação Pública**, v. 19, nº 30, 19 de novembro de 2019.

PEIRANO, Mariza. **A favor da etnografia**, Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

PERES, Leonardo Augusto. **O genocídio como problema internacional contemporâneo: um estudo do caso Sudanes**. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - Instituto de Relações Internacionais, Universidade de Brasília. Brasília, 2016. 128p.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da história: Operários, Mulheres e Prisioneiros**. Trad.: Denise Bottmann. - Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

PETRUCCELLI, José Luis; SABOIA, Ana Lucia. (orgs.). **Características Étnico-Raciais da População: Classificações e Identidades**. (IBGE) - Rio de Janeiro, 2013.

PINHEIRO, A. de A. A. (2001). **A Criança e o adolescente no cenário da redemocratização: representações sociais em disputa**. Tese de Doutorado Não publicada, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza.

PINHEIRO, Â. De A. A. A Criança E O Adolescente, Representações Sociais e Processo Constituinte/**Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 9, n. 3, p. 343-355, set./dez. 2004.

PERALVA, Angelina Teixeira. O Jovem como modelo cultural. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, n. 5/6, p. 15-24, 1997.

PEUGNY, Camille. **O destino vem do berço? Desigualdades e reprodução social**. - Campinas, SP: Papyrus, 2014.

REIS, Vilma. **Atucaiados pelo Estado: as políticas de segurança pública implementadas nos bairros populares de Salvador e suas representações, 1991-2001**. 2005. 247p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal da Bahia.

RIBEIRO, Darcy. **O Povo Brasileiro: A formação e o sentido do Brasil**. - 3. ed. - São Paulo : Global, 2015. p. 364.

ROCHA, Róbson Peres da. **VOZ, BATIDA E MOVIMENTO: narrativas de vida e a formação de sujeitos no rap**. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2020. 179p.

RODRIGUES, Jéssica Silva; BARROS, João Paulo Pereira. Familiares de jovens assassinados: uma revisão sistemática de literatura. **Revista de Psicologia**, Fortaleza, v.10, p. 177-186. 2019.

SAID, Edward W. **Orientalismo: o oriente como invenção do Ocidente**. - São Paulo : Companhia das Letras, 2007. 523p.

SÁ, Leonardo; BARBOSA, Wendell de Freitas. REDEFINIÇÕES DA CONDIÇÃO DE MORADOR: classificações das clientelas no mandato policial cotidiano e suas consequências nas relações entre polícia e população. **Caderno CRH**, Salvador, v. 28, n. 75, p. 639-656, Set./Dez. 2015.

SÁ, Leonardo. A condição de 'bichão da favela' e a busca por 'consideração': Uma etnografia de jovens armados em favelas à beira-mar. **Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, v. 4, p. 339-355, 2011.

SÁ, Leonardo; NETO, João Pedro de Santiago. Entre tapas e chutes: um estudo antropológico do baculejo como exercício de poder policial no cotidiano da cidade. **O público e o privado** - Nº 18, 2011.

SÁ, Leonardo Damasceno. **Guerra, Mundão e Consideração - Uma etnografia das relações sociais dos jovens no Serviluz**. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2010. 296p.

SANTOS, Flávio dos. **A necropolítica do Medo - Uma análise histórica do cenário onde se desenvolveu o caso da menina Agatha Felix**. Monografia (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2019. 48p.

SHAW, Martin. **What is genocide?** Cambridge: Polity Press, 2007.

SINGLETERRY, Douglas. "Ethnic cleansing" and genocidal intent: a failure of judicial interpretation? **Genocide Studies and Prevention**, vol. 5, n. 1, 2010, pp. 39-67.

SILVA, Caroline Damazio da. **Racismo e a produção de estereótipos: impactos na subjetividade da criança negra no Brasil**. (Graduação em Psicologia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2016. 35p.

SILVA, Mariana Gonçalves da. **Entre esquinas, escadarias e encruzilhadas: corpografias negras urbanas**. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social e Institucional) - Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2020. 95p.

SIQUEIRA, Ítalo Barbosa Lima; PAIVA, Luiz Fábio Silva. **“No Norte tem comando”: as contradições e os efeitos políticos do encarceramento em massa.** 18º Congresso Brasileiro de Sociologia. Brasília, 2017.

SORIANO, Roberto Israel Rodríguez. El esencialismo racial y el genocidio. El caso de Yugoslavia (Bosnia-Herzegovina). **Cuicuilco**, n. 60, 2014.

SPOSITO, Marília P. A Sociabilidade juvenil e a rua: novos conflitos e ação coletiva na cidade. **Tempo Social**, Revista da USP, São Paulo, v. 5, n. 1-2, 1994.

TODOROV, Tzvetan. **A conquista da América: a questão do outro.** WMF Martins Fontes - 3ª ed. -. 387p.

VILLEN, Patricia. **Amílcar Cabral e a crítica ao colonialismo.** - 1.ed.-São Paulo : Expressão Popular, 2013. 223 p.

VIEIRA, Danielli. **CORRENDO PELO CERTO, VIVENDO NO CRIME: moral, subjetivação e comensurabilidade na experiência de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas.** Tese de Doutorado em Antropologia Social -Universidade Federal de Santa Catarina , 2014.

YIN, Robert K. **Pesquisa qualitativa do início ao fim** [recurso eletrônico] - Porto Alegre : Penso, 2016. 313p.

Atlas da Violência - 2020. **Ipea.** Disponível em:  
<https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/24/atlas-da-violencia-2020>.

Relatório ONU - 2019. **Estudo Global sobre homicídios**, 2019. Livro 2 - Homicídio: extensão, padrões, tendências e resposta da justiça criminal. Disponível em:  
<https://www.unodc.org/documents/data-and-analysis/gsh/Booklet2.pdf>

## ANEXOS.

### CARTA FINAL DO 1º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDANTES NEGROS E COTISTAS DA UNE “POR UMA UNIVERSIDADE SEM RACISMO!”

As condições de desvantagem da população negra nas mais diversas dimensões e setores da vida social não são desconhecidas nem pela academia, nem pela sociedade em geral. A população negra brasileira continua mais pobre que a branca, morre mais cedo, tem a escolaridade mais baixa, menor acesso à saúde. Esta condição social em que se encontram os negros brasileiros é o reflexo de uma sociedade que ainda não conseguiu se livrar dos resquícios de seu passado escravista. Segundo dados do PNUD, “os negros representam, ainda, 60% dos pobres do País e 70% dos indigentes. Na contagem geral da população, 50% dos brasileiros negros ou pardos são pobres, enquanto apenas 25% dos brancos estão nessa condição. A pobreza tem reflexo nos demais indicadores, piorando a condição de saúde e escolaridade dessa população”.

A discriminação racial afasta este contingente populacional das instâncias ou espaços de poder e decisão em nossa sociedade, sejam eles o parlamento, as universidades, a mídia, etc. No que se refere ao contexto educacional as universidades brasileiras são o verdadeiro retrato da desigualdade racial. Mesmo que em linhas gerais o conjunto da juventude brasileira, principalmente aqueles jovens de classes mais baixas, tem dificuldades de acesso ao ensino superior, esta segregação ainda atinge mais os jovens negros que os brancos.

Com a adoção das políticas de ações afirmativas nas universidades brasileiras para estudantes negros e indígenas o debate sobre o combate às desigualdades raciais ganhou mais visibilidade na pauta política brasileira, isto tem provocado discussões e reações em diversos campos e segmentos sociais.

Estas ações provocam uma mudança no perfil dos estudantes universitários que não mais serão uma maioria esmagadora de brancos e da classe média, e conseqüentemente transformarão as nossas universidades em espaços mais populares. Entretanto, estas mudanças na cultura e na vida universitária nos trarão novos desafios.

Agora, além do grande desafio de assegurar a implantação das políticas de ações afirmativas nas instituições de ensino superior que ainda não adotaram esse sistema, temos novos desafios: como a implementação das políticas de permanência, da efetivação de políticas de assistência estudantil, da construção de currículo não eurocêntricos, do embate público com

aqueles que já demonstram o quanto se incomodam com a democratização da universidade, entre outros.

Todos estes desafios nos exigirão muita disponibilidade para continuar a luta pela construção de uma universidade a serviço do povo brasileiro. Muitos estudantes brasileiros já se organizam nas universidades em núcleos ou grupos e através deles impulsionam estas lutas. Alguns espaços já existem no âmbito nacional onde a juventude negra vem se organizando para enfrentar o racismo. Nossa proposta é que o ENUNE - Encontro Nacional de Estudantes Negros e Cotistas da UNE se some ao conjunto destas iniciativas já existentes e seja mais um espaço que aglutine na luta contra a desigualdade racial.

Por isso, lançamos ao final deste encontro, a campanha UNIVERSIDADE SEM RACISMO. Nossa expectativa é envolver nesta campanha cada executiva de curso, DCE, centro acadêmico, enfim, cada estudante espalhado pelo país. Pretendemos com esta campanha desmascarar o racismo, dissimulado sob o véu da democracia racial existente em nossas universidades. Casos, como o ocorrido na UNB, nos demonstram que estamos longe de alcançar uma verdadeira democracia racial e nos exige medidas urgentes de combate à intolerância.

A UNE já se lançou neste desafio de organizar o ENUNE e com isso ajudar a fortalecer a luta antirracista dentro das universidades brasileiras, a partir deste encontro nos comprometemos a consolidar o diálogo com o movimento negro e os movimentos sociais que constroem a luta contra o racismo na sociedade brasileira.

Propostas aprovadas na plenária final do 1º Encontro Nacional de Estudantes Negros e Cotistas da UNE:

O Encontro de Estudantes Negros e Cotistas da Une será incorporado ao calendário da União Nacional dos Estudantes, assumindo a UNE a responsabilidade de realizar o ENUNE em todas as suas gestões;

A União Nacional dos Estudantes se compromete em valorizar os debates em torno da temática das relações raciais nos fóruns (CONUNE, CONEG, CONEB etc.).

A UNE se compromete em fortalecer todas as ações e iniciativas que visem combater toda e qualquer forma de intolerância religiosa;

A Une se soma na luta pela garantia da implementação da lei 10.639 - que assegura o ensino da história da África nas escolas;

É tarefa da União Nacional dos estudantes incentivar o intercâmbio cultural entre os estudantes africanos residentes no Brasil e estudantes brasileiros nas universidades;

A Une terá uma efetiva participação na Marcha Zumbi dos Palmares;

A União Nacional dos estudantes encampa a luta contra a Redução da Maioridade Penal, compreendendo que medidas desta natureza intensificam o processo de criminalização da pobreza atingindo majoritariamente a juventude negra;

A UNE terá participação efetiva no ENJUNE - Encontro Nacional de Juventude Negra, por compreender este como um espaço fundamental de organização da Juventude Negra Brasileira na luta contra o Racismo.

1º Encontro Nacional de Estudantes Negros e Cotistas da UNE, Salvador - BA, 14 de abril de 2007.